

**Universidade Federal de São Carlos**  
**Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**

**Narrativas, “espaço” e dádivas.**  
**A conformação de um Movimento de luta por moradia**

**Paula Cristina Corrêa Bologna**

**São Carlos - SP**

**2018**

# **Narrativas, “espaço” e dádivas.**

## **A conformação de um Movimento de luta por moradia**

Paula Cristina Corrêa Bologna

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob orientação do Prof. Dr. Marcos Pazzanese Duarte Lanna, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos Pazzanese Duarte Lanna (orientador – UFSCAR).

Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCAR).

Profa. Dra. Taniele Cristina Rui (UNICAMP).

Bologna, Paula Cristina Corrêa

Narrativas, “espaço” e dádivas. A conformação de um Movimento de luta por moradia / Paula Cristina Corrêa Bologna. -- 2018.

164 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador: Marcos Pazzanese Duarte Lanna

Banca examinadora: Anna Catarina Morawska Vianna, Taniele Cristina

Rui

Bibliografia

1. Movimento social de moradia. 2. Habitação - aspectos sociais - centro de São Paulo. 3. Antropologia política, Antropologia Urbana. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

---

Folha de Aprovação

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Paula Cristina Corrêa Bologna, realizada em 09/05/2018:

---

Prof. Dr. Marcos Pazzanese Duarte Lanna  
UFSCar

---

Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna  
UFSCar

---

Profa. Dra. Taniele Cristina Rui  
UNICAMP

## Agradecimentos

É preciso destacar que este trabalho é fruto de esforços coletivos e que realizá-lo só foi possível graças a generosidade de todo um núcleo de afetos. Não há palavras suficientes para agradecer a todas e todos por esta parceria.

Nenhuma linha poderia ter sido escrita não fosse a acolhida, a paciência e a disponibilidade em ensinar e partilhar das muitas e muitos militantes do MMRC e das moradoras e dos moradores da Ocupação Mauá, em particular Thelma, Bruna, Júlio, Elizete e Ivaneti. Devo, contudo, um agradecimento ainda mais especial a Nelson e a incrível Jirlaine, que me ensinaram tanto sobre bravura, resistência, coragem e ternura. Com vocês todos tenho uma dívida impagável.

À CAPES, agradeço pelo financiamento da Bolsa de estudos que permitiu que eu me dedicasse integralmente à pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos, na figura dos professores, professoras, aos membros da Revista de Antropologia (R@U) e do Laboratório de Experimentações Etnográficas (LE-E), pela interlocução com esse universo (para mim novo) que é a Antropologia.

Ao professor Marcos Lanna por incentivar que eu desenvolvesse este trabalho de forma autônoma, por incentivar igualmente a liberdade de pensamento e criação, meu mais sincero agradecimento.

Ao professor Gabriel Feltran pelas contribuições durante a banca de qualificação. À professora Taniele Rui por aceitar fazer parte da banca de defesa e pela leitura generosa e cuidadosa deste texto. À professora Catarina Morawska por aceitar estar presente nas bancas de qualificação e de defesa, pelas leituras minuciosas, pelos questionamentos perspicazes e pelos conselhos. Suas sugestões foram fundamentais para a confecção final deste trabalho.

A Stella Paterniani, por partilhar tanto do teu trabalho e de seu entusiasmo, a Tomás Melo e Renata Carvalho, pela leitura da qualificação, pelas conversas cuidadosas e por tantas sugestões importantes ao andamento deste trabalho.

Um agradecimento aos amigos e amigas que encontrei em São Carlos e que trago para a vida: Amanda Villa, pelas conversas e acolhidas, Ana Cecília, pela doçura, Ana Elisa Santiago, pela amizade e pelas importantes leituras e críticas, Lucas Alexandre, pelo carinho e por ensinar tanto, Maurílio Silva, por todo o afeto e companheirismo, a Ruan Coelho, pelas longas horas partilhadas no cotidiano, pelos bons drinks e por ser meu melhor parceiro de aventuras culinárias, a Túlio Maia pela disponibilidade em ouvir e trocar, pela sagacidade e por dividir essa ânsia em desbravar o mundo. A todas e todos obrigada por todos os momentos de cumplicidade e afeto, pelas discussões provocativas e por me ensinarem tanto.

Bernardo Curvelano Freire, que acompanha e estimula minhas reflexões desde que todo este projeto era só uma ideia e um desejo. Obrigada pelas conversas, pela paciência, por ser um

excelente ouvinte, por todas as valiosas contribuições que deu a este trabalho e por estar presente mesmo quando geograficamente distante.

À Joice, minha querida irmã, cuja parceira já dura tanto tempo que sequer me lembro como era minha vida sem sua presença, obrigada pelo amor, por acreditar em mim e por ser quem é. À Shisleni de Oliveira, obrigada pelas leituras críticas, pela amizade carinhosa, pela honestidade crua e, mais que tudo, por me ensinar tanto sobre generosidade. À Elaine, que chegou depois, de mansinho e já se tornou importante. À Flavia Mello, cuja amizade surgiu de uma curiosa aliança, obrigada pela amizade, por tantas trocas, pelas risadas e por ser uma inspiração. Vocês são mulheres incríveis!

Aos outros tantos amigos e amigas que São Carlos me presentou, Dona Adriana, Djalma, Estela, Julia, Isa e Flavinha, obrigada por me ofertarem uma casa e tanta amizade quando cheguei tão perdida nesta cidade.

Ao vô Cláudio (*in memoriam*) por me presentear com meu primeiro livro.

Aos meus pais Paulo Bologna e Sueli Corrêa, guerreiros incansáveis, obrigada por todos os sacrifícios, pelo amor, carinho, cuidado e por se esforçarem tanto para que eu tivesse tudo o que foi negado a vocês.

Ao meu irmão Diego e minha irmã Roberta, obrigada pelo amor, por acreditarem que eu podia ir além, pelo apoio contínuo e pelo infundável bom humor com que levam a vida. O riso de vocês alegra meu dia. À Roberta, um agradecimento especial por ter trazido Ana Clara ao mundo.

A Vera Munhoz e Mauro Martins, meu mais profundo e sincero agradecimento por me receberem na vida, na casa e na família de vocês com tanta generosidade e com tanto afeto.

A Felipe Munhoz obrigada pela parceria e apoio, pelas inúmeras leituras, revisões, críticas e discussões deste trabalho. Obrigada pelo amparo material e emocional, por toda a paciência, por ser presente, por me incentivar e por seguir comigo mundo afora. Saiba que por onde eu for, quero ser seu par.

*Trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca.”*

*Marcel Mauss  
Ensaio sobre a dádiva*

*O homem também toma a si mesmo como matéria e se constrói,  
sim, senhores, como uma casa.*

*Luigi Pirandello,  
Um nenhum e cem mil*



## Resumo

As reflexões apresentadas nesse trabalho advêm de uma pesquisa etnográfica realizada junto ao Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC). O MMRC é um movimento social composto por famílias de baixa renda que reivindicam, através da inserção em programas de políticas públicas, o direito à moradia digna no centro de São Paulo. A problemática da carência de moradia digna para populações de baixa renda é o pano de fundo deste trabalho, mas não é sobre essa questão em específico que ele trata. Esse trabalho versa sobre as múltiplas relações que produzem um movimento de moradia, o supracitado MMRC. Para abordar tais relações, evidenciei três de seus aspectos: i) a utilização das narrativas de trajetórias das lideranças, e como estas são agenciadas tanto para a construção de vínculos entre militantes e Movimento, como são alimento para uma resistência política e de vida para os militantes; ii) as relações estabelecidas no cotidiano da Ocupação Mauá que evidenciam que o termo “espaço”, ou seja, o local de moradia dentro da Ocupação, não é um sinônimo para designar “casa”, mas, ao contrário, “espaço” é um termo que possui uma gramática e temporalidade própria, além de ser *locus* para a produção de outras sociabilidades; iii) o regime de trocas no qual se estabelece as relações entre o MMRC e a Prefeitura de São Paulo, que podem ser apreendidas como mediadas por mecanismos de dádivas, inclusive as do tipo agonísticas.

**Palavras-chave: movimento de moradia, MMRC, Ocupação Mauá, narrativas, “espaço”, dádivas.**

## Abstract

The reflections presented in this work are the result of two years of ethnographic research realized with the Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC) or the Housing Movement of the Centre Region. The MMRC is a social movement compound for low-income families, which claim for the right of decent houses in the city centre of São Paulo, thought their insertion in public policy programmes. The problematic of the lack of decent housing for low-income populations is the background of this work, but it is not on this specific issue that its treats. This work is about the multiple relations which produce a housing social movement, the above mentioned MMRC. To approach such relations, I have highlighted three aspects: i) the use of narratives of the leadership trajectories, and how these narratives are mobilised to build connections between militants and Movement, as much as the narratives are also feeding for political and life resistance to the militants. ii) The relations of the everyday in the Mauá Occupation show that the term "space" used by them to name the place of dwelling within the Occupation, cannot be assumed as a synonym for "house." On the contrary, "space" is a term that has its own meaning and temporality, as well as being a locus to produce other sociabilities for occupants. iii) The exchange regime in which the relations between the MMRC and the São Paulo City Hall are established, can also be understood as mediated by mechanisms of gifts, including those of the agonistic type.

**Key words: housing movements, MMRC, Mauá Occupation, narratives, "space", and the gift.**

## Notas para a leitura

Todas as falas e narrativas de minhas interlocutoras e interlocutores foram mantidas como narradas por elas e por eles, inclusive com possíveis discordâncias da norma culta da língua portuguesa. Essas enunciações, assim como outros termos êmicos serão marcados com aspas duplas. Para os enunciados superiores a três linhas, optei pelo uso de uma formatação distinta do restante do texto, facilmente identificável pela leitora ou leitor.

Algumas das pessoas apresentadas neste trabalho são pessoas públicas e muitas de suas falas foram proferidas em contextos igualmente públicos, como é o caso de Nelson, Ivaneti (Neti), Jirlaine (Gê) e Thelma. Por esse motivo, e com as respectivas autorizações, mantive seus nomes verdadeiros. Para todas as demais pessoas cujas histórias de vida são mencionadas neste trabalho, optei pelo uso de nomes fictícios.

Citações bibliográficas superiores a três linhas são diferenciadas no texto pela formatação, mas sem a utilização de aspas duplas.

Citações bibliográficas inferiores a três linhas são apresentadas com utilização de aspas duplas seguidas de referência.

Todas as citações bibliográficas retiradas de obras em línguas estrangeiras foram traduzidas por mim.

## Lista de Siglas

ASTC-SP	Associação dos Sem-Teto da Cidade de São Paulo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CMP	Central de Movimentos Populares
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
Condephaat	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
DEPESP	Defensoria Pública do Estado de São Paulo
DPH	Departamento de Patrimônio Histórico
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FCV	Fórum Centro Vivo
FLM	Frente de Luta por Moradia
GCM	Guarda Civil Metropolitana
HIS	Habitação de Interesse Social
IOPI	Inspetoria de Operações Especiais
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LGBTs	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MMC	Movimento de Moradia do Centro
MMLJ	Movimento de Luta por Liberdade e Justiça
MMRC	Movimento de Moradia da Região Centro
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MSTC	Movimento dos Sem-Teto do Centro
ONG	Organização Não Governamental
PDE	Plano Diretor Estratégico
PM	Polícia Militar
PP	Partido Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SECOVI-SP	Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
ULCM	União das Lutas de Cortiços e Moradia
UMM	União dos Movimentos de Moradia
USP	Universidade de São Paulo
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>2</b>
UM COMEÇO: A LUTA POR MORADIA NO CENTRO DE SÃO PAULO .....	3
OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	6
O cotidiano entra em cena .....	8
TRAJETÓRIA DA PESQUISA .....	11
A OCUPAÇÃO MAUÁ .....	14
<i>Resistência e território de disputas</i> .....	17
ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO .....	22
NOTAS SOBRE O USO DE FOTOGRAFIAS .....	23
<i>Aproximação de modos de fazer: fotografia e etnografia</i> .....	23
<b>CAPÍTULO I - NARRATIVAS DE EXPERIÊNCIA</b> .....	<b>26</b>
<b>ENSAIO FOTOGRAFICO I</b> .....	<b>27</b>
NARRATIVAS DE TRAJETÓRIAS .....	41
<i>Tramas e enlaces: Nelson e o MMRC</i> .....	44
ASSEMBLEIAS, “LUTA (S)” E “COMPROMISSO” .....	50
NARRATIVAS DE EXPERIÊNCIAS, TRAJETÓRIAS E FORMAÇÃO POLÍTICA .....	54
NARRATIVAS COMO MÉTODO .....	59
A MILITÂNCIA ENQUANTO MEIO: APROPRIANDO-SE DE UMA CERTA NOÇÃO DE DIREITOS .....	61
EXPERIÊNCIAS DE TRANSFORMAÇÃO: “A LUTA AJUDA A CONSTRUIR NÃO SÓ AS CASAS, MAS TAMBÉM PESSOAS” .....	66
<b>CAPÍTULO II - ENTRE A CASA E A RUA, O ESPAÇO</b> .....	<b>70</b>
<b>ENSAIO FOTOGRAFICO II</b> .....	<b>71</b>
A CASA, A RUA E O “ESPAÇO” .....	88
<i>“Espaço”, temporalidade e sociabilidades</i> .....	92
COTIDIANO E MOVIMENTO .....	95
<i>Cena I: uma terça-feira qualquer</i> .....	96
<i>Cena II: reunião de coordenação</i> .....	98
<i>Cena III: dia de festa</i> .....	100
<b>CAPÍTULO III - O MMRC E O PODER PÚBLICO</b> .....	<b>105</b>
<b>ENSAIO FOTOGRAFICO III</b> .....	<b>106</b>
OCUPAÇÃO E RESISTÊNCIA .....	118
<i>Negociações com a Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo</i> .....	119
“MOVIMENTO É MOVIMENTO, GOVERNO É GOVERNO” .....	123
A DÁDIVA COMO MEDIADORA DAS RELAÇÕES .....	128
<i>Dádiva como dívida social</i> .....	131
<b>NOTAS FINAIS</b> .....	<b>137</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOTGRAFICAS</b> .....	<b>142</b>
JORNAIS .....	150
REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS .....	151
<b>ANEXOS</b> .....	<b>152</b>
ANEXO 1 – CARTA ABERTA MMRC .....	152

# INTRODUÇÃO

*“(...)seria injusto acusá-los de aproveitadores ou de chupistas, aproveitadores de que migalhas, chupistas de que refresco, há que ter cuidado com as comparações, não vão elas sair levianas”*

*José Saramago,  
Ensaio sobre a cegueira*

## **Um começo: a luta por moradia no centro de São Paulo**

Eram os conturbados anos 1980: a década perdida, da crise econômica, da inflação galopante. Em cidades como São Paulo, Santo André e São Bernardo do Campo, onde se concentravam parte significativa da indústria paulista, os ânimos pulsavam com a promoção intensa de greves.<sup>1</sup> Com o fim da ditadura militar, o Brasil transitava para a redemocratização e nascia a Constituição de 1988. Num bairro operário no centro de São Paulo, a Mooca, que contava com cerca de 411 indústrias e quase 200 mil operários, encontrava-se a recém fundada (1979) Associação dos Trabalhadores da Mooca, “cuja proposta principal era organizar os operários para fazer oposição ao sindicato que era controlado pela ditadura” (Filadelfo, 2008). A orientação da organização era, obviamente, sindical. Contudo, grande parte dos operários também residiam na região, o que fez com que reivindicações sobre melhoras nas condições de moradia fossem trazidas para a pauta de discussões (Abramo, 1994; Bava, 1994; Kowarick e Campanário, 1994).

Em 1981, a eclosão de uma crise econômica teve impactos imediatos na rotina dos trabalhadores, com demissões em massa, aumento brutal do desemprego e arrocho salarial, o que forçou os sindicalistas a elevarem a questão da luta pela habitação para a “ordem do dia”. Na Associação, operários organizavam politicamente os moradores de cortiços – muitos deles também operários. Eclodiam mobilizações em torno do tema em bairros vizinhos como Brás, Santa Efigênia, Bela Vista, Sé e em regiões mais afastadas, como a Zona Leste da cidade (Filadelfo, 2008:35-42). As reuniões nos cortiços aconteciam de modo regular, alguns grupos também se reuniam em torno da Pastoral da Moradia. As mobilizações populares atinavam para questões como o despejo sem aviso prévio, as altas taxas de serviços públicos (como luz, água e IPTU) e o aumento dos aluguéis (Kowarick, 1994; Gohn, 1991; Telles, 1994, Bonduki, 1994 e Kowarick e Bonduki, 1994).

A discussão sobre a importância de organizar os grupos populares dispersos em um único movimento, que congregasse as diversas reivindicações relacionadas à problemática da habitação, fez parte dos debates políticos nos anos de 1990. Neste contexto, articulava-se a criação da Unificação das Lutas de Cortiço (ULC), entidade considerada por alguns

---

<sup>1</sup> São Bernardo foi chamada de “a capital do conflito social” no Brasil e o “coração do maior parque industrial da América Latina”, desde a década de 1950 até a eclosão da crise (Bava, 1994). Um interessante retrato da classe operária grevista do ABC Paulista neste período pode também ser visto no documentário “Peões”, de Eduardo Coutinho (2004).

pesquisadores como a “mãe” dos movimentos sociais de luta por moradia da região do centro<sup>2</sup>. O que é notório é que “a relação entre o sindicalismo e a luta por moradia foi fundamental para a construção política da ULC”. Essa relação pode ser conferida através dos termos de um manifesto publicado pela entidade (ULC), no início da década de 1990, no qual continha reivindicações tanto por melhores salários, como por moradia digna, ou seja, extrapolando as demandas por moradia e pontuando todas estas questões como parte de “uma só luta”<sup>3</sup>. (Filadelfo, 2008; Kohara, 2013)

Conflitos internos à ULC resultaram em sua fragmentação. Uma das coordenadoras, Veronica Kroll, afastou-se da entidade e criou o Fórum de Cortiços. Alguns anos depois da fundação do Fórum surgiria outro movimento, o MSTC<sup>4</sup>. O mesmo caminho seguiu outro coordenador da ULC, Luiz Gonzaga da Silva, conhecido como Gegê, que se desligou da entidade “mãe” para fundar o Movimento de Moradia do Centro (MMC). E foi desse último, do MMC que, em meados da década de 2000, Nelson da Cruz Souza se desvinculou para formar o movimento com o qual mais trabalhei ao longo da etnografia que aqui apresento: o Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC)<sup>5</sup>.

Se por um lado, os movimentos nascidos da ULC acabavam por desvincularem-se da ULC com o objetivo de operarem de forma mais autônoma, por outro, ocorria também processos de segmentação<sup>6</sup>, ou seja, relações de (re)aproximação e (re)agrupamento dos grupos

---

<sup>2</sup> Para uma construção histórica dos movimentos de moradia na região central, ver também Bloch (2007) e Kohara (2013; 2016). Estes autores apontam o papel embrionário da ULC na constituição dos movimentos de moradia na região central de São Paulo. Ademais, em uma conversa com Nelson, coordenador geral do Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC) no ano de 2016, a ULC é mencionada como sendo a “mãe” dos movimentos de luta por moradia da região central de São Paulo.

<sup>3</sup> “As propostas de atuação da publicação elencavam: 1) Realizar a reforma agrária e a reforma urbana de fato; 2) Lutar pela moradia nas áreas centrais; 3) Auto-gestão e propriedade coletiva; 4) Autodefesa: continuar o processo de organização da nossa classe; 5) Lutar pelo salário mínimo real; 6) Lutar pelas 40 horas semanais; 7) Lutar pelo controle do FGTS; 8) Unir o movimento operário e popular. Em relação à “luta por moradia nas áreas centrais”, a publicação propunha: “a) Desapropriação de cortiços, principalmente nos casos em que há uma concentração maior (por exemplo: vários cortiços no mesmo quarteirão). E onde os moradores estão mobilizados; b) Desapropriação de prédios, casarões e terrenos particulares vazios; c) Aproveitamento dos terrenos públicos sem destinação ainda vazios que se encontram nessas regiões” (Filadelfo, 2008:42). Sobre a relação entre as lutas sindicais e os movimentos de luta por moradia, ver também Bava, 1994; Abramo, 1994; Telles, 1994 e Bonduki, 1994.

<sup>4</sup> Sobre o MSTC, ver Filadelfo (2008) e Hirata (2010)

<sup>5</sup> Doravante, também será referência ao MMRC o termo Movimento grafado com letra maiúscula.

<sup>6</sup> Sobre tais fragmentações, cabe resgatar o que Filadelfo, a partir de Evans-Pritchard [1940 (2013)] aponta sobre o tema (...) quando se fala dessa segmentação dos movimentos, não está se falando de diferentes coletividades homogêneas que atuam de maneira uníssona separadamente. As divergências que ocasionaram as divisões ocorreram entre suas lideranças, o que leva a uma percepção da relação desses movimentos principalmente enquanto coincidentes com as relações pessoais de seus líderes que acabam por orientar os discursos e práticas coletivas dos integrantes de seus movimentos (Filadelfo, 2008:43)



sob a sigla da ULC quando havia a necessidade de formatar alianças temporárias para lidar com objetivos comuns e/ou confrontar adversários políticos de escala: como a negociação com o(s) poder(es) público(s) em prol do atendimento de alguma reivindicação ou a realização de atos e atividades de ocupações que demandassem um número massivo de participantes. Importa dizer que essas relações de segmentação não são necessariamente estáveis ou mesmo duradouras, mas ao contrário, costumam operar de modo circunstancial.

Em 2014, a ULC incorporou o “M” de moradia à sua sigla, tornando-se ULCM. Além desta, outras mudanças ocorreram na estrutura da organização: em 2016, com a reformulação de seu estatuto, a entidade deixou de filiar pessoas físicas e se transformou em uma entidade que agrega somente outros movimentos de luta por moradia<sup>7</sup>.

Há ainda outras entidades que apresentam esta característica agregadora, como a União dos Movimentos de Moradia (UMM)<sup>8</sup>, a Frente de Luta por Moradia (FLM)<sup>9</sup> e a Central de Movimentos Populares (CMP)<sup>10</sup>, sendo esta última agregadora de outros movimentos populares que extrapolam a problemática da moradia, alcançando movimentos como aqueles em defesa dos LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), os movimentos feministas e de mulheres, de identidade racial entre outros.

---

<sup>7</sup> O próprio MMRC, em 2013, desassocia-se da FLM, outra entidade agregadora, e filia-se à ULCM.

<sup>8</sup> Sobre a UMM, ver Cavalcanti (2006) "Como visto no processo de formação dos movimentos de moradia, a UMM foi criada ainda na década de 1980 para articular diferentes movimentos e grupos que haviam sido criados no território paulistano. Atualmente, no estado de São Paulo, ela reúne movimentos não só da capital, como também do interior. Quando o MSTC foi constituído, continuou fazendo parte da UMM, mas se separou, levando consigo outros movimentos e realizando uma articulação que levou à formação da FLM. Atualmente, dentre os movimentos de moradia que atuam no centro da cidade, a ULC, o Fórum de Cortiços e o MMC estão na UMM". (Filadelfo, 2008:66).

Cabe aqui um pequeno adendo. À época da pesquisa realizada por Filadelfo, o MMRC e o MSTC eram filiados à FLM, atualmente, somente o último mantém a filiação.

É também digno de nota que o principal contraste entre entidades como a UMM e a FLM, de acordo com seus militantes, é no que toca a postura de enfrentamento. A UMM tem por prática realizar ocupações com fins de pressionar o governo a negociação. A FLM, por sua vez, autodenomina-se como uma “frente cuja a luta [é] de ação direta”. (Filadelfo, 2008:67)

<sup>9</sup> A Frente de Luta por Moradia (FLM) foi criada em meados dos anos 2000 e oficializada em 2004, a partir da saída do MSTC, do MMRC e outros movimentos da UMM. A separação ocorreu por divergências quanto às formas de ação enfatizadas pela UMM. (Paterniani, 2016; Filadelfo, 2008)

<sup>10</sup> A Central de Movimentos Populares (CMP) foi criada em 1993 é uma entidade com atuação nacional. A proposta da Central é reunir movimentos populares que lutam por direitos distintos, mas o seu eixo hegemônico ainda é a moradia. A exemplo, temos que as principais lideranças da CMP são ou foram em algum momento pertencentes à movimentos de moradia. Igualmente, estes militantes são próximos ao Partido dos Trabalhadores. <https://www.blogger.com/profile/17116201783036038287> (acessado em janeiro/2018)

## Os novos movimentos sociais

Entre as décadas de 1970 e parte de 1980, prosperou na América Latina, o que se denominou de os “novos movimentos sociais”. Nos anos de 1970, os movimentos populares se organizavam nas periferias urbanas e se organizavam em lutas “isoladas por água, luz, transportes, creches”. As articulações ocorriam com pastorais da igreja católica e intelectuais engajados na resistência contra o governo militar. Neste momento, “o opositor era um só: o Estado” (Gohn, 1991:9).

Deste período, destacaram-se as discussões realizadas por autores como Castells (1974), Borja (1975), Lojkin (1981), cujos trabalhos propunham a construção de um modelo analítico alternativo ao paradigma clássico marxista. O foco era discutir o desdobramento da luta de classes em lutas urbanas. Para eles, “as manifestações libertárias (...) eram uma nova face do povo, que recusava a disciplina produtiva e reivindicava o direito a uma vida melhor” (Cardoso, 2008: 315). Dito de outro modo, buscava-se potencial de transformação desses sujeitos através de sua inserção na esfera da reprodução social e não mais pela inserção no sistema de produção. Essa postura teórica, afirmou Cardoso, foi muito estimulada quando aplicada ao contexto latino-americano. Se a teoria de Castells (1974), era ancorada em torno de discussões como consumo coletivo, classes sociais e processos políticos, Lojkin (1981), ao criticá-lo, enfatizava o papel e as características do Estado moderno e as relações deste com as diferentes classes.

O problema com o desenvolvimento das teorias supracitadas era o alto grau de generalidade que acabavam por excluir as particularidades dos sujeitos das análises. Como apontam Scherer-Warren e Luchmaan (2004)

se a questão urbana (de moradia, consumo, educacional, de gênero, étnica e outras) permitia analisar a dupla inserção nas esferas da produção e da reprodução, examinando-se as interfaces entre trabalho produtivo e improdutivo, entre mercado e cotidianidade, entre outras, o seu alto grau de generalidade não abordava as especificidades dos sujeitos, que acabavam reduzidos ou enquadrados num modelo paradigmático único e hegemônico nos diálogos intelectuais (2004:14)

Neste sentido, autores como Touraine (1965;1978), trouxeram ao debate uma postura mais arrojada. Sua análise era balizada na constatação de que em uma sociedade pós-industrial (ou sociedade programada), o Estado assumia novas formas de gestão e os movimentos sociais eram “os atores principais e o lugar do conflito” (Cardoso: 2008:317).

Gradativamente, estes autores passaram a desconsiderar em suas análises algumas das funções do Estado e permaneceram somente com o seu caráter “disciplinar e

autoritário”. Essa face foi mantida como um pano de fundo de onde se projetavam as análises neste período. Cardoso (2008) elencou dois pontos para esta obliteração dos papéis do Estado nas produções acadêmicas da ocasião: o primeiro foi o surgimento das manifestações populares em contextos políticos repressivos que passam a ser entendidos como “demonstrações da força latente das classes subalternas”. Deste ponto de vista, o caráter anti-governo era facilmente confundido com uma crítica radical ao próprio sistema político. O que, para a autora, poderia tratar-se de uma análise apressada e falha de um mapeamento contextual do surgimento destes movimentos:

Decretar o nascimento de novos atores políticos, portadores de uma força transformadora, sem que a análise demonstre concretamente a novidade de seu papel mediador entre a sociedade civil e o Estado, parece incompleto. A simples existência empírica de manifestações populares não autoriza conclusões a respeito de sua função política, pois elas estão referidas a um contexto que precisa ser descrito. Falta um mapeamento das diferenças entre os vários movimentos sociais; das condições de sua eficácia e dos contextos políticos nas quais emergem. (Cardoso, 2008:318)

O segundo ponto era a ênfase dada pelos pesquisadores latino-americanos em analisar o fenômeno dos movimentos sociais, mas ignorar as mudanças sofridas pelo Estado. Este acabava por ser apresentado com uma caracterização “pobre” e era definido somente como o inimigo autoritário ou o foco contra o qual a sociedade civil se posicionava.

Enquanto que os teóricos franceses, nossos inspiradores, falavam da mudança qualitativa das funções do Estado sob o capitalismo monopólico, nós, latino-americanos, para explicar fenômenos semelhantes, nos fixamos na crítica ao autoritarismo de nossos governos, deixando de lado as transformações substantivas do aparelho de Estado. Duas ordens de problemas aparecem, por isso, sobrepostas: 1) transformação do papel econômico do Estado e a conseqüente centralização de decisões; 2) governo autoritário e repressão das formas tradicionais de expressão e reivindicação populares. (Cardoso, 2008:320)

A palavra chave para se pensar os “novos movimentos sociais” parecia ser “autonomia”. Cardoso afirmou que as pesquisas viam as mobilizações populares como uma novidade política cuja atuação se afastava da militância operária (os “sujeitos históricos por excelência”) e partidária e enfatizam a autonomia dos movimentos perante ao Estado, assumindo que tal autonomia implicava em uma não relação (Cardoso, 2008; Tatagiba, 2009).<sup>11</sup>

O debate em torno do tema é, obviamente, mais rico do que o brevemente apresentado. Em um balanço da discussão, Feltran (2003:28-29) recupera algumas formatações

---

<sup>11</sup> Para uma discussão mais extensa do debate ver também Warren e Krischhke (1987) Alonso (2009) Gohn (1991, 2014), Feltran (2005), e Dias de Andrade (2010).

analíticas inspiradas nos trabalhos de Baierle (1992) e Doimo (1995) que classificam o debate teórico em três matrizes de análise: estrutural, cultural e institucionalista:<sup>12</sup>

A primeira, chamada de “econômico estrutural” (Baierle), ou “estrutural autonomista” (Doimo), encarava os movimentos como fundamentais na transformação da luta de classes<sup>13</sup>. A segunda, chamada de “antropológico cultural” (Baierle), ou “cultural autonomista” (Doimo), tinha na valorização da cultura e na experiência o locus de transformação social<sup>14</sup>. A terceira, e mais pessimista de todas as matrizes, foi chamada de “histórico política” (Baierle) ou “enfoque institucional” (Doimo), paradigma que foi extremamente crítico ao papel transformador que os novos movimentos sociais pudessem desempenhar. Doimo apontava uma dicotomia entre autonomia e institucionalização nos movimentos observados que limitava o alcance do impacto que estes poderiam ter nas estruturas de produção da desigualdade capitalistas, em particular, quando estes eram postos em contato com o Estado<sup>15</sup>. Apesar do pessimismo, esta corrente não ignorava a capacidade destes movimentos em provocar a ampliação de direitos sociais e de cidadania.

Como ressaltou Feltran (2003), a atuação dos movimentos sociais não pode ser “explicada incontestavelmente por nenhum dos paradigmas teóricos tradicionais”, o que implica dizer que não há uma referência única amplamente aceita e seu quadro de análise é repleto de conflitos, incertezas, expectativas e contradições.

### **O cotidiano entra em cena**

Inspirados nas orientações estruturalista e cultural supracitadas, a década de 1980 viu surgir a produção de interessantes pesquisas de caráter etnográfico sobre os novos movimentos sociais que se detinham sobre a relação entre cotidiano e política. Para autores como Evers (1984), Caldeira (1984), Cardoso (1987) e Durham (2004) os novos movimentos sociais extrapolavam o modo clássico e institucional do fazer político e reafirmavam uma produção política no próprio cotidiano.

---

<sup>12</sup> Outra classificação realizada sobre os paradigmas teóricos dos movimentos sociais urbanos pode ser encontrada em Gohn (1991: 21-31). A autoria organiza os teóricos e seus paradigmas do seguinte modo: i) paradigma histórico-estrutural; ii) o paradigma culturalista; iii) o paradigma neo-idealista e iv) o paradigma neopositivista.

<sup>13</sup> Ver: Castells (1974), Lojkin (1981), Borja (1975), Weffort (1978), Kowarick (1984).

<sup>14</sup> Ver: Evers (1984), Caldeira (1984), Cardoso (1987), Durham (1984), Telles (1987) e Kowarick (1984).

<sup>15</sup> Ver: Cardoso (1983), Baierle (1992) e Santos (1981).

Durham (1984b [2004]) afirmava que para se obter um quadro explicativo adequado acerca dos novos movimentos sociais era necessário integrar dois modos distintos de análise: o sociológico – que vinha sendo privilegiado no debate –, e o antropológico, – cujo produção era incipiente. As pesquisas de caráter exclusivamente “sociológico” privilegiavam a visão “de fora” e “para fora” em relação aos movimentos, ou seja, focavam em “sua relevância para a ação partidária, em sua relação com o Estado e em sua eventual importância como instrumento de contestação ao regime”. As interpretações de cunho mais antropológico, a serem estimuladas, favoreceriam um ponto de vista a partir “de dentro” do movimento, preocupando-se, portanto, com o “seu significado para aqueles que dele participam”. (Idem:283-284)

Pesquisas como as de Tereza Caldeira (1984) e Eunice Durham (1980[2004]), enfatizavam a importância da família nuclear enquanto produtora de valores e orientadora das relações de seus membros com a esfera pública. Enquanto núcleo e unidade doméstica, partilhavam de carências e privações, assim como de aspirações, como o desejo pela casa própria e pela ascensão social. Com isso, as “classes populares” inseriam-se na esfera pública e política desde a esfera privada de relações<sup>16</sup>. De tal modo que relações familiares de vizinhança e de compadrio (que compunham a base dos movimentos sociais), funcionavam como uma base para uma tomada de “consciência das deficiências e injustiças próprias de sua condição”, e tornavam-se “um ponto de partida necessário em relação ao qual se podem erigir tentativas individuais e parciais ou coletivas e organizadas para superar essa condição, transformando a sociedade”. (Durham, 1980 [2004:253])

Diante disso, como reiterou Dias de Andrade (2010),

não só a esfera pública foi construída a partir de instituições e lugares privativos do cotidiano, como também o ideário autonomista teve que lidar, desde seu surgimento, com as vias da institucionalização que se fazia presente com o apoio sindical, mesmo que este tenha tido que suportar forçadamente o apelo da cotidianidade dessas lutas na reelaboração da experiência e percepção das carências. (:22)

Os movimentos sociais surgidos naquela época renovaram a conformação do social para os trabalhadores no cenário público e, esse formato de organização, oriundo de uma

---

<sup>16</sup> Segundo Durham, a heterogeneidade da base dos movimentos sociais, composta não somente por operários, mas também por ambulantes, biscateiros, domésticas, funcionários públicos, pequenos comerciantes entre outros, impelia a necessidade de um novo conceito que os abarcasse na análise. Assim, era necessário substituir termos mais precisos como “proletariado” por outros mais genéricos como “classes populares”, “classes trabalhadoras”, “o povo”, “os pobres”. Durham justifica que: “Nessa substituição de termos, o que está em jogo é toda uma visão do processo histórico que privilegiava o papel necessariamente revolucionário do proletariado, e que centrava todas as perspectivas de transformação social na organização política de classe” (Durham, [1984b (2004:286)]).

construção discursiva da experiência e percepção de carências comuns, foram utilizadas por diversos movimentos sociais para uma certa apropriação política do espaço público. Portanto, as classes populares que se engajavam nas lutas atuavam simultaneamente em duas frentes: a luta pelo reconhecimento de seus direitos como cidadãos e a viabilização de suas demandas, visando diminuir suas carências (Cardoso, 1983).

Durham afirmou que era a carência que definia uma coletividade possível, dentro da qual se “constitui a coletividade efetiva dos participantes do movimento”. Contudo, era justamente a pluralidade de carestias que possibilitava “cortes” nos movimentos e distintas maneiras organizacionais que, ora eram utilizadas alternadamente, ora se sobrepunham. A autora nomeia dois destes modos: o “comunitário” e o “formal”. No primeiro caso, se tratava de uma formação política que evitaria a institucionalização da representação e demandaria uma participação contínua e permanente de todos, desde o processo da tomada de decisões até a execução. Seriam um exemplo claro desse modelo as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) onde o que vigorava era a ênfase na igualdade como pilar da constituição da coletividade. Havia, contudo, a segunda tipologia referenciada pela autora, o modelo de organização denominado “formal”, que implicaria na eleição de uma diretoria executiva, a quem caberia promover a mobilização e o encaminhamento das reivindicações. Em tais modelos organizativos, haveria uma demanda por mecanismos de representação e a promoção e constituição de lideranças como porta-vozes do movimento. Segundo Caldeira, a própria interlocução com o Estado incentivava esse tipo de organização sem que, com isso se configurasse em uma imposição estatal. A despeito do primeiro modelo, o de comunidade, ter sido a bandeira dos “novos movimentos sociais”, ambos os modos de organização conviviam e convivem lado a lado.

Espero haver apresentado a pluralidade e, por vezes, hibridismo, que compreende a bibliografia sobre os movimentos sociais no Brasil e o caminho extenso que esse debate teórico ainda tem a percorrer. Ressalto, porém, que não pretendo me filiar *a priori* a nenhuma das propostas explicitadas. Antes, meu principal interesse é entender “a partir de dentro” e mediada pela etnografia, como estes atores se relacionam, se organizam, como apreendem e produzem a própria ideia de movimento social e como, enquanto movimento, articulam suas relações com determinadas esferas do poder público.

## Trajatória da pesquisa

O ano de 2014 foi um divisor de águas para o desenrolar desta pesquisa. Neste ano, eu começava a delinear um projeto de mestrado cujo intuito – ainda genérico e amorfo – era investigar a problemática da moradia em São Paulo. O meu interesse pela temática datava da minha graduação em Economia (2010), quando meu objetivo era pesquisar o tema a partir dessa disciplina. Porém, seguindo o conselho de um de meus professores da economia, aproximei-me das Ciências Sociais, onde o campo de estudos poderia ser mais fértil aos meus interesses. Paulatinamente, me aproximei da Antropologia. A possibilidade de realizar uma pesquisa com bases no método etnográfico era um cenário interessantíssimo e privilegiado em que eu poderia deslocar minhas atenções de questões de ordem macroeconômicas para questões da ordem do cotidiano e das relações sociais que se desenrolavam no universo que eu tinha, já há anos, interesse de investigar. Assim, a minha aproximação da antropologia não surgiu *a priori*, mas como um meio de desempenhar, com certo rigor, o trabalho científico que eu desejava.

Mas, como eu dizia, foi no ano de 2014 que a ideia genérica de uma pesquisa começou a se transformar em projeto. No decorrer daquele ano, eu me inteirava das discussões ocorridas nas reuniões participativas sobre o Plano Diretor da cidade de São Paulo<sup>17</sup>. Nestes eventos, me chamou a atenção que as ocupações de prédios vazios<sup>18</sup>, realizadas por movimentos de luta por moradia, detinham importância no debate sobre planejamento urbano.

---

<sup>17</sup> O Plano Diretor é um documento legal que visa orientar a ocupação do solo urbano. É o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, de acordo com a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade. O Plano Diretor de São Paulo existe desde 1985, mas em 2002, quando da sua reformulação, passou a chamar Plano Diretor Estratégico e passou a contemplar alguns instrumentos de política urbana para moradores de baixa renda, como as ZEIS e os Planos Regionais das Subprefeituras. A elaboração deste plano é de caráter participativo entre municípios e sociedade civil. Outro processo de revisão participativa do Plano Diretor Estratégico (PDE) ocorreu em 2013. Este processo foi dividido em quatro etapas. Na primeira etapa, contou com a promoção de reuniões abertas à população organizadas de modo que a população pudesse apresentar propostas e contribuições sobre temas pré-definidos. Na segunda etapa, foram realizadas oficinas públicas nas 31 subprefeituras da cidade de São Paulo, para o levantamento de demandas e sugestões locais. Paralelamente, os municípios puderam também reivindicar ações e políticas públicas pela internet. Em seguida, todas as sugestões recebidas foram sistematizadas e consolidadas, de modo integrarem uma minuta de Projeto de Lei. Apresentado em agosto de 2013 à população, o documento estava apoiado em três grandes pilares: i) a estruturação metropolitana, ii) o desenvolvimento de eixos estruturadores e iii) a redução da vulnerabilidade social e urbana. A quarta e última etapa do processo foi a revisão do PDE, em que ocorreu a devolutiva das propostas e contribuições levantadas e pela discussão da minuta em audiências públicas. O PDE da cidade de São Paulo entrou em vigor em 31 de julho de 2014, e deve orientar o desenvolvimento da cidade até 2030. (Para mais informações, ver [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/legislacao/plano\\_diretor/index.php?p=201105](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/legislacao/plano_diretor/index.php?p=201105)).

<sup>18</sup> Uma explicação para a existência de diversos prédios vazios no centro da cidade de São Paulo é oferecida por Frúgoli Jr. (2000). O autor aponta que a região central sofreu um processo de degradação devido ao desgaste de parte de seus equipamentos urbanos e a queda dos valores imobiliários da região. O tema igualmente já foi debatido por autores como Rolnik (1994), Bonduki e Kowarick (1994), Maricato (1996), Villaça (1998), Kowarick (2007; 2009) e Kohara (2013). As autoras e autores evidenciam que a região central é historicamente *locus* para a prática

Até aquele momento, tudo o que eu sabia sobre a problemática da falta de moradia estava localizado nas periferias da cidade e na região metropolitana de São Paulo, em particular, em Carapicuíba, minha cidade natal. Estava familiarizada com as ocupações de terrenos vazios (por grupos populares nem sempre organizados) para a autoconstrução de casas “irregulares”, mas a ideia de ocupar prédios já construídos para habitação pareceu-me uma alternativa interessante de mobilização, sobre a qual decidi me debruçar.

Assim, a manchete estampada no site de notícias “Rede Brasil Atual” em 9 de maio foi providencial para ajudar-me no recorte desta pesquisa. Dizia a manchete: “Prefeitura faz o depósito de compra do prédio da ocupação Mauá”.

A prefeitura de São Paulo depositou R\$ 11 milhões correspondentes a sua oferta de compra para o edifício conhecido como ocupação Mauá, na rua de mesmo nome na Luz, centro da capital. A ocupação é uma das mais emblemáticas da cidade e, desde 2007, abriga 237 famílias.

O depósito judicial representa mais uma etapa no processo de desapropriação do prédio, iniciado em junho do ano passado pela gestão do prefeito Fernando Haddad (PT) com a assinatura do decreto de interesse social a partir do qual a administração tem dois anos para efetivar o interesse de compra. (Rede Brasil Atual)

A intervenção da Prefeitura na compra de um prédio onde havia uma ocupação de tamanha visibilidade soava como um ambiente perfeito de observação para compreender algumas questões acerca da relação entre poder público e movimento de moradia. Interessava-me qual a trajetória das relações entre os agentes e quais elementos haviam sido colocados em cena para que um dos pleitos do movimento – ter o imóvel adquirido para fins de moradia popular – fosse atendido. Além disso, dado o estágio em que se encontrava as negociações, segundo aquela e outras notícias veiculadas na mídia, o tempo seria hábil para acompanhar os desdobramentos destas relações a partir do evento da aquisição. Ou seja, desenhava-se a possibilidade de apreender a dimensão simbólica das relações econômicas e políticas que se articulavam entre os atores tanto antes como depois da compra do prédio. Ademais, aproximar-me da ocupação e dos movimentos de moradia possibilitava, igualmente, investigar como se pensavam, se organizam e se constituíam enquanto um grupo social, isto é, formado a partir da comunhão de pessoas com interesses pessoais e distintos, que a despeito das divergências, organizam-se conjuntamente em um fito comum.

---

da especulação imobiliária, consonante com um Estado de *laissez-faire*, que não intervém sobre o mercado da terra urbana. O centro, antes local da elite paulistana, vê-se esvaziado de habitação quando as elites migram para áreas mais afastadas (como Bela Vista, Higienópolis e Jardins) e passa a abrigar número cada vez maior de imóveis vazios que servem à prática da especulação imobiliária.



Outro evento crucial para tornar a pesquisa possível aconteceu naquele mesmo mês, ao participar de um curso de educação popular chamado “Teto e afeto”, em Taboão da Serra, uma cidade da região metropolitana de São Paulo. A proposta do curso era retratar a cidade a partir de uma perspectiva periférica, política e poética e, para as aulas, eram convidados especialistas em temas diversos. Um dos palestrantes foi Nelson “Che”, coordenador geral do Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC), um dos três movimentos que compunham a Ocupação Mauá<sup>19</sup>. Ao final do curso, me apresentei a Nelson e lhe contei sobre o meu interesse em pesquisar ocupações por moradia no centro da cidade. Ele me entregou seu cartão de visitas e me convidou a conhecer a ocupação em que vivia.

Nelson acabou se tornando meu principal interlocutor na pesquisa etnográfica que eu desenvolveria a partir de 2015, quando iniciei o mestrado em Antropologia Social na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

\*\*\*

O projeto inicial, ao ser defrontado com a realidade de campo, sofreu modificações, ganhou novos elementos e contornos, ao passo que descentralizou outros: abandonei as relações entre a Ocupação Mauá e a Prefeitura como eixo central do trabalho para centrar-me nas relações protagonizadas pelo MMRC, um dos três movimentos que compõem a Mauá. Não se trata de haver obliterado a Ocupação deste trabalho, mas de que as análises aqui apresentadas estão situadas a partir deste movimento, o MMRC.

Vista de uma perspectiva externa, é comum perceber a Mauá enquanto uma coletividade inteiriça, coesa. Há, inclusive, um esforço por parte dos integrantes da Ocupação em reiterar essa percepção, principalmente diante de antagonistas claros, como o proprietário do prédio, a imprensa, o poder público, a Polícia Militar, a Guarda Civil Metropolitana entre outros interlocutores. Contudo, a sua composição tripartite garante que, em sua dinâmica cotidiana, tal unidade só ocorra de maneira contextual e/ou situacional<sup>20</sup>. Vale dizer que há um esforço por parte dos coordenadores dos movimentos em construir canais de diálogos, interação e alianças, sem ignorar que esse processo contemple, ao mesmo tempo, divergências, segmentações internas e, por vezes, competições entre os movimentos.

---

<sup>19</sup> Doravante Mauá ou Ocupação, grafada com letra maiúscula.

<sup>20</sup> Destacando que não se trata aqui de uma particularidade da Ocupação Mauá e a sua composição por três movimentos sociais distintos, mas de uma dinâmica igualmente observada no MMRC. Ou seja, todo discurso de unidade política é, em certa medida, artificial. Assim como observado na dinâmica cotidiana da Ocupação Mauá, relações internas de conflito, alianças e construção de fronteiras de diálogos ocorrem igualmente no Movimento.

Durante minha inserção em campo, ficou claro que a porta pela qual entrei na ocupação situou o ponto de vista de onde minhas observações aconteceriam. Eu era vista como “a garota que segue o Nelson” ou “a garota do MMRC”, assim como outras pesquisadoras e pesquisadores que circulavam pela Ocupação tinham suas figuras atreladas à imagem de quem os havia possibilitado a entrada em campo. Eu nunca fui apresentada como pesquisadora, e as pessoas em geral subentendiam de imediato que eu participava do Movimento. Esta característica, ao passo que me abriu alguns horizontes para a pesquisa, me fechou outros, como participar de algumas reuniões de rotina da Ocupação que fossem convocadas por outros movimentos que não o MMRC, assim como acessar algumas lideranças e integrantes de outros movimentos. No MMRC, contudo, encontrei abertura tanto para circular em meio a sua estrutura organizacional, como estreitei laços de convivência e amizade com alguns membros e lideranças. Assim, foi a partir destas novas imbricações que a discussão deste texto se construiu.

A Ocupação Mauá, contudo, segue sendo o palco onde boa parte deste trabalho se desenrolou, razão pela qual é imprescindível que falemos um pouco sobre ela.

## **A Ocupação Mauá**

No ano de 2003, o edifício localizado na rua Mauá, nº 340, na região central da cidade, no bairro da Luz, foi ocupado pelo Movimento Sem-Teto no Centro (MSTC). Na década de 1950 havia funcionado no local o Hotel Santos Dumont, mas desde 1986 o edifício se encontrava vazio. Dois meses após a ocupação de 2003, o prédio foi reintegrado à posse do proprietário e voltou a ficar desocupado. Quatro anos mais tarde, na noite de 25 de março de 2007, outra ação de ocupação ocorreu no local, desta vez, articulada entre três movimentos de moradia: Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC), Movimento Sem-Teto no Centro (MSTC)<sup>21</sup> e Associação Sem Teto da Cidade de São Paulo (ASTC-SP). Naquela noite, homens, mulheres e crianças iniciavam aquela que viria a ser uma das ocupações mais emblemáticas da cidade de São Paulo e um símbolo de resistência entre os movimentos de moradia<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Em 2015, Ivaneti de Araújo, a coordenadora geral do MSTC e da Ocupação Mauá se desligou do MSTC e fundou o Movimento de Luta por Liberdade e Justiça (MMLJ). Ambas as siglas, MSTC e MMLJ, são integrantes da Frente de Luta por Moradia (FLM) porém o MSTC não é mais parte da Ocupação Mauá.

<sup>22</sup> Filadelfo (2008) descreve a ação de ocupação ocorrida em 2007, como parte de sua dissertação de mestrado.

É uma porta de ferro vermelha e estreita que abre caminho da rua para a Ocupação Mauá. Por questões de segurança e organização, ninguém desconhecido entra sem a autorização da pessoa responsável pela portaria que, durante o dia é Elizete, porteira na Ocupação desde 2007. Não há interfone entre a portaria e os andares, de modo que toda a comunicação é feita via celular, entre visitante e visitado. O prédio, com seus seis andares agrupados no entorno de um pátio central, abriga mais de mil habitantes, ou duzentas e trinta e sete famílias. Cada movimento tem seu(s) andar(es), seus coordenadores e suas respectivas formas de organização interna. A limpeza dos andares é feita coletivamente e é fiscalizada pela coordenação de cada andar. Cada família está vinculada a um dos três movimentos e todas juntas integram a Ocupação Mauá<sup>23</sup>. Passando pela portaria e seguindo pelo saguão de entrada, tem-se acesso às escadas e aos corredores estreitos de iluminação indireta. Ao longo dos corredores entrevistados, as portas vermelhas – algumas manchadas pelo tempo, outras desenhadas ou repletas de adesivos – abrigam as pessoas que vivem nos “espaços”<sup>24</sup>. Cada “espaço”, de aproximadamente 12m<sup>2</sup>, é moradia de uma família; algumas das famílias mais antigas vivem em até dois espaços. Não há elevadores funcionando e as portas que dão aos poços dos elevadores são lacradas. Os banheiros e lavanderias são coletivos: há quatro banheiros e quatro lavanderias por andar.

Além do acesso às escadas e aos “espaços”, o saguão central abre acesso para o pátio central da ocupação. Não há nada ali que lembre um hotel. Na altura dos meus olhos, o cinza das paredes é quebrado pelo colorido das pichações e grafites. Na medida em que os olhos seguem até em cima, vê-se o cinza concreto marcado pelo mofo e pelo tempo. Por toda a extensão do quadrilátero há janelas de onde pendem varais com roupas coloridas postas a secar. O encanamento que leva água aos espaços foi refeito há alguns anos e, agora, correm traçando caminhos pelo lado de fora das paredes. O céu paulista pode ser visto a partir do quadrado que as paredes desenhavam. Do alto do prédio, calhas dão vazão às águas das chuvas que, quando são muitas, escoam em cascata pelos cantos. O pátio, assim como a pavimentação dos andares recém reformados pelos moradores, são reduto das crianças que não estão em horário escolar.

---

<sup>23</sup> É difícil traçar todos os fluxos que trazem os sem-teto até os portões das ocupações. Todavia, muito comumente, essa entrada se dá através das relações de amizade/parentesco com alguma moradora ou morador da ocupação ou a partir do contato com alguma liderança local. Observei que, em geral, as famílias ingressam e passam a participar do movimento que as abrigou. É também muito frequente que aquela ou aquele que foi abrigada/o estabeleça fortes vínculos de gratidão e de dádiva tanto com a coordenadora ou coordenador que a aceitou, como com as pessoas que possibilitaram o contato inicial.

<sup>24</sup> “Espaço” é o termo pelo qual moradoras e moradores se referem a seus locais de moradia dentro das ocupações. Uma discussão a respeito do termo será realizada no capítulo II desta dissertação.

A área externa também é espaço de festas, de alguns outros eventos sociais ou políticos. Os pátios e corredores da Mauá já foram também palco para a gravação de videoclipes, como da música “Crisântemo”, do rapper Emicida<sup>25</sup> e “Mil faces de um homem leal”, do grupo Racionais Mc’s<sup>26</sup>. A Ocupação também foi cenário para o cinema documental, na produção de “Leva” (2011), “Mauá – Luz ao redor” (2013); e ficcional, “Estamos juntos” (2011) e “Vaca Profana” (2017).

Em 2016, a “família Mauá” – como se auto referenciam – cresceu ao abrigar outras doze famílias pertencentes ao MMRC. Estas famílias haviam feito parte de uma ocupação realizada no dia 1º de abril de 2016, em uma rua adjacente à Mauá. A ocupação na rua Triunfo durou três meses. O prédio de dois andares era uma antiga loja de eletrônicos e estava desocupada há alguns anos. O que o Movimento não sabia na data da ocupação é que o local estava em negociação para venda. Nelson contou que foi procurado pelo proprietário que lhe ofereceu um acordo para que eles desocupassem o imóvel sem a necessidade de levar o caso à justiça, o que seria moroso para todos e resultaria, de todo modo, em despejo. O caso foi posto em assembleia com as dezesseis famílias que ocupavam o lugar e decidiram aceitar a proposta. Quatro das dezesseis famílias optaram por receber o valor que lhes caberia na divisão do acordo e foram buscar outro lugar para viver. As demais famílias foram para a Ocupação Mauá.

Vale dizer que a ida dessas famílias para a Mauá foi uma decisão tomada em assembleia, junto à Coordenação Geral da Ocupação, posto se tratar de uma mudança que impactaria na dinâmica de toda a Mauá. A reunião, segundo me contou uma interlocutora, foi tranquila e contou com a seguinte afirmação de Ivaneti, a coordenadora geral: “vocês estão com famílias precisando? Então a gente abriga”. Para abrigar estas famílias foi necessário ampliar o espaço construído da Ocupação, uma vez que não havia “espaços” disponíveis no prédio do antigo hotel. Optaram por construir dozes novos “espaços” em um segundo pátio da ocupação localizado aos fundos do pátio central.

Enquanto os novos moradores construía seus espaços, ficaram alocados em um dos salões de reunião da Mauá de modo improvisado. A obra durou por volta de seis meses e foi realizada segundo os moldes de autoconstrução. O financiamento foi possível graças ao dinheiro da negociação realizada entre Nelson e o proprietário, e aos rateios realizados pelas

---

<sup>25</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=iJHEQkL9lww>.

<sup>26</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=TdLd\\_NN7S6Y](https://www.youtube.com/watch?v=TdLd_NN7S6Y).

novas famílias e pelo MMRC. A “vilinha”, como é chamada pelos moradores, obedece às mesmas regras de partilha de espaço, organização e limpeza que regem toda a Ocupação.

### **Resistência e território de disputas**

A Ocupação Mauá se tornou, ao longo dos últimos onze anos, um polo agregador de diversos coletivos políticos e culturais, tanto internos como externos à Mauá. O Movimento Passe Livre (MPL),<sup>27</sup> e o Comitê Popular da Copa,<sup>28</sup> realizavam diversos de seus encontros e reuniões no local, além de ter a Mauá como ponto de encontro para passeatas, atos e manifestações. Não é incomum encontrar na Ocupação, aos finais de semana ou em algumas noites durante a semana, grupos feministas, antirracismo e educadores populares que se reúnem nos espaços e se articulam aos seus moradores<sup>29</sup>. Em 2012, num importante ato, dez novos Defensores Públicos do Estado realizaram uma “posse popular” no pátio da Ocupação, com o intuito de reforçar o “juramento em defesa dos necessitados”<sup>30</sup>. Na ocasião, o Ouvidor Geral da Defensoria Pública, Alderon Pereira da Costa, proclamou a seguinte fala:

São os novos Defensores que vão ajudar a transformar essa realidade, de pessoas que são obrigadas a ocupar um prédio para ter um mínimo de dignidade de moradia. Muitas vezes são tratadas como bandidos, mas são seres humanos com toda dignidade. E vocês, Defensores, vão se tornar mais humanos a cada vez que defenderem essas pessoas.

A importância da Mauá enquanto uma ocupação simbólica, agregadora e capaz de mobilizar um considerável número de relações de alianças com diversos outros grupos,

---

<sup>27</sup> A respeito do MPL, consta em seu website (<http://tarifazero.org/mpl/>) que se trata de “um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada”. O MPL ficou nacionalmente conhecido após suas atuações em manifestações populares contra o aumento das tarifas de ônibus em 2013.

<sup>28</sup> O Comitê Popular da Copa foi um grupo criado por volta de 2011. Com o slogan: “Copa pra quem?”, o grupo reunia movimentos sociais, organizações de direitos humanos, profissionais do urbanismo e do direito que se propunha a monitorar e problematizar o impacto e violações decorrentes do megaevento, a Copa 2014, na cidade de São Paulo. Para mais informações sobre o comitê e as redes de articulações deste movimento, ver Brito, 2015.

<sup>29</sup> Um dos exemplos desta articulação entre educadores e moradores é a Escola de Educação Popular Margarida Maria Alves. Um projeto educacional popular e gratuito organizado pelo MMRC e por voluntárias e voluntários para alfabetizar, reforçar conteúdos escolares já aprendidos e incentivar a continuidade dos estudos para moradores e moradoras da Ocupação Mauá e Prestes Maias. As aulas ocorriam três vezes por semana por cinco meses por semestre. Cada dia sendo responsabilidade de uma dupla ou grupo de apoiadoras e apoiadores em que uma matéria diferente era ministrada. Os modelos de organização, a localidade da escola e as matérias ensinadas variavam anualmente de acordo com o núcleo de voluntárias e voluntários que estivessem responsáveis por esta organização. Nos dois anos em que atuei no projeto, entre 2015 e 2016, ministrava aulas de português, alfabetização e atualidades e as aulas ocorriam tanto na Ocupação Mauá como no edifício localizado na rua adjacente que era voluntariamente cedido à escola pelo grupo de teatro Faroeste.

<sup>30</sup> <https://dp-sp.jusbrasil.com.br/noticias/100553048/novos-defensores-publicos-de-sp-participam-de-posse-popular>; <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=16204> (acesso em 01/12/2017)

coletivos e movimentos sociais, ficou clara nos eventos realizados por esta em prol do impedimento de uma ordem de reintegração de posse expedida em 2017. Em todas as assembleias convocadas, o pátio central da Ocupação abarrotava de outros movimentos de moradia, coletivos e grupos populares que vinham, das mais diversas regiões da cidade e da grande São Paulo, para prestar apoio, solidarizar com a ocupação e enfatizar que os moradores da Mauá “não estão sozinhos nesta luta”.

Em uma destas reuniões, de pátio cheio, um militante da região do ABCD paulista – região metropolitana de São Paulo – oferecia apoio “na luta da Mauá”, exaltando o importante papel que desempenhava a Ocupação “não só no centro, mas no resto da cidade” e nas cidades periféricas, servindo como um “exemplo” de perseverança. Do mesmo modo, uma militante que se apresentou como antiga moradora da Favela do Moinho, fez questão de ressaltar e rememorar a solidariedade da Mauá à época do incêndio que destruiu a favela em 2011<sup>31</sup> e acrescentou que estava ali para “oferecer apoio”. Por sua vez, Benedito Barbosa, o Dito, militante e advogado da CMP e do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, destacou o papel fundamental de “articulação e resistência” que a “comunidade Mauá” desempenhou na gestão do então prefeito Kassab, durante o “Projeto Nova Luz”, projeto este “de higienização que queria acabar com a Luz e com a cracolândia” e, posteriormente, a importância da Ocupação na “pressão para se constituir o Conselho Gestor de ZEIS que foi, junto com a Defensoria Pública, uma articulação importante para pôr fim ao Projeto Nova Luz”. Mais de uma vez, as múltiplas vozes presentes evocavam a Ocupação como “o quartel general da resistência do centro” e se prontificavam a “lutarem juntos” e “mobilizar o que for preciso” para “impedir” a reintegração de posse da Mauá.

\*\*\*

Além do importante papel que desempenha dentre e com outras organizações populares, a localização geográfica da Ocupação Mauá é algo a ser considerado para compreender sua posição no cerne do conflito urbano, econômico e político social que envolve os sem-teto do centro de São Paulo.

As zonas centrais do município de São Paulo são espaços valorizados não somente do ponto de vista econômico, visto que são *locus* de geração de emprego formal e informal e pela maior oferta de transporte público, mas igualmente pela concentração de

---

<sup>31</sup> <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/05/incendio-atinge-favela-do-moinho-no-centro-de-sao-paulo.html> e <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/12/23/area-da-favela-do-moinho-e-alvo-de-disputa-entre-prefeitura-de-sp-e-moradores.htm> (acesso em 15/07/2016).

equipamentos públicos de cultura, já que metade dos teatros e um terço das bibliotecas, museus e cinemas da cidade estão localizadas no centro. Ademais, há que se ter em conta a expressiva “simbologia política” que posiciona o centro em eventos que envolvem o “sistema e relações de poder”, seja através de mobilizações, passeatas, atos políticos, greves, marchas, ocupações. (Botelho e Freire, 2004:180, 192-230, apud Kowarick, 2016:172)<sup>32</sup>.

A região<sup>33</sup> é também o lugar da histórica Estação da Luz, construída entre 1856 e 1867 pela *The São Paulo Railway Company*, para ligar Jundiaí ao Porto de Santos e escoar a produção cafeeira paulista para exportação. No correr dos anos, a estação não abandonou a sua notória importância econômica e urbanística<sup>34</sup>, mas o dinamismo foi centrado no transporte de passageiros, se tornando um dos principais entroncamentos ferroviário da cidade, ligando o centro – através de duas linhas de metrô e duas linhas de trem – a quatro regiões da cidade<sup>35</sup>, por onde transitam cerca de 400 mil pessoas por dia, segundo dados da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos<sup>36</sup>.

Ainda, a Luz abriga diversos cartões postais da cidade, como a restaurada Estação Júlio Prestes, onde está a Sala São Paulo, que é a sede da Orquestra Sinfônica do Estado; o Parque da Luz (tombado como Patrimônio histórico no início da década de 1980); o Museu da Resistência; e, até ser destruído por um incêndio em 2015, abrigava também o Museu da Língua Portuguesa. Ao fundo da estação, encontra-se a Pinacoteca, um dos mais importantes museus de artes do Brasil.

A região também tem recebido diversos projetos de intervenção desde a década de 1970<sup>37</sup>. Em 1980, houve o Projeto Luz Cultural que foi interrompido pelo então prefeito

---

<sup>32</sup> Kowarick (2016:173) ressalta a importância do centro na “luta pela redemocratização do país [que teve seus] alicerces nas fábricas e periferias, mas seu ápice político toma pleno significado na Catedral da Sé, marco zero da cidade”

<sup>33</sup> Frúgoli Jr (2012, apud Carvalho; Schicchi, 2007) chama à atenção para a ausência de uma delimitação oficial e precisa acerca dos limites do bairro Luz, “genericamente, a mesma integraria o distrito do Bom Retiro, nome de um bairro limítrofe”. Diante disto, o autor privilegia o termo “região da Luz”.

<sup>34</sup> “Entre 1895 e 1900, não atendendo à crescente demanda da produção e da exportação cafeeiras, a estação foi ampliada. Projetada em estilo neoclássico pelo arquiteto inglês Charles Henry Driver e reconstruída em estrutura de aço importada de Glasgow, a estação foi reinaugurada em março de 1901” (Maquiaveli, 2012:150)

<sup>35</sup> Para mais informações sobre a planta do sistema metroviário de São Paulo, ver <http://www.metro.sp.gov.br/pdf/mapa-da-rede-metro.pdf>. (acesso em 15/02/2018).

<sup>36</sup> <https://www.metrocptm.com.br/conheca-as-estacoes-mais-movimentadas-do-metro-e-da-cptm/> (acesso em 15/02/2018)

<sup>37</sup> Em particular após a Lei de Zoneamento de 1972, que versa sobre mecanismos de preservação do patrimônio histórico, as regiões da Luz e da Santa Efigênia passaram a ser alvo de projetos de reforma e revitalização dos edifícios históricos e culturais da região.

Jânio Quadros (1986-1988) e retomado pela gestão de Paulo Maluf (1993-1996) com um novo nome PROCENTRO. Em 1998, foi a vez do Projeto Luz<sup>38</sup>; nos anos 2000, o Monumenta<sup>39</sup>; em 2005, durante as gestões José Serra (2005-2006) e Gilberto Kassab (PSD 2006-2013), foi a vez do projeto “Nova Luz”<sup>40</sup> que previa a “requalificação urbana” da área. A “requalificação” implicava na demolição e/ou desapropriação de pelo menos 89 edifícios da região, entre eles, o edifício onde reside a Ocupação Mauá; substituindo-os por empresas e prédios para serviços públicos, além da valorização do patrimônio histórico e cultural local, “com vias a intensificar o setor de serviços e o capital imobiliário especulativo na região” (Paterniani, 2013). As propostas do projeto acirraram um quadro de conflitos na região, tanto pela ilegalidade que envolvia o projeto (Pacheco, 2012), que delegava poderes especiais e inéditos de desapropriação à iniciativa privada<sup>41</sup>, como pelo flagrante favorecimento do projeto ao capital imobiliário em prejuízo dos moradores, ocupantes, pequenos comerciantes e população em geral. Depois de duramente criticado por moradores e lojistas da região, que se mobilizaram e pressionaram para o cancelamento do projeto, a gestão seguinte, de Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), pôs fim ao “Nova Luz” em 2013. A eleição de um novo prefeito, João Dória do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), trouxe à tona outra proposta de intervenção de cunho higienista: o projeto “Centro Novo”<sup>42</sup>, idealizado pelo mesmo arquiteto responsável pelo “Nova Luz”, Jaime Lerner. O conflito de interesses entre poder público e iniciativa privada ficou ainda mais evidente, dado que o projeto foi “doado” à Prefeitura pelo Sindicato do Mercado imobiliário (SECOVI).<sup>43</sup>

Historicamente, a região também é conhecida por sua intensa ocupação popular das áreas públicas: com práticas de prostituição de mulheres cisgênero, mulheres travestis e

---

<sup>38</sup> O Projeto Luz contou com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e foi coordenado pelo Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) e pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat)

<sup>39</sup> Sobre esses programas ver Kara-José, (2007); Mosqueira, (2007); Pacheco, (2012); Maquiaveli, (2012)

<sup>40</sup> Sobre o projeto, ver: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento\\_urbano/arquivos/nova\\_luz/201108\\_PUE.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/nova_luz/201108_PUE.pdf) (acesso em 01/12/2017)

<sup>41</sup> Ver Barros e Credendio, 2009 em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2304200911.htm>.

<sup>42</sup> Sobre o projeto, ver: [https://drive.google.com/drive/folders/0B\\_MDIyODzu4HNTVqWW1CWGEyZkU](https://drive.google.com/drive/folders/0B_MDIyODzu4HNTVqWW1CWGEyZkU) (acesso em 10/12/2018)

<sup>43</sup> Outra controvérsia envolvendo o projeto é a afirmação de que este seria somente uma “ideia” e que a apresentação pelo prefeito como um “projeto a ser desenvolvido” seria uma manobra de cunho eleitoral. Ver <https://raquelrolnik.wordpress.com/2017/10/02/projeto-centro-novo-mais-do-mesmo-ou-blefe-midiatico-da-prefeitura-de-sp/>. (acesso em 10/10/2017)



“michês” (Perlongher, 1987); acentuado fluxo de comércio formal e informal; certo número de atividades ilícitas e práticas que envolviam o universo da “Boca do lixo”<sup>44</sup>. Assim como em outras áreas centrais de São Paulo, a Luz também é local abundante de cortiços e, desde os anos de 1990, de edifícios ocupados por movimentos de moradia (Kowarick, 2007; Filadelfo, 2008; Paterniani, 2013; Frúgoli, 2016).

A década de 1990 também trouxe à região o uso do crack em diversos de seus espaços públicos. O crescente uso e comércio da substância, acabou por render à região a alcunha estigmatizante de “cracolândia” (Rui, 2014; 2016). A partir de então, uma série de iniciativas e intervenções por parte de múltiplos agentes tanto estatais, como ONG e igrejas (com atuações muitas vezes conflitantes entre si), passaram a se desenrolar na região. Em particular, o local tem sido foco de violentas operações policiais articuladas entre os governos do Estado e do Município. Em 2012, foi o alvo da “Operação Sufoco” protagonizada pela Polícia Militar, que visava “não o cuidado dos usuários, mas a retomada desse espaço da cidade por parte do poder público” (Rui, 2016:27). A operação foi descrita como mais uma tentativa da polícia de retirar usuários de crack da região. Outras operações de viés “higienista” já haviam ocorrido no lugar, como a “Operação Limpa”<sup>45</sup>, em 2005 e a “Operação Dignidade”<sup>46</sup>, em 1997. O uso dos termos “Dignidade, Limpeza, Sufoco”, como ressaltou Rui (2013), evidenciam o recrudescimento das atuações do poder público na região.

Cabe ainda assinalar que a região é, desde 2003, demarcada pelo Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo, como ZEIS: Zona de Interesse Social, destinada à construção de moradias populares (Habitação de Interesse Social) e, por conta dos conflitos de interesses envolvendo o antigo projeto “Nova Luz”, criou-se um espaço para a gestão participativa e tomada de decisões, o Conselho Gestor da ZEIS 3 (ou Conselho Gestor do Projeto Nova Luz). O Conselho é composto de modo paritário entre a sociedade civil e o poder público municipal.

Portanto, é neste contexto político, urbanístico, econômico e social de constante disputa que a Ocupação Mauá está inserida. E, como visto, não somente como uma expectadora distante mas, antes, como um membro social que compõe e modifica constantemente o contexto

---

<sup>44</sup> Sobre a boca do Lixo, ver: (Perlongher, 1987 e Rui, 2016)

<sup>45</sup> A operação foi realizada pelo poder público, envolvendo a polícia, a vigilância sanitária e outros setores ligados à saúde. Para mais informações, ver Frúgoli Jr e Spaggiari, 2010.

<sup>46</sup> A operação iniciou com um cerco aos vendedores ambulantes mas foi estendida a outros segmentos, principiando o que Frúgoli Jr (2000) na ocasião chamou de “guerra no centro”.

do qual faz parte, seja através das mobilizações e pressões populares, que realiza junto a outros grupos e coletivos pela permanência de seus moradores na área, como no caso do Projeto Nova Luz, seja através do enfrentamento que a sua própria existência representa ao capital imobiliário especulativo da região.

## **Organização da dissertação**

A dissertação está dividida em três capítulos e três ensaios fotográficos, que correspondem a uma forma de extensão visual do texto. No primeiro capítulo, discuto o uso das narrativas de experiências e trajetórias de vida enquanto um ferramental político-pedagógico do movimento: como são elas acionadas de forma a contribuir para a formação de vínculos e identificação entre os militantes e sua importância na criação e sustentação do Movimento enquanto coletividade. Tais narrativas, construídas especialmente pelas lideranças, tornam-se inspiração para uma resistência política e de vida das pessoas pertencentes ao Movimento. Optar por levar em conta as narrativas nessa dissertação é atentar-se para o que aqueles homens e mulheres sem-teto estão mobilizando enquanto sujeitos e enquanto coletividade.

No segundo capítulo, a etnografia se volta para o cotidiano de membros de um movimento de moradia. Durante algumas conversas em campo, chamou-me a atenção o fato de que grande parte dos militantes do MMRC e moradores da Ocupação se referirem aos locais onde vivem como “espaços”, e não como casas. O que sugiro é que o uso do termo não é aleatório dentre os militantes mas, antes, possui uma gramática e noção de temporalidade própria. Ademais, sugiro que estes “espaços” são locais conformadores de experiências e de novas sociabilidades que são caras à coletividade e a conformação do movimento enquanto ator político.

O terceiro capítulo tratará da relação entre o MMRC e o poder público, aqui restrito à Prefeitura de São Paulo. Apresento como tal relação não é estática, mas dinâmica. Ou seja, não há uma postura permanente “contra o Estado” ou “pró-Estado”. Durante uma mesma gestão municipal, Movimento e Prefeitura podem ser aliados ou antagonistas a depender do contexto. Argumento que as relações entre o Movimento e a Prefeitura estão inseridas em um “sistema de prestações totais” e se dinamizam através de mecanismos de “dádivas”, análogos a aqueles referenciados por Marcel Mauss em seu Ensaio sobre a Dádiva (1923). Ao final, tecerei breves considerações a respeito da integralidade do trabalho.

## **Notas sobre o uso de fotografias**

A utilização de fotografias como parte da construção narrativa desta pesquisa não surgiu junto com o projeto inicial. Meu interesse pela fotografia para além da condição de apreciadora, ou seja, enquanto aquela que manipula uma câmera e as técnicas fotográficas, brotou em paralelo com a minha formação enquanto antropóloga, mas não estava, a priori, vinculada à antropologia. Assim é, que eu me fazia antropóloga e fotógrafa em processos que, embora distintos, influenciavam um ao outro mutuamente. Ressalto este ponto para esclarecer que esta pesquisa não se vincula a um estudo da antropologia da imagem ou antropologia visual, não pela ausência de interesse em relação a estas linhas de pesquisa, mas por questões ligadas ao tempo e ao espaço necessário para a confecção deste trabalho.

Os ensaios que apresento são organizados por temáticas, cuja disposição, que antecede cada capítulo, visa acompanhar e, de certo modo, complementar as narrativas e análises que os textos propõem, mas não se tratam de uma explicação do texto apresentado. Esta é, inclusive, a justificativa que ofereço para a ausência das tradicionais legendas abaixo de cada fotografia apresentada. Logo, as imagens aqui não são encaradas enquanto simples figuras, mas como interpretações da realidade, fragmentos da vida congelados em determinado espaço e corte de tempo. São, igualmente abstrações imagéticas<sup>47</sup> que compõem as narrativas tal qual a grafia o faz. Uma das razões que me levou a esta utilização, foi entender que, cada qual a seu modo, ambas (imagem e grafia) desempenharam papéis importantes na pesquisa de campo e, dada a proximidade das técnicas do fazer etnográfico e do fazer fotográfico, foram por diversas vezes tidas como técnicas complementares durante a pesquisa.

### **Aproximação de modos de fazer: fotografia e etnografia**

Uma das primeiras coisas que descobri a respeito do trabalho com etnografia, ao iniciar o mestrado em Antropologia Social, foi o comum da sensação de sentir-me uma estrangeira em campo, assim como enfrentar longas horas de estranhamento, desconforto, tédio, solidão, e um constante sentir-se inapropriada. Tal estrangeirismo em campo já era por mim conhecido de outros lugares, tanto da vivência em cidades estrangeiras como das minhas

---

<sup>47</sup> “(...) é uma abstração porque traduz um mundo tridimensional em uma superfície bidimensional – inventa o segundo a partir do primeiro por meio da mediação e das escolhas/intenções do fotografo[a], o[a] operador[a] do aparelho fotográfico” (Teixeira, 2014:7). É igualmente uma abstração dada a minha escolha pela apresentação das fotos em branco e preto.

práticas de fotografia de rua que, inclusive, tiveram início nos períodos de estrangeirismo<sup>48</sup>. Curiosamente, contudo, é a insistência neste desconforto, neste processo de exposição, longas horas de observação, inércia, tédio e sentimentos confusos que possibilitam tanto à etnógrafa como a fotógrafa, o estímulo e o *insight* que faz com que ambas as ciências se mobilizem a acontecer.

As proximidades entre fazer pesquisa etnográfica e fazer fotografia extrapolam a paciência, atenção e dedicação necessárias para as idas a campo e as incursões em buscas de coletas de dados e bons registros. A experiência enquanto fotógrafa e etnógrafa me mostrou que há igualmente semelhança no processo para a análise do material coletado.

Quando de posse do material bruto, seja o filme fotográfico ou cartão de memória, o próximo passo para a fotógrafa pode ser a revelação – seja na câmara escura ou na pós-produção digital. Esta tarefa, a meu ver, é mais do que um simples ajuste nas cores ou uma eleição pelo preto e branco, um recorte ou uma alteração nos ângulos. O processo de revelação me parece, antes, um trabalho de justaposição entre aquilo que a fotógrafa viu e o que o quer revelar (Eisenstein, [1942] 1990)<sup>49</sup>, o que faz do resultado final não somente uma manipulação da imagem ou a combinação entre imagem e revelação, mas um “produto” em si, “porque em toda justaposição deste tipo o resultado é qualitativamente diferente de cada elemento considerado isoladamente” (Idem: 16).

---

<sup>48</sup> Fotografia de rua, ou *street photography*, foi um dos gêneros da fotografia popularizado em meados do século XX. Esse estilo autoral da fotografia tem como fundamento o retrato de pessoas, paisagens e situações cotidianas em ambientes geralmente – mas não exclusivamente – urbanos. Por se trabalhar em um ambiente dinâmico e não controlado, o fotógrafo ou fotógrafa de rua nunca sabe quando ou se encontrará uma boa fotografia; o que faz com que uma das principais características deste segmento fotográfico seja estar sempre à mercê do inesperado, do contingente. Uma saída à rua pode resultar em horas de caminhada e observação em que nada que valha a pena ser registrado seja notado pelo fotógrafo ou fotógrafa. O sentimento de frustração é companhia frequente do fotógrafo ou fotógrafa de rua. Sensação esta frequentemente e coincidentemente expressa por etnógrafos e etnógrafas, cujos trabalhos de observação, sabemos, podem render dias e noites de tédio e marasmo, até que algo considerado significativo para o pesquisador seja, finalmente, notado e registrado.

<sup>49</sup> Eisenstein narra uma pequena anedota que pode esclarecer algum resquício de dúvida a respeito do hábito automático de se realizar uma síntese dedutiva quando “quaisquer objetos isolados são colocados à nossa frente lado a lado”. Sergei Eisenstein exemplifica: “tomemos um túmulo, justaposto a uma mulher de luto chorando ao lado, e dificilmente alguém deixará de concluir: uma viúva. É exatamente neste aspecto da nossa percepção que a seguinte mini anedota de Ambrose Bierce baseia seu efeito. Trata-se de: “A viúva inconsolável”, uma de suas Fábulas fantásticas: Uma mulher de luto chorava sobre um túmulo. “Acalme-se, minha senhora”, disse um estranho compassivo. “A misericórdia divina é infinita. Em algum lugar há um outro homem, além de seu marido, com quem ainda poderá ser feliz.” “Havia”, ela soluçou — “havia, mas este é o seu túmulo. Todo o efeito da história é construído tendo por base o fato de que o túmulo e a mulher enlutada a seu lado levam à inferência, devido a convenção estabelecida, de que ela é a viúva que chora o marido, quando na realidade o homem por quem chora é seu amante. (Eisenstein, [1942] (1990:14))

A combinação através da justaposição não é uma propriedade exclusiva no uso da imagem, ao contrário, como aponta Eisenstein: “é um fenômeno encontrado sempre que lidamos com a justaposição de dois fatos, de dois fenômenos, dois objetos”.

No que se refere à antropologia, este jogo, esta produção de um outro “produto”, acontece na escrita, na etnografia. É no momento da escrita etnográfica que ocorre a junção de dois materiais: de um lado, o que foi coletado durante o processo de observação, de outro, a análise da pesquisadora ou pesquisador, a partir da qual se elege o que será revelado e obliterado na pesquisa, qual será o enquadramento ou ainda o que (e como) a experiência de campo será contada. É o que Marylin Strathern chamou de efeito etnográfico (2014:350).

(...) “Poderíamos dizer que o momento etnográfico funciona como um exemplo de uma relação que junta o que é entendido (que é analisado no momento da observação) à necessidade de entender (o que é observado no momento de análise). (...) Todo momento etnográfico, que é um momento de conhecimento ou de discernimento, denota uma relação entre imersão e o movimento”. (Idem:351)

Assim, minha escolha por utilizar imagens e grafia na composição deste trabalho, aos moldes do que expliquei acima - sem legendas, antecedendo ao texto e sem avançar na discussão metodológica e bibliográfica da antropologia visual ou da imagem - é, no limite, uma tentativa tímida e exploratória de justaposição, com o intuito de complementar algumas das observações e interpretações trazidas nesta dissertação.

# **CAPITULO I**

## **NARRATIVAS DE EXPERIÊNCIA**

*“No princípio era o Verbo (...)  
Tudo foi feito por ele; e nada do que tem sido feito, foi feito sem ele.  
Nele estava a vida, e a vida era a luz dos homens”*

*(João 1:1-4)*

## **ENSAIO FOTOGRAFICO I**





























O meu primeiro encontro com Nelson foi caracterizado pelo estranhamento. Ele não se lembrava de mim e da nossa primeira conversa no curso no Taboão da Serra, quando me entregara seu cartão e me convidara a conhecer a Mauá e, certamente, havia me confundido com outra pessoa ao telefone quando concordou em me receber. Apesar do não reconhecimento inicial, a recepção foi gentil. Nelson mostrou-se mais interessado em saber quem eu era do que sobre a pesquisa que eu pretendia desenvolver. Quando eu principiava a falar sobre meu trabalho acadêmico, Nelson me interrompia e me questionava outras coisas, sobre como eu havia escolhido a Mauá, em quais escolas eu havia estudado, de onde eram meus familiares, em que cidade eu havia crescido. Foi ao contar que eu era natural de Carapicuíba – uma cidade da região metropolitana de São Paulo – que Nelson sorriu um sorriso largo de reconhecimento e surpresa. Não só conhecia minha cidade como tinha amigos em um dos bairros vizinhos onde eu havia vivido por um pouco mais de duas décadas. A feliz coincidência parece ter sido o gatilho para que ele comesse a me contar a respeito da Ocupação Mauá: sua origem, funcionamento e a atual relação desta com a prefeitura – o que na hora me fez perceber que, ao contrário do que pareceu inicialmente, não havia uma desatenção da parte dele em relação à minha pesquisa. Ele havia escutado o que eu queria investigar junto dos movimentos e ocupantes da Mauá: “Vou te dizer, já que quer saber, que a relação com a prefeitura é bem ruim (...)”. De súbito, Nelson me perguntou se eu não gravaria nossa conversa. Surpresa, porque não esperava tanta atenção já em um primeiro encontro, liguei o modo gravador do celular e o escutei por uma hora. Terminei a visita animada com a receptividade inicial, com a quantidade de material de campo e interessada no fantástico contador de histórias que Nelson parecia ser.

Naquela mesma tarde, na esquina da Av. Ipiranga com a Av. São João, meu celular foi furtado. Com ele, ia-se a minha primeira história escutada em campo. Na mesma semana, minha desolação foi parcialmente aplacada ao encontrar, no *Youtube*, uma entrevista de Nelson em um curta-documentário sobre movimentos de moradia, em que reproduzia partes da história que me havia contado.

Essa coincidência nas reproduções de narrativas ocorreu outras vezes ao longo da pesquisa. Uma busca mais minuciosa na internet me fez encontrar diversos depoimentos realizados em momentos distintos da vida de Nelson. Nestes vídeos vê-se Nelson contando da vinda para São Paulo, outras vezes relatando eventos inerentes à dinâmica da militância: histórias sobre a dificuldade da “luta”, sobre os “conflitos” com a Polícia Militar e o poder público. A prática do uso destas narrativas também marcava os eventos em que Nelson se reunia com estudantes, tanto na Ocupação Mauá como fora dela, a exemplo daquele em que ele e eu

nos encontramos pela primeira vez. Era comum que estes encontros principiassem com o relato sobre o que o havia levado até o Movimento e a importância deste acontecimento em sua vida. Foi também ao ler a etnografia produzida por Stella Paterniani (2013), que encontrei trechos de narrativas que coincidiam com relatos inscritos em meu próprio caderno de campo<sup>50</sup>. Nessas situações, e ainda em outras tantas, algumas histórias se repetiam integralmente, outras se completavam com novos excertos, mas poucas eram novas. Havia algo ali que chamava a atenção: a reiterada presença do uso das narrativas de trajetória e como Nelson as mobilizava de acordo com o público que o ouvia.

Narrar histórias de vidas é uma prática recorrente dentre os membros dos movimentos de moradia, em particular entre as lideranças que são convidadas a contar e recontar suas trajetórias de vida ao interesse do ouvinte ou a necessidade do momento: a jornalistas que buscam notícias ou ofertam algum apoio; a estudantes ávidos e ávidas em descobrir o universo das ocupações; ao poder público quando há necessidade de negociações, uma solicitação de atendimento por parte dos movimentos ou, ainda, no caso da Defensoria Pública, para atuar na mediação de conflitos.

Os relatos mais frequentes e de maior carga dramática são aqueles que narram experiências; que rememoram trajetórias de vida por vezes indigestas, por vezes ancoradas no sofrimento, nas ausências e nas dificuldades materiais. Mas, igualmente estão presentes as narrativas anedóticas, reconfortantes, ou ainda que destacam demonstrações de companheirismo, resiliência e fé. Se a princípio tais narrativas não pareciam mais do que somente um hábito de narradores, acostumados mais ao registro verbal que ao registro escrito, a pesquisa apontou que havia nesses narradores e narradoras significativa intencionalidade. Não se tratava, portanto, de ato aleatório, casual ou gratuito, mas com sentidos claros.

## **Narrativas de trajetórias**

Uma das histórias que Nelson muito reconta é a da sua migração para São Paulo desde a cidade de Santo Amaro da Purificação, município a 80 quilômetros de distância da capital do Estado da Bahia, Salvador. Tudo começa em meados dos anos de 1980, em um feriado prolongado qualquer em que a cidade fervilhava de gente, com todos os seus poucos

---

<sup>50</sup> É preciso esclarecer que ambas realizamos nossas pesquisas de campo, ela entre 2012 e 2013 e eu entre 2016 e 2017, centradas na Ocupação Mauá e no MMRC.

hotéis e pousadas lotados. Até as casas, de quem estivesse interessado em ganhar algum dinheiro extra com aluguel de quartos, estavam repletas de forasteiros. Ao sair do trabalho, Nelson se deparou com um grupo de paulistas que acampava na praça da cidade, apesar de “contagiado” com a animação daquela gente, decidiu seguir o rumo de casa. No dia seguinte, “a animação na praça ainda era tanta” que Nelson “não resistiu” e decidiu juntar-se ao festejo. O feriado acabou, mas a cidade não perdeu parte do seu grupo de visitantes, já que os novos amigos de Nelson resolveram prolongar a estadia por mais quinze dias.

“(…) daí já levei uns seis deles pra minha casa, conheceram minha família, comeram e beberam lá(…) já ficamos amigos. De um casal fiquei bem amigo mesmo. Depois eles voltaram pra São Paulo e eu fiquei. Ficou mais chato por lá, tudo vazio. Mas eles tinham colocado a pulga atrás da minha orelha pra eu ir-me embora, mas eu ainda fiquei mais tempo e esse casal ainda voltou nas férias pra visitar”.

Na década seguinte, Nelson rumou para o Sudeste tendo por conhecidos somente o casal de amigos paulistas que havia feito na Bahia.

“Eles insistiram, insistiram e me disseram pra vir pra cá. Que aqui era melhor, tinha mais trabalho, o salário era melhor... E eu vim”.

Essa história Nelson me (re)contou, com graus diferentes de zelo e detalhe, em algum momento do ano de 2016. Quando perguntei pormenores da vida pregressa ou sobre a família que ficou na cidade natal, as respostas foram curtas e as frases sem desdobres. Não sorria e, com o seu jeito sutil e escorregadio, mudou o rumo da prosa. Eu não insisti. Fato é que Nelson ganhou São Paulo e, de pouco em pouco, o centro da cidade, que se tornou seu novo lar.

Mas eu já escutara a história de seus primeiros anos morando na cidade grande e antes de ingressar para o Movimento, em diversas situações. Há maneiras diferentes de lembrar e de contar, e a memória brotava com detalhes de mais ou de menos, a depender da audiência, do grau de intimidade da conversa e da escolha política que aquele contar representaria. Ao ser entrevistado para o documentário “Leva”, produzido em 2011, a chave que usa para destrancar a memória e contar sua migração é a da decepção:

Me iludiram. Me iludiram, que é a palavra certa, mesmo, pra eu vir pra São Paulo. Que São Paulo era mil maravilhas, que em São Paulo o cara acontecia, fazia e acontecia. Aí ele [o amigo] me indicou um prédio pra eu trabalhar de segurança, lá na [Avenida] Paulista. Trabalhei seis anos de segurança lá, e depois saí, também. Aí não quis mais trabalhar registrado pra ninguém, não... porque – tsc – eu tomei nojo de patrão.

Esta também foi a tônica da narrativa quando o escutei em outras duas ocasiões: uma em 2014 e outra em 2016. Na primeira, Nelson se apresentava junto com a professora da FAU-USP, Raquel Rolnik, para jovens da periferia da cidade de Taboão da Serra. Ambos haviam sido convidados por um grupo de educadores populares para falar sobre a cidade, suas representações e afetos. Na segunda vez, Nelson falava em uma reunião de planejamento do MMRC para militantes do movimento e alguns convidados.

Em ambos os eventos Nelson contou da chegada sem muitos detalhes, sem apresentar os amigos viajantes, as promessas de trabalho e de uma vida melhor, ou mesmo o aparente desejo pela aventura; só disse que veio. Depois, contou da desilusão com a cidade grande, da dificuldade de encontrar trabalho, do estigma que o marcava por ser preto, pobre e baiano; “eles [os empregadores] me fizeram até tirar outro RG de São Paulo, porque quando eu mostrava o da Bahia ninguém queria me empregar”. E, quando finalmente conseguiu a labuta que pagava seu sustento, sentiu a raiva pela exploração, a indignação com o péssimo tratamento que os empregadores lhe davam. Foi dessa época em diante, Nelson reitera, que pegou “nojo de patrão”. Sobreviveu por algum tempo de trabalhos temporários e de viração até que, novamente, enfrentou o desemprego. Nelson foi morar na rua e a presença insistente e desmedida do álcool fez dele um “um alcoólatra”. Perdeu “o pouco que tinha”. Viveu muito tempo na Praça da Sé, no centro da cidade, onde sentiu, sem dó ou economia, os cassetetes da lei. Foi também na Sé que aprendeu “na pele o que é resistência”. Até que um dia, com os porquês e detalhes que eu nunca soube bem, ele entrou para o movimento de moradia que “o resgatou da sarjeta”.

Nelson conhece “uma militância mais organizada” quando adentra no Movimento de Moradia do Centro (MMC), primeiro movimento de que fez parte, coordenado por Gegê<sup>51</sup>, figura bastante conhecida e respeitada dentre os movimentos, que lhe devolveu,

---

<sup>51</sup> Luiz Gonzaga da Silva, Gegê tem vasto histórico de militância social e sindical em São Paulo. De acordo com o site da UMM, Gegê é um dos fundadores “da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT)”. Dentre os movimentos de moradia, Gegê atuou junto à Unificação das Lutas de Cortiço (ULC), do Movimento de Moradia do Centro (MMC), da União dos Movimentos de Moradia do Fórum Nacional de Reforma Urbana e da Central de Movimentos Populares (CMP). Em agosto de 2002, ainda conforme o site da UMM, Gegê foi acusado injustamente de ser cúmplice de homicídio, ao supostamente dar carona para o responsável do crime, que ocorreu em um dos acampamentos do movimento em que era coordenador, o MMC. Gegê foi preso por duas vezes e libertado através de *habeas corpus*. O caso obteve forte repercussão na sociedade civil e política e Gegê obteve o apoio de personalidades políticas e intelectuais de esquerda, dentre os quais: Luiza Erundina, Ivan Valente, Eduardo Suplicy, Raquel Rolnik e Ermínia Maricato além de outros atores como a Pastoral Operária de São Paulo, o Grupo Tortura Nunca Mais, Diretórios Centrais de Estudantes de universidades diversas entre outros. Foi também a partir da mobilização popular organizada em sua defesa (Frente pela libertação de Gegê) que surgiu o Comitê Lutar não é Crime. A alegação de Gegê e de seus defensores era que sua combatividade

temporariamente, um lar. “eu cheguei lá e pedi um espaço. Me arrumaram um espaço no terceiro andar e eu fiquei lá. Fiquei seis meses nessa ocupação...”.

Foi neste tempo com Gegê que experienciou sua primeira reintegração de posse, uma ação violenta da polícia militar que ele contará algumas vezes durante sua vida, em especial nas assembleias, local onde essas narrativas são a miúdo resgatadas. Com o passar do tempo, e vivendo em uma ocupação no bairro do Ipiranga, Nelson conquista a confiança dos militantes e assume um dos postos de coordenação do MMC. Depois de quatro anos na coordenação, se afasta do Movimento em razão de um “desentendimento ideológico” com Gegê e vai viver em um casarão abandonado no centro da cidade.

O emprego de uma vírgula nova ou de um adjetivo recém-adquirido para cada vez que repetia o conto não esvaziava, das narrativas de Nelson, a convicção da militância enquanto um divisor de águas da sua história. A trajetória de imigração é relevante porque foi a partir da saída de sua cidade que sua vida “desandou” e que ele “desceu ao fundo do poço”, até que o movimento (MMC) o “resgata da sarjeta”. Nelson vale-se desta experiência para afirmar suas convicções políticas e estimular as pessoas que o escutam a se solidarizarem e participarem de uma luta que ele acredita “que vale a pena viver pra lutar”. Não que o reconhecimento de uma luta que valha a pena finde qualquer sofrimento, mas segundo suas afirmações, as reivindicações por moradia e por menos injustiça guiavam-lhe a vida: “Eu vivo pra lutar pelo povo pobre e trabalhador, que sofre”. É esse efeito, o de transformar “sofrimento em luta”, que Nelson parece querer mobilizar a cada nova reprodução da narrativa.

### **Tramas e enlaces: Nelson e o MMRC**

De volta ao centro de São Paulo, depois do tempo que passou vivendo na região do Ipiranga, Nelson foi procurado por famílias recém despejadas que lhe pediram ajuda para conseguir outro “espaço”. Segundo Nelson, ele auxiliava a quem o buscasse. “Não podia dizer

---

e participação ativa na defesa de direitos da classe pobre e negra havia resultado em perseguição contra o militante e o caso tratava-se, de fato, de “armação policial para criminalizar os movimentos sociais” (Rede Brasil Atual, 05, de abril de 2011). Depois de sofrer ameaças de morte dentro e fora da prisão, Gegê saiu do país e ficou por anos na clandestinidade. Em 5 de abril de 2011, nove anos após o início da trama, Gegê foi absolvido da acusação por Júri Popular. Segundo matéria de 5 de abril de 2011, do jornal Rede Brasil atual, o veredito foi dado depois que “o promotor Roberto Tardelli, responsável pela acusação, ter defendido a inocência do líder do movimento de moradia, classificando como “temerária” sua condenação” (idem). <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2011/04/apos-8-anos-ativista-do-movimento-de-moradia-gege-e-absolvido>



‘não’ pra aquela gente”. Os anos de atuação no MMC fizeram dele um homem conhecido na militância por moradia. Durante minha pesquisa de campo, escutei relatos de antigos companheiros acerca dos feitos de coragem e resistência de Nelson, principalmente no que se referia aos enfrentamentos com as forças policiais. Juliano – um dos jovens coordenadores do MMRC e do terceiro andar na Ocupação Mauá – me contou uma dessas proezas de Nelson enquanto, certa vez, caminhávamos pela Avenida Ipiranga:

“Me contaram dia desses lá na ULCM sobre o seu Nelson, de quando ele era mais jovem, que eu ri muito de imaginar. Teve em uma reintegração de posse, não lembro qual foi, que ele ficou do lado de fora pra tentar negociar enquanto as pessoas estavam trancadas lá dentro. Aí a polícia chegou e nada de querer negociar, só queriam tirar do prédio. Sei que no meio da confusão os PMS partiram pra cima dele e ele deu um pulo e se grudou num poste. Menina! Ele se agarrou mesmo, fechou assim [entrelaça os próprios dedos para me demonstrar] com as mãos e as pernas cruzadas em volta do poste. Aquele dia ele apanhou viu? Apanhou, apanhou, apanhou ... Falaram que eram seis em cima dele, descendo o cacete sem dó. Mas o Negão não soltou não! Os ‘homi’ desistiram e ele nada de largar. Só se despendurou quando o choque foi embora. Aí perguntaram pra ele como ele aguentou apanhar daquele jeito e ele disse ‘tinha que aguentar, se eu largasse eles me levavam e aí vai saber o que ia ser de mim’. Sempre a gente ouve história assim. Acho que essas coisas que fizeram o nome dele também, né?”

Os relatos de sua bravura e de sua liderança – pois Nelson havia realizado algumas outras ocupações, acampamentos e ajudado a organizar a Marcha dos Cem Mil para Brasília<sup>52</sup> – teriam “feito o nome” de Nelson entre os movimentos e, possivelmente, influenciaram aquelas pessoas a buscarem ajuda junto à sua figura. Nelson não fala sobre o que pode ter motivado aquelas pessoas que o procuraram, mas diz que atendeu ao pedido e isso resultou na lendária Ocupação Plínio Ramos. “Encontrar aquele prédio vazio foi um golpe de sorte”, me disse ele:

“A gente tava perdido, porque a polícia tinha impedido uma ocupação que a gente ia fazer naquela noite. Eu não sabia pra onde ir, mas não queria desperdiçar a oportunidade de ter tanta gente organizada. Aí, do nada encontramos o [prédio] da Plínio Ramos, foi uma

---

<sup>52</sup> Fatos mencionados também por Paterniani em sua dissertação de mestrado (2013 :76)

coisa que só por Deus! Depois que a gente entrou no prédio a polícia veio, mas não conseguiram entrar e foram embora”.

“Foi no dia 28 de fevereiro de 2003”. Nunca houve dúvida ou titubeio, somente precisão quanto à data mencionada. Na rua Plínio Ramos, constroem-se, juntos, Ocupação e um novo Movimento. Ao iniciar a organização do lugar, Nelson contou que os moradores sentiram a necessidade de uma representação e decidiram fundar um movimento. Da escolha do nome, da bandeira usada como símbolo ao corpo diretivo, tudo foi realizado de forma coletiva.

“Fizemos uma reunião com todos os moradores da Plínio Ramos e cada um fez um desenho [para a bandeira] e colocava um nome [para o Movimento] e levamos pra reunião pra decidir. Era importante ter um nome, né? Pra ter um movimento tem que ter também um nome. E, olha, tudo foi feito dentro da democracia, com a participação de todos e todas (...) saiu vários tipos de bandeiras e vários nomes e nós escolhemos o MMRC. A escolha dos coordenadores e do presidente também foi voto e eles me escolheram presidente. Tinha eu e uma outra companheira [como candidato e candidata] pra [serem] vota[dos]. Nós tínhamos ainda os coordenadores do Movimento, que eram também os coordenadores dos andares, eram 2 ou 3 por andar, o prédio tinha 6 andares. E tinha os meninos da PUC [Pontifícia Universidade Católica de São Paulo] que nos ajudavam. Foi assim que o Movimento começou”.

Chama a atenção o apreço e preocupação de Nelson para com a atribuição de um nome ao Movimento: “não há movimento sem nome”, anuncia. Porém, qualquer nome não servia. De acordo com Nelson, o debate em torno da escolha foi intenso, porque era importante que a denominação tivesse um “peso”, uma “marca”, que não se confundisse com outro movimento. “Tinham que ouvir e saber que era a gente ali, né? E não outro movimento que fosse”.

O peso da importância em nomear aparece ainda uma outra vez para Nelson. O zelo com a eleição de um nome que identifique e autentique no mundo não é relevante somente para o Movimento que coordena. Se um movimento não poderia existir sem um nome, tampouco, parece-me, o homem que Nelson também constrói.

Batizado como Nelson Cruz de Souza, ele elege, em determinado momento da vida, ser conhecido por Nelson “Che”. Empréstimo do revolucionário argentino sua alcunha e sua imagem, pois é ela e não outra figura ou símbolo qualquer que Nelson imprime no seu cartão

de visitas, onde lê-se: “Nelson Che”. O apelido, autodeclarado e impresso, atesta uma identidade, a figura com a qual quer se apresentar no mundo: a de um revolucionário; a de um homem que luta pelos mais “necessitados” e junto com eles; que “sonha com um mundo menos desigual” e que alega que irá “lutar por justiça até o dia da morte”.

Não há aqui uma designação nominal garantida e controlada pelo Estado, como ocorre com o nome próprio, (a alcunha não foi incluída formalmente em seu registro de nascimento), sua relevância é do campo do simbólico, um nome que, apesar de não figurar em contratos, é



aquele com o qual ele se apresenta publicamente, que imprime em cartões, que estampa nas camisetas que carrega no corpo, e pelo qual é conhecido nos meios em que circula. Se trata de um exercício de associar a sua figura à imagem de seu ídolo revolucionário, de construir sua imagem no mundo, construir-se como pessoa e, no limite, construir para si uma narrativa.

As histórias de Nelson e do MMRC estão, antes de tudo, entrelaçadas. Por vezes, é difícil encontrar a fronteira daquilo que é a história pertencente ao homem ou ao Movimento. Entretanto, os caminhos do MMRC e da Ocupação Plínio Ramos estiveram ligados por apenas dois anos e oito meses. A bifurcação que os separa tem nome e data: uma liminar de reintegração de posse deferida no dia 16/08/2005 pelo juiz José Carlos de Franca Carvalho Neto, da 30ª Vara Cível.<sup>53</sup> O que ocorreu neste dia é rememorado e reiterado por militantes e ativistas sociais como uma das reintegrações de posses mais violentas da cidade de São Paulo dos últimos anos. Essa é a razão para ter me referido a ela como uma ocupação lendária, sua história, seu nome e os eventos que marcaram sua truculenta reintegração de posse são fatos repetidos por muitos militantes dos movimentos de moradia. Em um documento elaborado pelo Fórum Centro Vivo (2006: 31-33) lê-se sobre o acontecimento:

(...) durante a reintegração de posse (...), foram identificados confrontos muito violentos e a atuação da polícia superou as expectativas. Foram detidas vinte pessoas (entre sem-teto e universitários) e ficaram feridas 25 (20 sem-teto, sendo 5 menores, 3 policiais, 1 repórter e 1 cinegrafista da TV Globo)

---

<sup>53</sup> (Processo n. 000.03.316241-1). (Dossiê Fórum Centro Vivo, 2006)

(...) este despejo forçado envolvendo cerca de trezentas pessoas - entre elas 110 crianças - foi o mais violento de que se teve notícia nos últimos anos na cidade de São Paulo (...)

(...) A polícia investiu em primeiro lugar contra os manifestantes do cordão, formado por pessoas que resistiam sentadas, pacificamente, usando spray de pimenta para dispersá-las. Em seguida, lançou bombas de gás lacrimogêneo e tiros de balas de borracha contra os ocupantes e a população na rua. A ordem era para atirar em quem aparecesse nas janelas e sacadas do prédio, indiscriminadamente (...)

A partir de um depoimento de Nelson, Stella Paterniani (2013 :111-112), também evoca os relatos referentes a este dia:

“Aí vi coisa. Setenta e cinco famílias na rua, sem ter pra onde ir. E tínhamos que lutar. Me deu na cabeça soldar a porta. E aí foi aquele dismantelo. Era pra acabar mesmo com o movimento, preparamos nossa resistência.” Com a porta principal soldada, bombeiros quebraram uma porta lateral feita de aço. “Foi um confronto tremendo aquele despejo. E depois a coisa se modificou. Não houve mais aquela organização e confronto com o Estado.” Nelson foi levado para o 1º DP, no bairro da Liberdade, durante o despejo, e ficou lá, “de mãos atadas”. Lembra com angústia: “a polícia tava lá pra massacrar e eu não tava junto do povo”, lamenta.

Despejados e sem lugar para refúgio, os sem-teto acampam na calçada na frente do prédio recém esvaziado durante três meses. “Foram três meses de massacre. Não tem coisa pior do que viver na rua e ser humilhado. Os filhos dos companheiros não podiam ir pra escola porque não tinham lugar pra tomar banho”. O objetivo do acampamento era também forçar a Prefeitura a interceder pelos despejados. Ao cabo de três meses, finalmente, a Prefeitura ofereceu um “atendimento” que, segundo Nelson: “não foi atendimento coisa nenhuma. Mandaram foi a gente pra um galpão cheio de rato e barata pra gente apodrecer por mais quatro meses”. Depois desse período, passaram a receber um auxílio aluguel no valor de R\$250,00, que Nelson definiu como “auxílio miséria”.

Dois anos após este trecho, Nelson somou forças com outros dois movimentos de luta por moradia e, juntos, ocuparam um antigo hotel abandonado na Rua Mauá, 340.

\*\*\*

Ao participarem de um movimento de luta por moradia é frequente que as pessoas sejam convidadas a falar de si, de suas trajetórias de vida e, entre outras coisas, sobre o que as motivaram a ingressar no movimento de moradia. A seleção do que falar, mas também sobre como falar, está diretamente associada a uma opção política e estética que varia de acordo com o contexto nos quais narradores e ouvintes estão inseridos, ou seja, as narrativas são ponderadas segundo a audiência. Foi o caso das narrativas de Nelson recém mencionadas e, foi também, o caso quando um canal de televisão quis registrar um pouco do cotidiano de uma

ocupação recém realizada em meados de 2017. As coordenadoras responsáveis informaram os ocupantes sobre a visita e pediram que voluntárias e voluntários se apresentassem para ter suas histórias registradas na reportagem. “Eles querem saber o de sempre: como chegamos aqui, porque estamos ocupando e se não temos mesmo condições de pagar o aluguel”, informou a liderança que conduzia os informes. Presenciei o registro televisivo e, durante algumas horas, escutei algumas histórias amadouradas e outras inéditas, mas nenhuma se furtou a mencionar os eventos de sofrimento, as dificuldades e a resiliência que são marcantes nestas trajetórias. O mesmo fenômeno pode ser facilmente encontrado nos diversos vídeos que circulam pelas redes de internet com narrativas de semelhante teor.

Quanto às narrativas de Nelson apresentadas aqui, o que me chamou a atenção é o modo como ele se apropria das histórias de sua trajetória não como uma biografia usual, mas como um método para produzir coletividade. Detalhes da sua trajetória de vida são sempre publicamente enfatizadas a partir do seu encontro com o MMC. Os dramas enfrentados antes deste evento parecem surgir nas narrativas somente para indicar a força de mudança operada pela militância “que o tira da sarjeta”, que lhe dá novamente um teto, que lhe apresenta “a militância organizada” e uma “luta que vale a pena viver pra lutar”, que incita-lhe coragem para enfrentamentos corporais com a polícia, que o motiva a fundar um outro movimento social com suas próprias “orientações ideológicas”, a fim de “lutar junto com o povo pobre e sofrido”. É também a partir da própria biografia que Nelson busca evidenciar estruturas de poder e de estratificação social, como os lugares que lhe são negados por ser pobre - “pobre e sem teto, tem que ser lutador porque não é reconhecido como gente”; por ser nordestino, visto que se viu obrigado a “mudar o RG pra São Paulo” a fim de adentrar no mercado de trabalho e se inserir em um sistema que o oprime - entre tantas outras coisas, como pela cor negra de sua pele -, que o desrespeita e que o explora a ponto de o incitar a “pegar nojo de patrão”. Essa orientação, a de utilizar-se da trajetória como meio de formação política, é o liame que conduz as assembleias e toda a formação política dentro do MMRC. Na sequência, apresentarei alguns exemplos do desenrolar destas atividades e como esses mecanismos são mobilizados pelas lideranças.

## Assembleias, “luta (s)” e “compromisso”

É em todo terceiro domingo do mês,<sup>54</sup> que a ONG Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, localizado na região da Luz, próximo ao metrô Armênia, cede seu espaço para que o MMRC realize suas assembleias e formações políticas. As portas da ONG são abertas às 8:30 da manhã, mas desde as 8:00 as coordenadoras e coordenadores já estão no local para organizar o lugar e preparar o café da manhã, que será servido em uma grande mesa ao fundo do salão. Quem chega, abastece-se na mesa e, para comer, acomoda-se nas cadeiras dispostas em fileiras. O burburinho de conversas e da brincadeira das poucas crianças presentes domina o ambiente até que Nelson, sempre com ligeiro atraso da hora marcada, convida a todos e todas para iniciar a reunião. Sua fala inicial, para a espectadora ou espectador menos atento, pode parecer algo chistoso e sem regra, mas é parte de um ritual que os mais antigos já reconhecem. Em uma destas assembleias que presenciei, o tom inicial jocoso foi ganhando seriedade e rumou para a discussão sobre a importância da luta individual transformar-se em luta coletiva.

“Todos queremos casas, mas alguns estão à espera de que outros façam o nosso ninho (...) Precisamos nos mexer e não esperar que nos empurrem. Se quisermos, a gente vai ter que fazer e não podemos esperar pelos governantes, pelo presidente.

Quando nós deixamos de lutar as coisas ficam boas para o sistema. E, pra quem aqui não saiba de que sistema eu estou falando, eu digo pra vocês que o sistema está em toda parte e nós temos que nos desdobrar para burlar o sistema. O sistema faz com que tudo seja mais difícil, o intuito é criar a dificuldade para nos esmorecer.

Eu vejo vocês aqui, sei que vocês vêm na reunião todo mês, mas vocês saem dela com a chave da casa [quando vão] embora? Mas é só vir na reunião que se faz a luta? Não, não é. E eu não posso dizer que sim, porque vou estar mentindo pra vocês. E eu não posso mentir pra vocês e dizer que a casa vai chegar logo, não posso enganar vocês.

A verdade não é bonita, a verdade dói, e a verdade é que a luta não é fácil, é lenta essa luta. Eu tive companheiros que me abandonaram porque não gostavam do que eu dizia: pra conseguir a casa terão que derramar sangue! Quando você tá lá, lavando louça, limpando o chão dos outros, você tá derramando sangue. Quando precisa chegar na hora,

---

<sup>54</sup> As datas só são alteradas em feriados como dia das mães, dia dos pais e feriados de final de ano, ou em caso de algum evento atípico.

bater cartão pro patrão. Isso é derramar sangue. O suor do trabalhador é sangue. (...) A casa vai atrasar, vai demorar, mas a gente tem que ter fé e não pode esmorecer na luta.

E a gente não pode atrasar nos nossos compromissos porque a luta não espera. Se não atrasa pra bater o cartão pro patrão, vai atrasar pro compromisso com o movimento?

E não espere que o Nelson vai dar casa, porque eu não vou. Acredite no seu potencial e na sua luta. Tem que ter fé e lutar, porque quando não tem você esmorece e o sistema gosta porque é do pobre que ele mais tira.

Não podemos lutar sozinhos contra o sistema, a gente só luta contra ele se dermos as mãos. Se lutarmos juntos! E a verdade é essa. Eu poderia dizer a vocês para confiarem no governo e irem pra casa esperar. Vocês sairiam felizes. Mas ia ser mentira (...)

O que eu sempre repito é que o melhor é se preparar, porque vocês farão luta!

Quando eu entrei no movimento eu saía lá do Ipiranga a pé para ir até o Bombeiro na Praça João Mendes pra assembleia. Ia a pé porque não tinha emprego. E muitos que moram perto chegam atrasados<sup>55</sup>. A casa vai atrasar, mas a gente não pode atrasar com o nosso compromisso. É importante pensar sobre isso porque isso reflete na nossa organização.

Nós vamos tirar uma atividade [neste caso específico se trata de uma ocupação]. Se ninguém for, não tem pressão, não tem o atendimento e a luta cai no esquecimento.

A luta, companheiros e companheiras, é lenta, é coisa demorada. Tem gente aqui que a gente segue junto comigo na luta há anos e eles não desistem. É importante não desistir porque a luta sem vocês não é luta... e eu pergunto a vocês: Existe luta sem povo?" (Caderno de Campo, 21/08/2016)

**Após o um uníssono “não” que se ouve em resposta à sua pergunta, Jirlania emenda na sequência.**

Olha gente, tem coisas que nós também precisamos nos perguntar, temos que refletir. Por que sabemos que é preciso ir [ocupar] mas também é preciso saber porque se está indo. Porque estamos ocupando? É por

---

<sup>55</sup> Cabe dizer que grande parte dos membros do MMRC são moradores de ocupação, majoritariamente, da Ocupação Mauá. Há, porém, uma minoria que vivem em casas de aluguel em bairros centrais da cidade.

necessidade? É pra fazer a luta? O que e como a gente faz as coisas. Isso também reflete no nosso comprometimento.

Nelson mobiliza em seu discurso a importância do compromisso dos militantes com as atividades organizadas pelo Movimento e, como reflexo, com a luta por moradia em si. Reitera a necessidade da presença contínua de seus membros nas atividades extramuros: “não é só vir nas reuniões”. É preciso se fazer ver nos atos, nas marchas e nos acampamentos porque são tais atividades que dão visibilidade e força ao Movimento. A mobilização popular, para ele, é fundamental para “pressionar o(s) governo(s)”. “Não tem governo que ande se não tiver quem empurre”, é frase que o coordenador do MMRC repete a miúdo. Nelson insiste e persiste com a tese que os compromissos individuais com a luta alimentam e sustentam a luta coletiva: “Não podemos lutar sozinhos contra o sistema, a gente só luta contra ele se dermos as mãos. Se lutarmos juntos!”

A exemplo do que já havia sido ponderado por Comerford (1999), o termo “luta” acionado pelas lideranças de movimento nem sempre encontra ressonância junto a quem os escuta. A fala de Nelson suscitou concordância e aprovação dentre as pessoas presentes, mas o que instigou o debate parece ter sido a sua menção à “luta” como instrumento para a sobrevivência cotidiana. Foi para acompanhar a crítica desferida por Nelson aos “patrões” e ao “sistema” que as pessoas presentes iniciaram toda uma sorte de narrativas que confirmavam a constância de situações de descaso, de injustiças e por vezes de abusos por parte dos empregadores. A isso, alguém adicionou uma queixa sobre o preço da passagem e a superlotação dos transportes públicos que “parecem que tão carregando boi”. Uma senhora se manifestou alegando não “sofrer” desse mal, porque trabalhava no centro e se dirigia ao trabalho a pé. Quando, do fundo do salão, a voz de um homem negro e de boné anunciou: “pior ainda é estar desempregado e não ter o dinheiro pra comer e pra dar de comer para os filhos”. A conversa foi ganhando outra direção e os discursos centraram-se em outras dificuldades cotidianas enfrentadas: desemprego, o fim de um ou outro “benefício, que já tinha sido uma luta de conseguir” e a impossibilidade de sua renovação, os altos preços dos alimentos, a dificuldade de encontrar remédios, médicos (ou ambos) no posto de saúde, o dinheiro que chegava ao fim antes do mês, do teto do barraco que infiltrava, do aluguel que lhes tomava fatia do salário mais gorda que o merecido pela casa que habitavam. Em todas essas narrativas, fosse no princípio ou ao fim, evocava-se “a luta”. A insistência espontânea com que o termo “luta” era usado indicava que seu significado não estava restrito à reivindicação por moradia digna, foco central daquela reunião, mas ramificava-se para expressar o sofrimento e a dureza que é



garantir a subsistência, tendo de superar as dificuldades impostas pelo Estado, pelos empregadores ou em decorrência do próprio capital. O termo “luta”, que nesse caso parece estar genericamente relacionado ao sentido de um esforço prolongado, englobava, portanto, “tudo aquilo que se é obrigado a enfrentar no dia a dia para viver dignamente”. (Comerford, 1999)

Tal multiplicidade de significados atribuídas ao termo luta é igualmente observada por Comerford (1999) entre os trabalhadores rurais organizados, entre os quais

(...) o termo luta torna-se central sobretudo no discurso dos trabalhadores que se encontram em situação mais precária e que vivem seu cotidiano como uma crise permanente. Passa a ser uma palavra inserida em falas que são denúncias ou reflexões sobre a situação de quem fala e sobre a condição dos pobres e as causas de seu sofrimento individual e também coletivo (na medida em que é visto como sofrimento de todos os pobres). (:19)

Ao fim daquele encontro, quando questionei Nelson sobre a polissemia com a qual a palavra fora empregada (não somente naquela manhã, mas em diversos outros encontros e situações), ele asseverou que não via contradição com a pluralidade ou com o fato de todas essas lutas serem mobilizadas durante uma reunião convocada por um movimento de luta por moradia. E acrescentou que a luta dos sem-teto, dos pobres, estava refletida também na vida cotidiana, na resistência política e na reivindicação por direitos e por justiça social.

“Se não tem comprovante de residência, não matricula a criança na escola, não tem atendimento no posto, patrão nenhum vai dar emprego pra quem mora na rua, pra quem não tem endereço. Agora, a gente luta por moradia, Paula? Sim, mas vou te dizer que vai chegar aqui um companheiro ou companheira e me dizer: “Nelson, a gente tá precisando de apoio pra ter mais creches, pro passe livre, pra conseguir uma telha pra um e uma porta pra outro, eu vou dizer o que? Que não? Que aqui o movimento só luta por moradia? Não vou dizer. A gente faz é de um tudo. Tudo isso tá dentro da luta. A gente tá lutando por moradia, mas também por justiça”.

“Luta” é, portanto, o que se faz também para sobreviver cotidianamente e o termo pelo qual os “mais pobres” colocam em evidência as suas demandas. É também a luta por uma vida melhor e mais digna.

A luta que Nelson evoca – pelo compromisso, pela moradia e contra o sistema que exclui a população de baixa renda – não é antagônica à luta mencionada pelos militantes – do esforço cotidiano para a subsistência. “A luta dos pobres pela sobrevivência” engloba a luta pela moradia digna que, igualmente é uma reivindicação também por cidadania

## **Narrativas de experiências, trajetórias e formação política**

Os relatos das experiências evocadas durante as assembleias espalham a sensação de pertencimento entre narradores e ouvintes. Todos os presentes já passaram ou tiveram alguém de seu núcleo familiar que enfrentou e/ ou enfrenta dificuldades similares. Em consideráveis vezes foram tais privações que conduziram militantes às portas do Movimento de moradia. O que se faz nestes eventos, ao espelhar experiências, é transformar o individual em coletivo, é fazer, no limite, o próprio Movimento enquanto um corpo coletivo, porque “só é possível lutar contra o sistema” coletivamente, ao “dar[em-se] as mãos”. Nelson, amparado em uma realidade social explícita e concreta da exploração do trabalho, atesta que cada “companheiro e companheira” verte sangue para sobreviver, para o que ele chama de “sistema”: “o suor do trabalhador é sangue”. Nelson também diz que é preciso derramar sangue para conseguir a casa, mas diferente do sangue que se verte para o “patrão”, este sangue é um sangue que constrói, que advém da luta por justiça e “contra o sistema”. É somente com essa luta, que ele enfatiza ser morosa, que os presentes irão conquistar a casa.

Em uma outra assembleia dominical Nelson iniciou a reunião narrando outro evento de sua trajetória: a sua primeira experiência de reintegração de posse. Como se seguisse um liame da assembleia anterior, ele reitera quão fundamental são os esforços coletivos para a luta da conquista da casa.

Foi no princípio da sua vida de militância, diz ele, quando ainda era parte do MMC. Foi a primeira ocupação em que viveu, recém-saído da vida nas ruas, e que durou somente seis meses, ao fim do qual ocorreu o despejo.

O governador ainda era o Mário Covas quando veio o despejo. Foi um despejo muito violento (...). Eles [policiais militares] estavam parados lá na porta do prédio, não estavam empatando ninguém de entrar e sair, mas tava lá a viatura na porta. A gente não dormiu por duas noites, pegando tudo que era tranqueira que a gente encontrava na rua pra pônhar atrás da porta pra que os policiais não entrassem. (...) isso foi em 1992... no fim de 91 pra 92. E aí, nós pegamos tudo que era coisa e pônhamos dentro do prédio pra que na noite de domingo pra segunda a gente bloqueasse a entrada da polícia. A gente conseguiu fazer uma boa barricada pra polícia não entrar. Mas, eu te pergunto, resolveu o problema? Não resolveu. Porque na hora que eles vêm pra tirar, eles tiram. Eles, parece que, não sei com que diabos que eles vêm que tiram mesmo. Mas nós fizemos [a resistência]. Olha! eu vou contar, mas o bom era que as pessoas vissem com seus próprios olhos. Mas aí,

pela manhã chegou a polícia e um oficial de justiça subiu no prédio. Mas ele subiu por uma escada que a gente colocou pela janela. Quando ele subiu e caiu dentro do prédio, aí o Gegê agarrou ele. Agarrou o oficial de justiça e levou pra frente da janela e disse que só soltava o cara se a polícia fosse embora. Olha só! Com todo mundo ali, tomou o cara como refém. E aí a polícia foi pra cima! E dá-lhe tiro de borracha, spray de pimenta por cima da janela e o diabo a quatro. Eles meteram um troço lá na porta e abriram a porta. Mas a gente preparou uma mangueira de bombeiro, grudamos na torneira, pra quando eles abrissem a porta a gente dar um jato de água neles [risos]. E a gente fez! Aí quando eles abriram a porta e começaram a entrar, nós com o jato d'água em cima. Rapaz, foi um negócio sério! Aí é que mandaram tiro de borracha! Um pegou num amigo. O amigo desmaiou e aí foi aquele borogodó desgramado. Virou um desmantelo! Aí não teve jeito e eles ganharam o prédio. Nós subimos pro terceiro andar. Ficamos no terceiro andar, todo mundo acorrentado, das sete da manhã até às 6 da noite. Eles apontando armas pra nossas cabeças. E tinha gente deficiente, criança, mulher... menina! Uma barbaridade. E tem mais... e as necessidades? Você tem necessidades de ir no banheiro e coisa e tal, aí tinha uma lata lá e a gente ia revezando nas latas [ri estrangido]. 'Pega um cobertor, faz uma barreira aqui e vamos lá gente'! Ia mulher, ia homem e cada um se aliviava, como podia, né? Quando deu seis horas, a coordenação fez uma assembleia com nós todos, e a polícia lá! Apontando a arma pra nossa cabeça, mesmo! Tinha um senhorzinho deficiente, coitado, que ele ficou desmaiado porque ele inalou gás de pimenta e tudo. Ave Maria! Foi uma coisa horrível! Mas como eu dizia, quando deu seis horas, o prédio já estava escuro porque já tinham desligado a luz, já tinham cortado a água do prédio e tudo... aí a coordenação fez uma assembleia com a gente e pediu que a gente descesse. Nós pegamos um na mão do outro, fizemos um cordão de gente e descemos. Um segurando na mão do outro até chegar na rua. Quando chegou na rua, o advogado do movimento chegou com uma carta do governador dizendo que era pra gente dormir no prédio aquela noite, pra no outro dia de manhã a gente ir pro [bairro do] Ipiranga, na [rua] São João. Mas aí a gente já estava na rua, o prédio já não tinha condições, não dava pra voltar e nós ficamos na rua e em uma garagem que tinha lá. A gente comeu aquele dia porque o pessoal lá da rua do Ouvidor [ocupação localizada em rua homônima] fez comida pra gente. No dia seguinte, a gente foi lá pra [rua] São João Pinto. (...) lá na São João Pinto ele [Mário Covas] jogou a gente dentro do mato. Era

janeiro, chuvoso. E jogou a gente lá sem pena e sem dó. Dentro de um mato medonho e uma lama tremenda. O mato estava numa altura que só você vendo. E pra gente entrar? Só tinha um portãozinho onde só passava uma pessoa de lado. E pra entrar as nossas coisas? Tivemos que quebrar um muro que era quatro paredes em uma. Hoje eu vejo esse pessoal, pra fazer aqueles barraquinhos ali ó, numa chorumingalha danada. Um faz corpo mole daqui o outro faz corpo mole de outro lado. E se fosse ali? Então estaria até hoje batendo no muro pra fazer entrada pro caminhão entrar com nossas coisas? Olha gente, não vamos achar nada fácil. Não vamos. Ou a gente arregança as mangas e vamos à luta, ou vamos ficar a ver navios. E se a gente não faz a luta, e fica parado, vamos ver quem faz a luta passando na frente ... e, chegando lá primeiro que nós. Por isso que temos que fazer a luta, mesmo! (...) não vamos conseguir nada de mão beijada”.

O salão cheio o ouvia atentamente, Nelson não se furtou de exaltar a coragem de Gegê em enfrentar as forças policiais e a figura do oficial de justiça. Insistiu na resistência “daquela gente sofrida” que não esmorecia diante da adversidade imposta pelo governo do Estado em lhes “tirar o teto”. Apesar de tudo, os sem-teto persistiam na sua “luta por dignidade e direitos”. A ênfase nestes aspectos do relato não eram aleatórias, mais uma vez fazia parte do processo de organização de uma “atividade” que ocorreria em uma data próxima. A “atividade” consistia na ocupação de um prédio ocioso no centro da cidade de São Paulo. Antes de seguir com as diretrizes próprias da ação, porém, era preciso fazer um “trabalho de preparo” anterior, que consistia também em motivar os militantes, discutir com eles os porquês da luta.

“Agora, eu pergunto pra vocês. E que luta é essa? É uma luta pra dar dignidade minha gente, dar dignidade pra ela, pra ele, pra mim, pra todos nós”.

As narrativas da assembleia deste dia cumpriam esse papel de “preparo”; ao aproximar a experiência de resistência, ao colocar em evidência os direitos e deveres dos cidadãos, assim como apontar o desrespeito das autoridades policiais e de órgãos públicos com os sem-teto.

Naquele domingo, a assembleia teve sequência com uma longa explanação sobre “os direitos e deveres do cidadão” conduzida por Jirlania (também conhecida como Gê) e por Laura, duas das coordenadoras do Movimento, que convidavam os presentes a fazerem reflexões coletivas tanto sobre o papel que devemos desempenhar na sociedade, como a respeito de um “direito que é nosso”, “que precisa ser respeitado pelos governantes”. Ao fim do debate,

Laura reiterou: “Por isso que só vir nas reuniões do Movimento não basta, por isso é preciso ocupar”.

Naquele mesmo dia, quando a reunião fluía para o fim, Nelson mudou o tom enfático que usara durante a reunião e pediu aos presentes “um minuto a mais antes de encerrar”, ele queria a “oportunidade de todos juntos” para agradecer publicamente a Jirlania pelo seu apoio, sua “determinação” por seguir junto ao Movimento “apesar de toda a adversidade”. Ela recebeu aplausos e ruborizou. Nelson aproveitou a deixa e perguntou quem ali conhecia a história de sua chegada ao MMRC. Alguém arriscou:

“Ela não veio da Plínio Ramos?”

“Que nada! Nós já tínhamos ocupado a Mauá. Foi uns dois dias depois. Eu numa correria que só, aí me chega aquela mulher, toda loira, arrumada, me procurando. Eu logo pensei: “oxi, o que essa aí quer comigo?” e perguntei a ela: “pois não, minha filha?” e ela me disse que queria um espaço. Eu fui logo explicando pra ela que ali não era assim, era pra gente que era necessitada mesmo, gente pobre que não tinha onde ficar, que não era pra gente assim como ela. Porque olha, ela estava toda bem vestida, maquiada, arrumada mesmo, parecia uma dona grã-fina, sabe? E ela me disse, “mas é por isso mesmo, eu estou muito necessitada. É preciso estar morando na rua pra ter um lugar pra morar?”. Eu só disse que não dava e saí, fui fazer não me lembro o que com o Sukita. Pois não é que Jirlania já foi lá, se meteu na cozinha? Porque na época a gente tinha uma cozinha comunitária”.

Jirlania reivindicava para si o lugar de narradora dessa história, corrigia e apontava os detalhes que Nelson omitia, mas que pareciam serem importantes o bastante para que ela não os esquecesse. Enquanto sua fala resgatava a “agonia” que sentira naquele dia, sua atitude denunciava uma determinação silenciosa, característica que eu descobrira ser um traço marcante seu.

“Ah! Eu é que não ia embora. Quando esse Negão me disse não! me deu uma coisa...e eu toda precisada. Eu olhei pra toda aquela mulherada, fui lá e já me ofereci pra ajudar, peguei uma faca e comecei a trabalhar. Eu ainda lembro do que a gente cozinhou aquele dia: arroz com salsicha. Dalí eu não saí mais”.

Nelson, entre uma gargalhada e outra, continuou:

“Pois foi, ela se meteu lá no meio das mulheres e já foi ficando. Quando eu cheguei, já era tarde da noite, eu olhei e pensei: “oxi! E

ela ainda tá aqui? Eita, mulher tnhosa!”, aí eu acreditei que ela precisava mesmo, chamei as meninas e falei: “vejam lá se tem um espaço pra essa mulher aí”. E ela ficou. E olha, hoje eu agradeço a Deus ela ter ficado, porque ela se tornou meu braço direito e esquerdo. Sem ela, muito desse movimento não teria ido pra frente. Eu aprendi muito com ela, aprendo sempre. A primeira coisa foi isso de que aparência não é tudo. Teve uma outra vez, que eu tinha feito algo, nem me lembro mais o que. Pois ela me chamou de canto e me disse: ‘Olha aqui, Negão...’ e me deu um esculacho!”.

“Não é isso [ela o interrompe outra vez], é que ele tinha a mania de não falar muito com as pessoas, sabe? Não sabia da vida delas, das necessidades. E ser coordenador não é isso. Tem que participar também, olhar no olho, conhecer a pessoa. Não é só ceder o espaço e ocupar, sabe? As pessoas tinham medo de falar com ele, porque ele tava sempre sério, não sorria, não perguntava como as coisas iam, eram só “bom dia, boa tarde”. Um dia ele não quis falar com uma família, disse que pra isso tinha a coordenadora do andar, eu chamei ele de canto e falei que não era assim. As famílias de quem é? É do seu movimento, você que é o presidente. E a família não pode falar com você?”

“Pois foi isso mesmo! E eu aprendi muito com isso, porque coloquei a mão na consciência e vi que ela estava certa. Depois disso passei a me envolver mais, a fazer reunião todo sábado, ver o que eles estavam e não estavam precisando”.

Além de exaltar a perseverança de Jirlania em alcançar os seus objetivos: neste caso, ter um teto e ser aceita como moradora na Ocupação Mauá. Nelson colocava-se na posição de alguém que está em constante aprendizado e, como defensor incansável do aprender que era, enfatizava a importância de

“Aprender pelo exemplo do outro, aprender escutando o que as pessoas a nossa volta têm a nos dizer. Porque às vezes ela pode ter passado por algo na vida que a gente não passou na nossa, ter visto algo que a gente não viu na nossa. E se prestarmos atenção, a gente aprende também”.

Ele reforçava, mais uma vez, sua crença de que estar atento às experiências individuais é torna-las coletiva.

## Narrativas como método

A narração de um acontecido é, segundo meus interlocutores, a narração de uma experiência. Ao utilizar das narrativas como matéria-prima para um trabalho etnográfico, não ignoro a dificuldade existente em se alcançar uma correspondência entre a vida como é vivida (o que de fato ocorreu), uma vida como experiência (sentimentos, emoções, significações a partir do vivido), e uma vida como é contada.

Segundo Bruner (1986), seria ingênuo considerar que narrativas de vida são projeções e correspondências entre o que foi vivido e aquilo que se conta. Tão árdua como realizar tal correspondência, diz ele, é fazer a diferenciação entre a vida, a experiência vivida e a narrativa que retrata essa experiência.

A distinção crítica aqui é entre a realidade (o que está realmente lá fora, seja lá o que for), a experiência (como essa realidade se apresenta à consciência) e as expressões (como a experiência individual é estruturada e articulada). Em uma história de vida, como indiquei em outro lugar (Bruner, 1984, p. 7), a distinção é entre a vida como vivida (realidade), a vida como vivenciada (experiência) e a vida como contada (expressão). Apenas um positivista ingênuo acreditaria que expressões são equivalentes à realidade; e reconhecemos no cotidiano a lacuna entre a experiência e sua manifestação simbólica na expressão. Algumas experiências são incipientes, na medida em que simplesmente não entendemos o que vivenciamos, seja porque as experiências não são narráveis, seja porque nos falta os recursos performativos e narrativos, ou porque o vocabulário está faltando. Enquanto nós mesmos estamos contando aos outros sobre uma experiência, às vezes percebemos, ao passo em que falamos, que nossa explicação não abrange totalmente tudo o que pensamos e sentimos durante a experiência. Todo pesquisador de campo antropológico reconheceria prontamente que os gêneros aceitos de expressão antropológica – nossas notas de campo, diários, palestras e publicações profissionais – não capturam a riqueza ou a complexidade de nossa experiência vivida no campo. Há lacunas inevitáveis entre a realidade, a experiência e as expressões. (1986:7-8)<sup>56</sup>

---

<sup>56</sup> No original: “The critical distinction here is between reality (what is really out there, whatever that may be), experience (how that reality presents itself to consciousness), and expressions (how individual experience is framed and articulated). In a life history, as I have indicated elsewhere (Bruner 1984:7), the distinction is between life as lived (reality), life as experienced (experience), and life as told (expression). Only a naive positivist would believe that expressions are equivalent to reality; and we recognize in everyday life the gap between experience and its symbolic manifestation in expression. Some experiences are inchoate, in that we simply do not understand what we are experiencing, either because the experiences are not storyable, or because we lack the performative and narrative resources, or because the vocabulary is lacking. As we ourselves are telling others about an experience, we sometimes realize, even as we speak, that our account does not fully encompass all we thought and felt during the experience. Every anthropological fieldworker would readily acknowledge that the accepted genres of anthropological expression – our fieldnotes, diaries, lectures, and professional publications – do not capture the richness or the complexity of our lived experience in the field. There are inevitable gaps between reality, experience, and expressions.

Se aceitarmos como eixo deste capítulo o princípio de que toda narração de experiência é uma imposição – por vezes arbitrária ou não – da memória e uma interpretação (seleção, exclusão e reformulação subjetiva) daquilo que foi vivido, é possível nos aproximarmos, também, da acepção de narrativa conferida por Walter Benjamin, no qual o filósofo e sociólogo alemão assevera que a narrativa:

(...) não está interessada em transmitir o puro ‘em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. [1985 (1996:205)]

O narrador ou narradora não é aquele ou aquela que somente verbaliza acontecimentos, mas aquele que seleciona da experiência o que conta, seja esta a sua própria experiência ou a relatada pelos outros, e que “incorpora as coisas narradas às experiências de seus ouvintes” (Benjamin, 1996:201). Narrar é organizar, comunicar e comungar experiências. É, no limite, criar realidades. Aquele ou aquela que narra, transmite um saber, “uma sapiência, que seus ouvintes podem receber com proveito”. E, embora não seja um espelho da experiência do outro, a narrativa configura e suscita uma experiência. A experiência é o elo de interesse entre ouvinte e narrador e, para Benjamin, é preciso que o relato reivindique uma experiência comum. Talvez pudéssemos ir um pouco além e sugerir que uma experiência comum ou possivelmente comum, fabricasse tal elo. Visto que, a empatia entre quem narra e quem ouve pode extrapolar a comunhão de experiências propriamente vividas e apoiar-se na empatia pela verossimilhança das narrativas.

As narrações que escutei durante todo período da minha pesquisa de campo tinham esse tom: o de compartilhar as experiências que, em geral, estão vinculadas a fatos que conduziram a quem narra a sua condição de militante sem-teto, ou que se refere às experiências do que é ser sem-teto.

“É preciso repetir nossas histórias. Para que as pessoas conheçam o Movimento e não se esqueçam da dureza que foi chegar até aqui”, me disse Nelson ao me pedir que o ajudasse na tarefa de registrar a história do Movimento. Justificou o pedido dizendo que os movimentos sociais urbanos possuíam lacunas quanto ao registro de suas histórias, o que enfraquecia o sentimento de “identidade e de pertencimento” dos militantes e, conseqüentemente, da própria militância. Para ele, o mesmo não ocorria com os movimentos de resistência e luta por terra do campo, como o MST, em que

“das crianças aos velhos, todos sabem de cor as histórias de lutas, as conquistas e as derrotas das pessoas e do movimento. Porque



isso é formação. Eles [MST] focam na formação. A gente [movimento urbano] também precisa ter isso aqui. Pro Movimento não morrer.”

Assim, tal como o faz o narrador de Walter Benjamin, Nelson une sua voz a de outras lideranças e militantes para juntos, “transforma[r] experiências próprias ou coletadas em outras experiências a partir dele[s] [e delas]” e as recontam tantas vezes quantas forem necessárias.

Enquanto pesquisadora, me aproprio, em certa medida, das histórias escutadas e indago acerca do caráter da revelação dos relatos, ou seja, aquilo que o narrador ou narradora nos informa; assim intento apreender a partir dos relatos (e com eles), qual o papel e relevância da narrativa para essas pessoas e para o Movimento. E se, para Nelson, como liderança, as narrativas a partir da própria biografia são um ferramental para a formação política, construção de coletividade e como já dito, um modo de evidenciar estruturas sociais e de poder, para os demais militantes parecem ser um alimento político e emocional que contribui no estabelecimento de vínculos e na persistência da coletividade. Ademais, a partir das relações narrativas e com elas, nos é permitido observar quais dinâmicas sociais, relações de conflito e alianças são estabelecidas.

### **A militância enquanto meio: apropriando-se de uma certa noção de direitos**

A grosso modo, observei que há dois grupos de pessoas que militam pelos movimentos de moradia. Há os chamados “colaboradores”, que são estudantes, pesquisadores, professores, comunicadores, educadores, advogados entre outros, que não vivem nas ocupações, mas que participam de algumas das atividades e ações vinculadas à luta pela moradia digna. Estas pessoas, por vezes, estão ligadas ao Movimento sem estarem inscritas como membros e participam quando, em um dado momento de crise, os movimentos acionam suas redes de contato de apoiadores, ou para projetos específicos das mais diversas ordens: realização de eventos, publicização ou produção de algum material referente aos movimentos, realização de estudos – como o de viabilidade técnica realizado na Mauá em 2014 – e assim por diante. O outro grupo são os ocupantes e/ ou integrantes orgânicos do Movimento, os quais apresentam, em um primeiro momento, razões de ordem material e econômica para participarem do Movimento.

Para o grupo de “colaboradores”, é frequente que vocábulos que incitem certas noções de direito, estratificação social, raça, cidadania e gênero sejam utilizados de forma corriqueira. Entretanto, para boa parte daqueles que fazem parte do Movimento enquanto militantes orgânicos, tais termos são de uso mais tímido e, não raro, seus significados lhes são obscuros. A inserção e participação nos espaços de militância têm como proposta a modificação paulatina desse quadro. O intuito é que através das discussões que ocorrem nas “formações de base” e “assembleias”, organizadas pelo Movimento, algumas noções ganhem algum significado e sentido para os militantes.

Como disse Laura durante uma assembleia:

“antes de entrar no movimento eu ouvia as pessoas falando de ‘direito’ pra lá, ‘direito’ pra cá, mas era vago, era só uma palavra. Eu não sabia sobre as coisas como eu sei hoje. Aprender isso foi importantíssimo”.

Para ela, a supressão dessa lacuna, que ela acredita ser de “formação educacional”, deve ser escopo de atuação do Movimento “tanto quando lutar pra conseguir a casa”.

Pedagoga recém-formada, Laura é uma das poucas militantes orgânicas do MMRC a graduar-se na universidade. Contou-me que foi a partir da inserção no movimento que decidiu continuar os estudos. Não que desconhecesse a “importância e a necessidade” de “ter uma formação”, mas faltavam-lhe as condições financeiras e um certo ânimo para empreender esta missão. O primeiro empecilho ela superou através do Prouni e “graças ao Lula” - faz questão de reiterar. O segundo, se deu com a sua participação em um curso de formação em que foi apresentada à pedagogia de Paulo Freire, o que impactou na decisão pela escolha da profissão.

Na noite em que caminhávamos juntas rumo à uma festa da CMP, ela me confidenciou o quanto era dura a vida em uma ocupação, como lhe castigava a falta de privacidade, de espaço e de segurança, porque viver em uma ocupação é estar na iminência de um despejo.

“Quem nunca viveu [em uma ocupação] acha que é moleza, que é só festa porque é morar de graça, não tem que pagar aluguel. Mas é bem longe disso. E a nossa cabeça fica nisso o tempo todo. É como diz o

Manoelzinho, vem um juiz com uma caneta assassina e joga a gente na rua. Como dormir tranquila com essa sombra pairando sobre a gente?”

Mas, segundo ela, nada disso é pior do que estar na rua. Disse-me ainda, que nem sempre viu a luta realizada pelos movimentos de moradia com bons olhos. Acreditava, pautando-se no que via através dos noticiários e das conversas com vizinhos e conhecidos que “aquilo” – a Ocupação – era “lugar de arruaceiros”, que invadiam a propriedade alheia sem regra ou pudor:

“Eu tinha até medo que invadissem meu barraco [ri]. É aquilo, né? Eu dizia que eram tudo um bando de vagabundos, preguiçoso e criminosos, né? Porque eu achava que era crime [ocupar]”.

Laura diz que achava que ocupar era crime, até que viu a si mesma, jovem, com marido e um filho vivendo na rua, sem emprego e com todos os esforços da família de sair da situação calamitosa frustrados. Neste momento, indicada por uma conhecida de sua mãe, bateu às portas da Ocupação Mauá e conseguiu um “espaço”. Dali em diante, passou a “compreender as coisas de outro modo”. Através de uma formação política no Centro Gaspar Garcia de Direitos, aprendeu a diferença entre “invadir” e “ocupar”; “só é invasão se o local cumpre a função da propriedade, se tem gente utilizando. A gente não entra em prédio assim, a gente só ocupa prédio ocioso”. E arremata, acerca da inscrição da “função social da propriedade” na Constituição Federal brasileira de 1988: “você acha que eu sabia que isso estava na Constituição? Claro que não!”.

A função social da propriedade a que Laura se refere consta na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, mais conhecida como Estatuto da Cidade e que regulamenta a política urbana nacional. Ela determina, no inciso VI do artigo 2º, que toda propriedade urbana deve cumprir sua função social. Isto quer dizer que um imóvel desocupado (ocioso) e retido para questões especulativas descumpra esta função. Neste caso, pode (e deve) o Poder Público tomar ação cabível em vista de promover o adequado aproveitamento dos vazios urbanos, terrenos subutilizados ou ociosos.

Ressalto que aquilo que o Movimento oferece em termos de educação em direitos é ainda superficial, por isso pareceu-me apropriado dizer que o que o Movimento provoca nos e nas militantes é um entendimento de certas noções de direto. Quero dizer que, é possível que ao serem questionados sobre o que seria a função social da propriedade, por exemplo, muitos dos membros pertencentes ao MMRC possam oferecer uma resposta

adequada. Afinal, os termos são utilizados e explicados com tanta recorrência que acabam por se tornarem familiares, mesmo para aqueles com pouca ou sem escolaridade dita formal. Entretanto, as noções de direito que são acionadas nas reuniões são rasas e, geralmente, circulam na esfera do que faz parte de seus cotidianos. Discute-se sobre cidadania, direito à saúde, educação, ao lazer, ao trabalho, aos direitos das mulheres, crianças e adolescentes, e obviamente, a moradia digna, mas não se caminha muito maia adiante.

Um bom exemplo – mas não é o único – dessa esfera de educação de direitos foi um evento realizado pela Escola da Defensoria Pública do Estado (EDEPE), um órgão auxiliar da Defensoria Pública<sup>57</sup>. A proposta do evento cujo título era “Educação em Direitos e Ações Possessórias”, era instruir militantes acerca de mudanças na legislação que impactavam diretamente nos procedimentos de cumprimento de reintegração de posse. No convite recebido por Nelson, constava que o curso era dirigido a coordenadores dos movimentos de moradia, advogados, defensores, técnicos e pesquisadores. Acompanhei Nelson à reunião e, na assembleia posterior ao evento, todas as principais diretrizes aprendidas no curso foram retransmitidas aos militantes do MMRC<sup>58</sup>.

---

<sup>57</sup> A Escola da Defensoria Pública - EDEPE é órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e tem suas atribuições delineadas no art. 58 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 988/06. De acordo com o mencionado diploma normativo, a EDEPE é responsável pela promoção e atualização profissional e o aperfeiçoamento técnico dos membros, servidores/as e estagiários/as da Instituição; realização de cursos, conferências, seminários e outras atividades científicas relativas às áreas de atuação e às atribuições institucionais da Defensoria Pública do Estado; edição de revistas e publicações de conteúdo multidisciplinar visando à divulgação de estudos, artigos e pesquisas de interesse institucional; promoção do curso de preparação à carreira, destinado aos/as Defensores/as Públicos/as em estágio probatório; organização do encontro anual dos/as Defensores/as Público/as para a definição de teses institucionais; dentre outras atividades. As atividades incumbidas à EDEPE, contudo, não constituem um fim “em si”. São meios para que a melhor prestação de serviço possa alcançar os/as destinatários/as da Defensoria Pública, concretizando assim a missão constitucional de acesso à justiça. <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=6096>.

<sup>58</sup> O curso, realizado em 23/06/2016, enfatizou a importância da atuação da Defensoria junto aos movimentos de moradia – tanto aqueles regulamentados como os não regulamentados e reforçou o papel de mediação e conciliação da instituição. Sobre a mudança no código de processo civil, esclareceram que com a nova lei todo processo de reintegração de posse que envolva pessoas em situação de vulnerabilidade econômica deverá ser acompanhado pela Defensoria Pública. Outra mudança, que assim como a primeira foi classificada como positiva pelos advogados presentes, dizia respeito a presença de um juiz ou juíza nas reuniões de mediação que antecedem a expedição de mandatos de reintegração de posse. Outra alteração do código que, segundo advogados, demandará redobrada atenção dos movimentos é no que se refere à notificação das reintegrações de posse. A partir da aprovação, quando houver a necessidade da “citação” de grande número de pessoas, ou seja, acionar as pessoas envolvidas nos processos, não será mais necessário que todas as pessoas sejam citadas. O processo para a reintegração poderá ocorrer com somente uma citação pessoal, ou seja, via oficial de justiça, e as demais poderão ser citadas via edital no Diário Oficial. (notas de caderno de campo 23/06/2016).

Não há, porém, mesmo que superficialmente, uma formação política acerca do ordenamento jurídico brasileiro, por exemplo, ou a dimensão do real alcance da constituição, ou quais são as esferas de atuação dos direitos civil, penal, do trabalho, econômico ou mesmo os procedimentos e regulamentações necessários para se entrar como uma ação judicial. Assim, as noções de direito que vigoram no Movimento, e as quais eu me refiro, não inserem essas pessoas num ambiente onde leis, códigos e processos sejam da ordem do ordinário, como o seria, por exemplo para aquele que exerce o direito enquanto profissão ou que de algum modo trabalha com este contexto, tais noções continuam a fazer parte de um universo do extraordinário. E, neste sentido, diversas destas noções de direito ainda estão na esfera da abstração e os termos que são introduzidos em suas vidas são, em geral, utilizados para agenciar relações específicas, como em casos de reintegração de posse, em manifestações contra o poder público onde se clama pela efetivação de uma situação de direito, em debates ou depoimentos públicos ou mesmo diante da própria ação de ocupar prédios ociosos. Ao ocuparem, os movimentos se apropriaram destas noções para legitimarem suas ações:

“Isso aqui [prédio da Rua Mauá, 340] era só rato, barata e lixo quando a gente entrou. Tiramos caçambas e mais caçambas de entulho daqui. O prédio não cumpria a função social da propriedade, fomos nós que demos essa função pra ele” (Nelson)

É claro que a vida nos movimentos de moradia é plena no direito de existência a despeito de qualquer noção legalista, contudo é interessante pensar que mesmo que superficial, essas noções são relevantes para os militantes. Em uma entrevista concedida a Kohara (2016), uma liderança de movimento de moradia ressaltou que a importância de uma orientação jurídica para os movimentos só ocorre

na virada da década de 1990 para os 2000, [quando] começamos a travar uma luta mais pelo direito. Então, a gente passou a discutir muito mais a questão da propriedade, do direito constitucional a moradia e à cidade. (Kohara, 2016:156-157)

Logo, reitero, as noções de direito que se tornam familiares – não exclusivamente, mas fundamentalmente – são aquelas que tocam o cotidiano de quem vive em ocupações. São as noções que envolvem as questões da moradia em particular, questões de cidadania, ou a própria noção de que um acesso ao direito em si é possível, como exemplifica a fala de Dona Maria, uma senhora de cerca de sessenta anos e militante do MMRC que me disse: “a gente sabe que a gente tem direitos, até a lei diz isso”.

## **Experiências de transformação: “A luta ajuda a construir não só as casas, mas também pessoas”**

A participação no movimento de moradia, com sua dinâmica de reuniões, de atos, de ocupações, a frequente problematizações de contextos sociais, a escuta de outros relatos de experiências operam transformações naqueles que fazem parte da militância: o processo de contar e recontar suas histórias, as dificuldades pelas quais passaram, as ações que os guiaram até o momento presente, em que o que vigora é o desejo por um futuro melhor, são elementos de força e mobilização pessoal e acabam por moldar, inclusive, como as próprias narrativas serão contadas. Não que haja aqui uma performance no sentido dramático do termo, mas algo que acredito se tratar de uma experiência de transformação. Transformação, porque não são somente as narrativas o que ganham um novo enquadramento, mas também as ações de quem é impactado pelas narrativas e pelas experiências. Como resumiu Nelson, durante uma fala pública sobre a militância em movimentos por moradia: “A luta pela moradia ajuda a construir não só as casas, mas também as pessoas”

Nota-se que, ao narrar histórias a partir de certas noções, as lideranças incitam que as reflexões que os militantes fazem a cerca de suas próprias histórias possam ser acionadas a partir de tais noções. Não se trata de fabulação das narrativas, mas de enxerga-las a partir de uma nova perspectiva que utiliza o tempo enquanto mediador e agente. A exemplo do que sugere Veena Das, em que o tempo:

(...) é um agente que “trabalha” nas relações, permitindo que sejam reinterpretadas, reescritas, modificadas no embate entre vários autores pela autoria das histórias nas quais coletividades são criadas ou recriadas (Das, 1999:37)

É também o que sugere Morawska (2018), ao observar o modo como educadoras e educadores populares de uma ONG em Olinda são frequentemente incitados a falarem de si e de suas histórias de vida. De acordo com as interlocutoras e interlocutores de Morawska-Vianna, acionar eventos passados provocava nestes sujeitos “um potente efeito de transformação” no tempo presente:

Desse modo, as instituições tornavam-se espaços de enunciação em que educadores intercruzavam experiências passadas, presentes e futuras e incorporavam certas inscrições da diferença como dimensão significativa na sua vivência. (Morawska, 2018:18)

O tempo e as novas relações implicam em mudanças nos passados e nos presentes: as experiências passadas – da “luta do pobre” contra a miséria, as experiências de

despejo, de sofrimento moral e físico –, são transformadas em experiência discursiva que mobiliza e fomenta a “luta” pela moradia digna e, conseqüentemente a luta por justiça social e cidadania no presente.

Ademais do que já foi aqui apresentado e discutido, outros relatos de moradores e moradoras da Ocupação Mauá e militantes do MMRC parecem corroborar o argumento. O primeiro deles, uma fala de Neti que, a despeito de não pertencer ao MMRC, guarda com o Movimento e seus integrantes vínculos estreitos, sendo inclusive coordenadora Geral da Ocupação Mauá. Nesta fala, ela aponta como a militância impactou outros âmbitos de sua vida<sup>59</sup>:

“E lembrando... antes de vir pro movimento eu tomava o maior chicote do meu marido, apanhava muito, muito... de sentar assim e dizer: ‘bate porque você é meu marido e você tem direito’. ‘Hoje [imitando a voz do marido] fulano foi brincar comigo na firma e eu falei: ‘não brinca comigo hoje não porque eu tô nervoso e eu bati na mulher essa noite.’ ‘Quando eu passei a entender o movimento, participei de algumas formações... quando ele veio pra me dar [pancada]... ele me deu a primeira, mas o restante ele levou tudinho. (...) ele tava com a cara toda arranhada, eu cortei toda a cara dele na unha, e soquei bastante também. Aí ele falou: ‘ai, como é que eu vou trabalhar com essa cara?’. Eu falei: ‘você vai chegar na firma e vai dizer: ‘não brinca comigo hoje não que eu estou azedo, eu estou nervoso porque eu apanhei da minha mulher essa noite’. ‘Você entendeu? Porque chega, eu não vou mais abaixar a cabeça pra você”.

De Thelma, uma outra moradora da Ocupação Mauá e membro do MMRC, ouvi que foi a partir da inserção no movimento que ela entendeu que:

“Os direitos são pra todos. Eu achava que era aquilo, né? cada um que faça o seu, com sua família, com seu marido. É a vida: trabalhar e trabalhar pra conseguir tudo o que quiser e se não tem, não tem. No caso da casa, eu não sabia que ter casa era um direito nosso. Também não sabia que se a gente se organizasse poderia até cobrar o governo. E não só da moradia que a gente tem direitos, mas, por exemplo, a gente usa o SUS, é o nosso direito que quando temos algo grave, que os exames sejam pedidos em até 3 meses. Mas eu nunca tinha nem ouvido falar disso...”

---

<sup>59</sup> Fala extraída do documentário *Leva* (2011) 29’28.

Quando questionada sobre o que havia mudado a respeito de sua vida após a entrada no Movimento, Ji diz que “muita coisa mudou”, mas não titubeia em incluir entre elas uma destreza no questionar:

“Eu nunca fui ingênua e ‘lesada’, sempre fui agilizada, mas tem coisa que a gente não sabe mesmo, né? Eu comecei foi a questionar os porquês. É como aqui, no Movimento. Eu sempre digo nas reuniões, não é só escutar o que seu Nelson ou qualquer uma fala e obedecer. Tem que questionar. E mesmo o seu Nelson, ele está lá porque foi escolhido por nós pra nos representar. No dia em que não representar mais, ele não vai mais ser o nosso presidente.

Nesses três breves relatos, tanto Neti, Thelma como Jirlania evidenciam como compreender melhor certas noções de direito alterou suas vidas: para Neti, a percepção de direitos interrompe um ciclo de violência doméstica; para Thelma, é a compreensão de uma maior participação do Estado na vida cotidiana através dos direitos que lhe cabe enquanto cidadã: o direito à moradia e à saúde pública, por exemplo. Jirlania, mais experiente, ingressa ativamente na militância, assume a coordenação do Movimento, atua como formadora política e educadora junto com Nelson nas assembleias e reuniões.

Logo, o que poderiam ser somente memórias e histórias de vida são articuladas pelo coletivo e tornam-se material para edificar ações no presente, e as narrativas viram alimento para uma resistência política e de vida. É a perspectiva da memória e da narração como espaço de agenciamento e germen para construção das coletividades, ou do próprio Movimento.

Contudo, é importante ressaltar que no impulso comum que direciona as pessoas ao Movimento, não há uma noção de coletividade e pertencimento a priori, ou seja, não há uma percepção concreta do que seria o Movimento ou sequer um sentimento de pertencimento ou identidade previamente estabelecido. É a aliança do universo discursivo das narrativas com as experiências que a própria militância (também) suscita através das ocupações, enfrentamentos, atos, assembleias, formações, entre outras, que o Movimento se constrói. Militantes e Movimento estão em um fluxo dialógico e de transformação constante. A influência que as narrativas exercem neste processo construtivo é edificante: uma história que remete a uma experiência, que dialoga com outra experiência, que agrega à trama uma outra história. É por meio dessas partilhas e identificação que o próprio Movimento, enquanto um corpo, se constrói e se move.



É importante frisar que a ideia de Movimento enquanto um corpo que se move não comporta homogeneidade necessariamente. O corpo pode – e no caso é – um corpo coletivo, heterógeno, que mantém em si diferenças e conflitos, assim como ocorre quando se pensa e se fala na Ocupação Mauá, por exemplo. As contradições entre os movimentos que habitam a Ocupação são dinâmicas e relacionais. Entendamos que Movimento é, no sentido cinético, aquilo que se move, e nesse mover-se, as pessoas, os espaços e as coisas interagem umas com as outras, e os choques entre elas são inevitáveis. Todavia, somando-se a isso, há as partilhas de narrativas e das experiências que fazem parte da engrenagem que o compõem (o Movimento) enquanto uma unidade (relacional) política. O Movimento não é, portanto, o resultado da união de diferentes grupos pré-existentes, mas antes ele é o produto de uma interação de pessoas, experiências, ações e narrativas, ao mesmo tempo em que passa a ser, ele mesmo, o Movimento, o loco produtor desta interação.

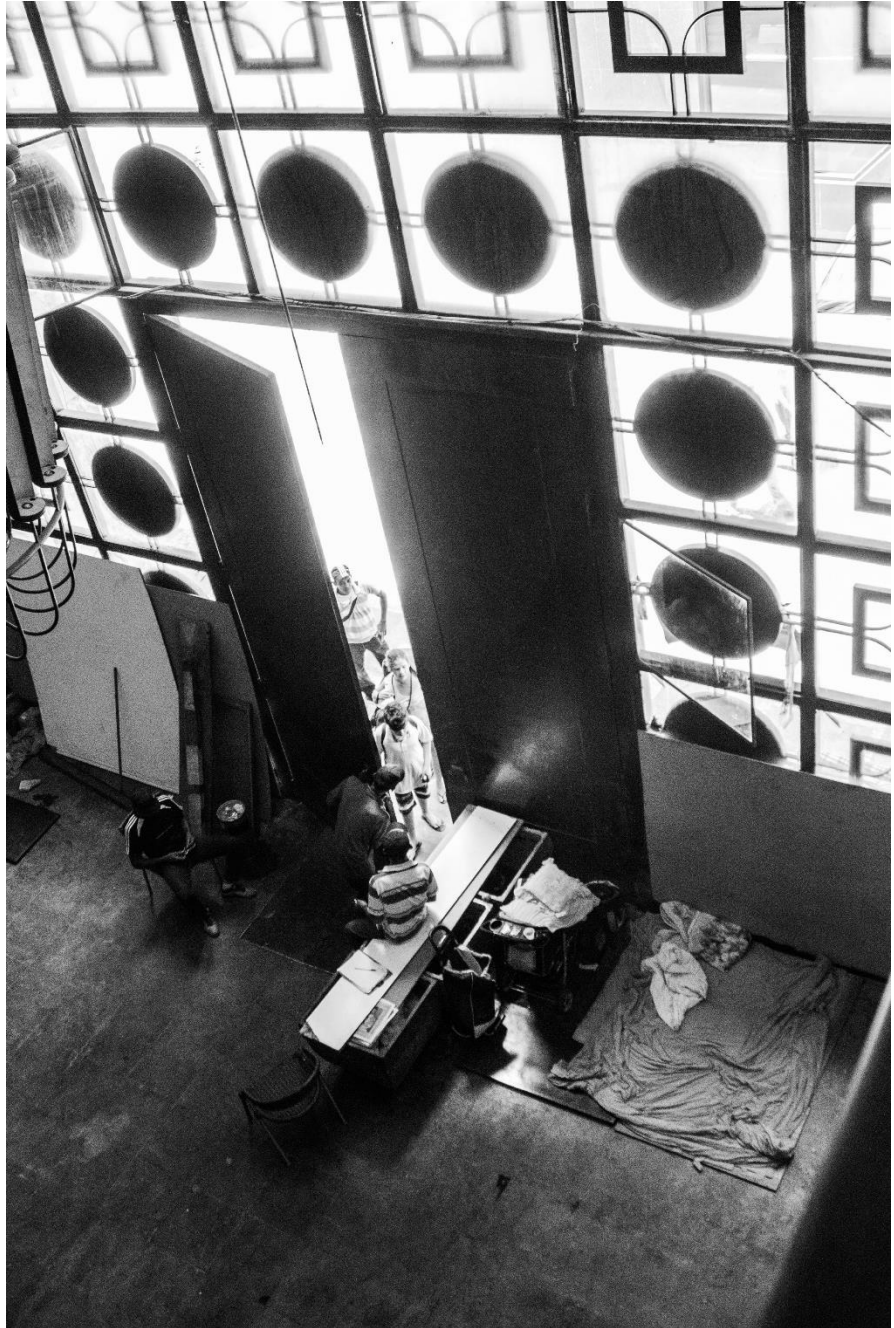
## **CAPITULO II**

# **ENTRE A CASA E A RUA, O ESPAÇO**

*“Vocês acham que essa história de casa não tem nada a ver porque, agora, a veem pronta, a sua casa, entre tantas outras que formam a cidade. Veem seus móveis em volta, que são iguais a vocês segundo seus gostos e suas posses e estão ali para a sua comodidade. E eles lhes inspiram e difundem o doce conchego familiar, animados por todas as recordações; não são mais coisas, mas quase partes íntimas de seus corpos, nas quais vocês podem tocar e sentir aquilo que lhes parece a firme realidade de sua existência.”*

*Luigi Pirandello  
Um, nenhum e cem mil*

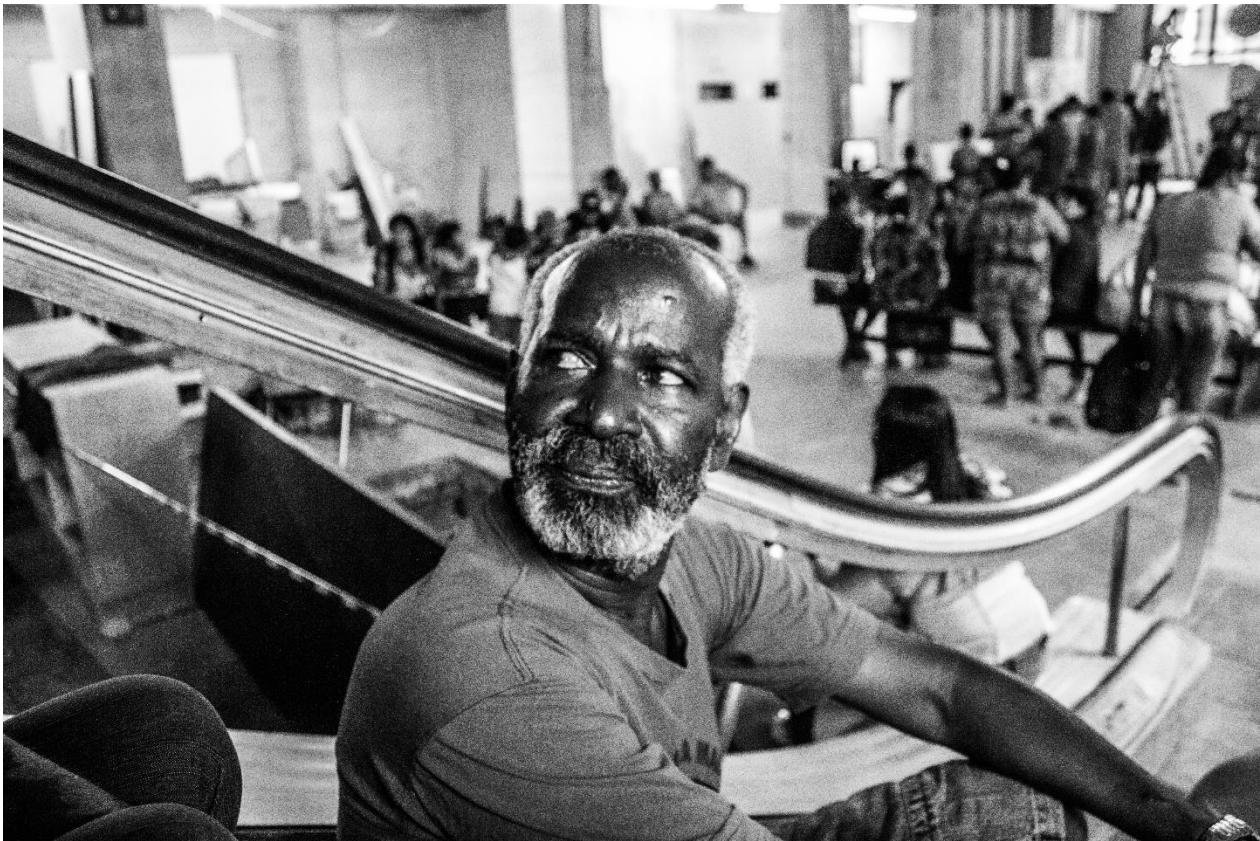
## **ENSAIO FOTOGRAFICO II**

































Na madrugada de 15 de outubro de 2017, diversos movimentos de moradia distintos se organizaram sob a bandeira da Frente de Luta por Moradia (FLM), para realizar oito (8) ocupações simultâneas em edifícios abandonados localizados na região central<sup>60</sup> da cidade de São Paulo. Essas ocupações faziam parte do que os militantes chamaram de “outubro vermelho”, que pretendia chamar a atenção do poder público para a problemática da falta de moradia digna na cidade de São Paulo. Três destes imóveis foram desocupados na manhã seguinte a ação, após truculenta intervenção da Polícia Militar, que resultou em diversos militantes feridos e três lideranças presas. No dia subsequente, enquanto os presos eram finalmente libertados, após audiências de custódia<sup>61</sup>, visitei uma das ocupações que havia resistido às intervenções militares, a Ocupação Casa da Moeda, coordenada pelo MMLJ em parceria com o MMRC.

Essa ocupação, localizada na rua João Brícola, em frente à estação São Bento do metrô no Centro de São Paulo, exibia em sua fachada uma enorme porta de ferro, na cor verde, cuja guarnição era decorada por enormes moedas douradas. O prédio de dez andares ostentava no pavimento térreo um amplo salão com o pé direito altíssimo, assemelhado à constituição arquitetônica de casas de espetáculo do início do século XX, no centro do salão um grande lustre dependia do teto, as paredes e pilares eram revestidos em mármore, por todo o espaço havia entulhos e restos de materiais de construção de uma reforma não acabada. O local parecia em condições bastante razoáveis em comparação a outros locais recém-ocupados pelos quais eu já havia passado. Cumprimentei a quem conhecia, aproveitei o café fresco e sentei-me para conversar com os ocupantes. Me contaram que no prédio já havia funcionado um banco e, posteriormente, um shopping. Desta última atividade comercial ainda havia alguns vestígios, como as diversas inscrições nas paredes dos andares com dizeres como: “*piercing e tatoo*”, “vídeo-locadora”, “salão de beleza” ou “leitura de tarô”.

Era um dia habitual em uma ocupação nova: o cheiro de comida vindo da cozinha coletiva, adultos conversando para matar o tempo, crianças brincando de um lado a outro. E desta vez, dada a facilidade para a ligação de luz elétrica no prédio, havia, inclusive,

---

<sup>60</sup> Os imóveis ocupados estavam localizados nos bairros da Consolação, Bela Vista, Bom Retiro, Vila Buarque e Centro.

<sup>61</sup> A audiência de custódia é o instrumento processual que determina que todo preso em flagrante deve ser levado à presença da autoridade judicial, no prazo de 24 horas, para que esta avalie a legalidade e necessidade de manutenção da prisão (<http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audiencia-de-custodia>).

um videogame para entreter os adolescentes. A coordenadora que me recebeu convidou-me a conhecer o restante do prédio.

No início da visita, precisamente no segundo andar, encontrei uma cena interessante. Em meio à desordem que ainda prevalecia por todo o prédio, uma senhora havia organizado algumas estantes e móveis de modo a circunscrever um perímetro e criar um espaço para a sua permanência ali. O que me chamou à atenção nesta cena foi o imediato em que o enorme espaço vazio e poeirento foi delimitado, configurado e arrumado. Havia zelo na disposição e arrumação dos móveis: a cama no canto da janela forrada com uma manta xadrez, os armários que já guardavam alguns objetos, um frigobar, as cadeiras alinhadas em volta da mesa com um vaso decorativo em seu centro. A senhora já tinha vizinhos, um casal que de modo similar havia isolado e cuidadosamente organizado um espaço com mesa, cadeiras, malas e colchão.

A dedicação em fazer do local um espaço acolhedor com aquilo que se tinha à mão lembrou-me cuidados que comumente se dedica a uma casa. Eu talvez arriscasse chamar assim os pequenos espaços cuidados pela senhora e pelo casal, não fosse o termo ser tão pouco usado em ambientes como aquele em que estávamos, ou seja, prédios abandonados transformados em ocupações para moradia.

Uma ocupação é reivindicada como uma moradia, como uma casa para quem a ocupa. Contudo, no cotidiano, o usual era que minhas interlocutoras e interlocutores declinassem do termo casa e reivindicassem os seus locais de habitação enquanto um “espaço”. Quando alguém ia embora de uma ocupação, dizia-se que tal pessoa estava “deixando o espaço”. Quando um morador infringia gravemente as regras de convivência – como trazer pessoas para morar na ocupação sem aviso e negociação prévia com coordenadores, ou brigas domésticas que envolvam violência, abuso do uso de álcool ou de drogas, entre outras coisas – este era convidado a “retirar-se do espaço”. Se alguém chegasse à ocupação em busca de um local para morar, dizia-se que “tal pessoa veio aqui pedir um espaço”. Em raras ocasiões ouve-se a referência a estes “espaços” com o termo casa, exceto em situações de trato com um público externo, tal como a imprensa ou outros meios de comunicação, em situações de conflito envolvendo algum órgão do poder público ou o proprietário do imóvel, ou ainda através de expressões corriqueiras, como convites para tomar um café “lá em casa”.

No princípio das minhas incursões a campo, pareceu-me que ambos os vocábulos – casa e espaço – eram utilizados de forma intercambiável, isto é, como sinônimos. Contudo, a observação indicou que havia diferenciação nas significações atribuídas a estes

termos, o que ocasionou em algumas perguntas: o que esses ocupantes apreendem por casa e por “espaço”? E quais são as relações implicadas na utilização desses termos?

### **A casa, a rua e o “espaço”**

A sugestão para compreender um dos sentidos atribuídos ao “espaço” e a diferença que este apresenta em relação à casa, surgiu em uma conversa com Jirlania em que ela me contava de seu encontro com a Ocupação Mauá. Jirlania se referiu a este dia como quando foi “pedir um espaço na Mauá”. Com as questões mencionadas acima já em mente, indaguei o porquê da preferência do termo “espaço” e não casa para designar o seu local de moradia, e tivemos o seguinte diálogo:

“Ué, Paula, porque aqui não é minha casa’. ‘Mas você mora aqui, não mora?’ ‘Moro, mas posso não morar daqui a pouco. A gente tá o tempo todo correndo o risco de despejo. Além do mais, aqui é só um espaço, não é uma casa, casa’. ‘Como assim, Gê? Então, o que é casa?’ ‘Ah! Sei lá... Casa tem sala, quarto, cozinha, quintal, um banheiro só da sua família. E ninguém te diz o que fazer ou que você tem que ir embora, isso é casa’

Um outro dia, com outro tema qualquer em pauta, Nelson me indicou semelhante explicação para a diferença entre os termos:

- ‘Até hoje eu nunca aceitei uma demanda pra mim<sup>62</sup>. Já tive a chance, Paula, mas nunca peguei porque eu tô aí na luta e não preciso de muito pra viver, meu espaço me basta. Mas agora eu me preocupo com isso, às vezes até me arrependo de nunca ter aceitado. Hoje eu quero uma casa pra deixar pra ele [aponta para o seu filho pequeno que brinca no chão], pra que ele não cresça no desamparo e não precise ficar de despejo em despejo, sendo tratado feito bicho pela sociedade. Eu quero que ele tenha uma casa de verdade, com espaço pra brincar. Não quero pra ele viver em um aperto como este, que mal dá pra uma pessoa viver’.

Ainda neste sentido, encontrei grafado em meu diário de campo uma conversa com Laura. Falávamos de coisas corriqueiras, das demandas inesgotáveis do trabalho, da família e do tempo escasso a ser dividido entre todas as tarefas domésticas, de como iam os estudos da universidade. Sobre este último ponto ela se queixou:

---

<sup>62</sup> Neste contexto, aceitar uma “demanda” significa conseguir uma casa através da inclusão em programas sociais.

"(...)preciso ter um canto pra estudar, Paula. Quando eu chego em casa à noite, o Juliano [o marido] quer ver o jornal, descansar, eu tenho que estudar pra faculdade e o Paulo [o filho] terminar a lição da escola. Ele gosta muito de ler já, sabia? Graças a deus é estudioso e não me dá trabalho. Às vezes, de noite quando a gente chega, ele senta lá fora [no corredor estreito que dá acesso aos espaços] pra ler, porque aqui, amontoado, é impossível. E ainda tem os barulhos todos, de vizinho, de música, gritaria. [na ocupação] não tem sossego. Não tem aquela sensação de 'quero ir pra casa', sabe? a gente precisa ter um lugar pra descansar, arrumar nossas coisinhas, sei lá, fazer o que quiser. Como eu faço isso aqui, neste tamanho de espaço? Mas também, é aquilo... Eu não posso me queixar também, né? Porque graças a Deus é melhor do que estar na rua. O tempo que eu vivi na rua foi o pior da minha vida, não quero isso pro Paulo, nem pra mim e nem pra ninguém'.

Esses três diálogos indicam que a casa não se resume a uma estrutura física habitável, mas é também um local de segurança material onde não há o risco do despejo para a família, onde as regras de convivência são relativas ao núcleo familiar, e onde a privacidade, a tranquilidade e certa liberdade podem ser resguardadas.

Semelhante conclusão foi encontrada por Filadelfo (2015), em sua etnografia junto a movimentos sociais de moradia. O autor analisou a importância e as múltiplas possibilidades de produção de "família" e "casa" junto aos membros do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I, compreendendo que ambos os termos – casa e família – "costumam ser pensados socialmente em estreita relação, na qual uma família é definida pela casa que habita" (Idem:13).

O autor afirma que há uma importância de caráter material na definição atribuída à "casa": seu valor monetário, suas estruturas, sua localização, sua dimensão, a quantidade de pessoas que é capaz de comportar e etc. Mas esta materialidade não é suficiente para explicar as múltiplas "significações atribuídas a casa". É preciso ter em conta que a casa é, igualmente, "a objetificação de ideias, pessoas e relações que dotam essa casa de múltiplos usos e sentidos". Filadelfo também enfatiza que uma dimensão considerada fundamental em sua tese é de que a casa "é muitas vezes concebida como um fim", é o "sonho a ser realizado" e o objetivo pelo qual as famílias se inserem nos movimentos. (Idem:255-256).

De volta à discussão sobre o "espaço", não creio que este seja compreendido por meus interlocutores como algo de exclusivo contraste com a casa, o "espaço" é antes algo que

apresenta nuances. Para esclarecer este ponto, acredito ser fértil resgatar algo do ensaio “A casa e a rua” realizado por Roberto DaMatta [1985 (1997)].

Neste trabalho, DaMatta utiliza “a casa e a rua” enquanto duas categorias sociológicas “no sentido preciso [utilizado por] Durkheim e Mauss”, ou seja, como conceitos que pretendem dar conta daquilo que uma sociedade “institui como seu código de valores e ideias” e que traduz aquilo “que a sociedade vive e faz concretamente”. Ao dizer isso, o autor afirma que os termos nativos “casa e rua” não designam somente “espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis”, mas antes de tudo são “esferas de ação social (...) e por causa disso, capazes de despertar emoções, reações (...) e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas” (DaMatta, [1936 (1997:14)]).

DaMatta definiu “a casa” como um local de afinidades onde relações, objetos e valores são resguardados e, de tal ordem que elas são tidas como um “espaço moral”. Na casa, as pessoas se sentem integradas e realizadas tanto no plano físico, como moral e social. É um espaço ao mesmo tempo inclusivo e exclusivo. Porém, o autor estabeleceu uma dicotomia em que a categoria “casa” só faria sentido quando posta em “contraste, complementariedade e oposição” com o mundo exterior, ou seja, o universo da rua.

O caráter público da rua – em oposição ao privado da casa – abrigaria o que é confuso, desordenado e tenebroso. Na rua estaria o que pertence ao universo “da malandragem”, e seria também na rua que “somos quase sempre maltratados pelas chamadas “autoridades” e onde não temos paz e nem voz” (Idem:19), onde prevalece o individual em detrimento do familiar.

A concepção de rua trazida por DaMatta parece fazer sentido entre os sem-teto. A rua pode ser o lugar da violência, da miséria, da fome, da humilhação, da exploração e do descaso social, assim como é um dos lugares onde a “luta dos sem-teto” é travada. Esse conjunto de características da rua se apresenta, por exemplo, na fala de João, um ex-morador de rua e hoje ocupante na Mauá. Diz ele: “você chega [da rua] na Ocupação destruído, como eu cheguei, sem dentes, sem emprego, sem comida, sem dignidade”. Ou como o caso de Nelson, Laura e Jirlania, pessoas cujas trajetórias tomamos conhecimento no capítulo anterior. Todas elas, de um modo ou de outro, indicaram que a entrada para o movimento foi o caminho encontrado para sair da rua ou não acabar nela. Outro relato ainda não mencionado foi o de Ivaneti, uma

das coordenadoras gerais da Ocupação Mauá<sup>63</sup>. Ela conta que o “medo” de continuar vivendo na rua, com seu marido e dois filhos, se sobrepunha ao temor de ocupar um hospital abandonado e incorrer no risco de “pegar doença”, infecções ou outra “dessas coisas de hospital”.

A distinção estabelecida por DaMatta entre “a casa” e “a rua”, parece dialogar estreitamente com as menções de “casa” e “rua”, articuladas dentre os militantes do MMRC e habitantes da Mauá. Há, portanto, a anuência da “casa” enquanto um ideal de moradia desejável, com suas peculiaridades próprias de privacidade, autonomia organizacional, império do familiar e da segurança. Ao passo que a rua é o *locus* do indesejável, do inseguro, o local para o trânsito, mas nunca para a moradia.

É preciso ressaltar, porém, que tal oposição básica na gramática social entre “casa e rua” não constitui:

(...) um contraste rígido e simples, dado por substâncias invariantes contidas em cada termo, mas frente a um par estrutural que é constituído e constituinte na própria dinâmica de sua relação (DaMatta, [1936 (1997:16)]).

O autor enfatiza que é preciso ter em conta aquilo que Louis Dumont chamou de “englobamento”, ou seja, uma “operação lógica em que um elemento é capaz de totalizar o outro em certas situações específicas” (Idem:16).

Isto posto, voltemos a discussão acerca do “espaço”. Vimos que os “espaços”, assim como entendido pelos ocupantes, não congregam todos os critérios que estes atribuem à “casa” e tampouco podem ser caracterizados com os elementos que designam a “rua”. Logo, o que sugiro é que os “espaços” se encontram *entre* as categorias “casa e rua”, ou seja, entre o ideal da casa e o indesejado da rua. Para além de um termo cuja significado é próprio, o “espaço” inspira noções particulares de conduta, sentimento e de temporalidade. O “espaço” se caracteriza pela dimensão do trânsito, do temporário. Isto porque, viver em uma ocupação não é algo que se entende, idealmente, enquanto permanente, mas um espaço-tempo *entre* estar na rua – condição eminente – e a conquista da casa reivindicada. Há uma recorrência de pequenas atitudes, gestos e discursos que estão, de um modo ou de outro, atrelados a futuros possíveis, que só são passíveis de concretização quando da “posse da casa”. Ademais, parece-me que o tempo da “casa” está associado ao individual ou familiar, enquanto o tempo passado no

---

<sup>63</sup> Depoimento retirado do documentário *Leva*, que acompanha a vida de moradores da Ocupação Mauá. <http://pretaportefilmes.com.br/leva/>. Ivaneti conta que a primeira ocupação que teve contato era o hospital desativado Matarazzo.

“espaço”, está associado ao que é coletivo, ao movimento e suas regras e diretrizes. Mas falemos de uma coisa por vez, a começar sobre a ideia de temporalidade e futuros possíveis.

### **“Espaço”, temporalidade e sociabilidades**

Cabe recordar que é expressivo o número de migrantes de outros estados vivendo nas ocupações<sup>64</sup>. Embora a “luta” seja realizada em São Paulo, são frequentes as menções a respeito de um dia voltar à terra natal. O desejo, contudo, não é conflitante, pois os laços afetivos e familiares espalharam-se entre os que ficaram na terra de origem e os novos laços que se constituem na cidade e com a cidade. Mas, segundo argumentam, São Paulo ainda é o local onde há relativa abundância de trabalho e possibilidade de renda e poupança. Ainda que os desejos da localidade da casa sejam múltiplos, em comum há que todos querem uma casa.

De modo que são comuns os relatos de moradoras e moradores que, em algum momento, conseguem transferir renda e ou pequenos bens duráveis para as famílias que estão distantes. Há quem conseguiu contribuir para a “construção de um açude” em um terreno da família onde a água é escassa, há quem conseguiu “planar o terreno onde mora a mãe”, há quem enviou “geladeira, um jogo de panela e um jogo de cama lindo comprado em uma promoção na Pernambucanas”. Quando questionei uma interlocutora o porquê enviar tais coisas para tão longe de onde morava atualmente, a resposta foi: “envio as coisas pra minha casa, pra quando eu me mudar pra lá”. Uma outra moradora me contou em tom exagerado que havia, “mandado um caminhão de coisas pra Bahia”. Ao final, descobri que o que mandou sequer encheria um carro. Outra moradora, que não tem “o menor desejo de sair de São Paulo”, quer poder entrar na casa nova com um enxoval todo novo, razão pela qual mantém uma mala embaixo da cama com os itens que vai comprando aos poucos, tais como panos de prato, toalhas de mesa e banho e lençóis.

Todas as pessoas com quem estabeleci diálogo mais íntimo guardavam algo, mas não somente objetos; também desejos: Antônio quer ter uma churrasqueira, Thelma um jardim, Laura um escritório para estudar, Nelson, assim como Jirlania, um quintal “pros meninos brincarem”. A filha mais velha de Jirlania quer um banheiro só dela. São diversos desejos e

---

<sup>64</sup> Em todo o tempo que participei das dinâmicas do Movimento não encontrei alguém que fosse natural de São Paulo. Grande parte de meus interlocutores são oriundos de outros Estados e regiões do Brasil. Os desdobres de vida que os trazem à São Paulo e às ocupações são muitos e não foi o enfoque deste trabalho etnografar estes fluxos. Tal discussão pode ser encontrada na tese de Filadelfo (2015), assim como em trabalhos anteriores realizados por Durham (2014) e Caldeira (1984).



expectativas que estas pessoas vão economizando, guardando e cuidando com zelo para quando, “finalmente, tiverem uma casa”. Assim, essas pessoas mantêm certos fragmentos da vida, de algum modo, em suspenso, na espera de serem continuadas quando da conquista da casa. Mas este futuro idealizado e atrelado à conquista da casa é somente uma das esferas da vida dos homens e mulheres que ocupam. Enquanto isso, há toda uma vida sendo vivida na ocupação

A ciência da ocupação enquanto um local de trânsito não afasta dos ocupantes a dimensão do cuidado em relação aos “espaços”. São diversos os moradores e moradoras que, quando as condições financeiras permitem, trocam o piso, pintam e reformam seus locais de moradia. Quando perguntei a uma moradora o porquê de reformar o “espaço” sabendo que a qualquer momento poderiam se mudar, ele me disse que “enquanto a gente não sai, a gente vai ajeitando do jeito que a gente quer. Mas eu sei que se eu tiver que ir embora, não levo nada”. Mesmo aqueles e aquelas cuja renda não permite alterações como as ocasionadas por reformas, cuidam e zelam pelos “espaços”. A exemplo da senhora que surge no início deste capítulo, que organiza um canto acolhedor a partir do que tem à mão, é comum o uso de penduricalhos, bibelôs, vasos de plantas, tapetes, almofadas, cortinas ou rendas nas moradias. Objetos que preenchem os “espaços” com o máximo possível de uma atmosfera de aconchego.

Este zelo não é restrito aos espaços mais íntimos, ele é igualmente visível nos espaços partilhados da ocupação. Desde toda uma rotina de limpeza, já mencionada nesta introdução, como com a manutenção: todo o sistema hidráulico do prédio foi refeito, a manutenção do sistema elétrico, assim como a troca de piso em todos os andares; e, inclusive uma atenção com a estética do prédio. Em 2012, por exemplo, antes que eu sequer conhecesse a ocupação Mauá, os moradores e moradoras pintaram toda a fachada do prédio. Essa ação, rendeu à Mauá enorme visibilidade, tanto da mídia, que evidenciava modos de “organização e vida dos sem-teto”<sup>65</sup> no centro de São Paulo, como de vizinhos e moradores da região que elogiavam a transformação estética do “prédio mais feio da região”, no “prédio mais bonito”.<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> Reportagens sobre o ocorrido foram veiculadas pelas revistas Marie-Claire, Carta Capital e pela Rede Brasil Atual.

<sup>66</sup> No dia primeiro de dezembro de 2012 (...) retornei à ocupação. Qual não foi minha surpresa ao avistar a fachada do prédio toda pintada! Encontrei com Seu Moisés na porta do prédio, cumprimentei-o e o primeiro comentário que fiz foi sobre a pintura – era impossível falar de outra coisa. Ele me convidou a atravessar a rua para apreciá-la da outra calçada. De lá, vi o prédio todo pintado de branco, com os contornos das janelas em vermelho. Não havia mais o concreto aparente, as pichações, o musgo e uma ou outra planta que insistia em irromper em meio a rachaduras no edifício. Acima de tudo, não havia os varais, as roupas dependuradas, as toalhas e as estampas dos lençóis em contraste e composição com o concreto e as pichações. Um ou outro andaime ainda sustentava alguém que dava os retoques finais na pintura. Perguntei a seu Moisés como tinha sido o processo de decisão, quem tinha pintado. Ele respondeu: “a gente resolveu”, cada um deu um pouco de dinheiro para comprar as tintas e ele e mais

Mesmo depois de tanto tempo da reconstrução da fachada, a modificação realizada no prédio ainda figura nos discursos dos moradores como motivo de orgulho. Em 2017, quando imersos em período de tensão diante da possibilidade de que ocorresse a reintegração de posse do prédio, o discurso sobre o cuidado com as instalações e estruturas do prédio sempre apareciam como motivo de orgulho e como um exemplo de como eles haviam trazido vida e beleza a um prédio abandonado.

Tal dimensão do cuidado se assemelha com a noção de *habitar* proposta por Tim Ingold (2015), a qual diz respeito à ação daquele que habita na produção do seu mundo, ao mesmo tempo em que também é produzido por esse “mundo”. Diferente do *conceito-espaço*<sup>67</sup> que é abordado pelo autor, para meus interlocutores “espaço” é justamente o local “habitado”. Neste sentido, ocupar, para os membros dos movimentos de moradia e ocupantes da Mauá, não é somente residir no local, ainda que temporariamente, mas trazer vida ao imóvel que, como reincidentemente clamam, “estava vazio, cheio de ratos, baratas e entulho”. Ocupar aqui, assim como habitar, pode ser considerado como verbo intransitivo, pois refere-se “à maneira como os habitantes, isolados ou em conjunto, produzem suas próprias vidas, e como a vida, prossegue” (Ingold, 2015:34).

Não é segredo ou novidade que aqueles e aquelas que se inserem nos movimentos de moradia o fazem impelidos por necessidades materiais.<sup>68</sup> E, ainda que pareça óbvio, cabe retomar que nunca observei ou encontrei em outras etnografias sobre movimentos de moradia, a constatação de que ocupações são vistas como uma moradia definitiva. O próprio discurso vigente nos movimentos consiste em “lutar pela casa própria” ou “lutar por seus direitos”, sendo o primeiro deles, o direito à moradia digna. Viver no “espaço” de uma ocupação

---

alguns voluntários pintaram. Contou-me – e, depois, quando entrei no prédio, vi – que o hall de entrada também estava pintado, bem como o salão de reuniões. Percebendo minha estupefação diante do prédio, Seu Moisés me disse que “todo mundo agora passa e diz: 'nossa, vocês estão de parabéns! Esse era o prédio mais feio da região, e agora é o mais bonito!'. O prédio mais bonito da região!”, repete, a meu lado, também observando a fachada. “Ficou bonito, né?”, foi o que ouvi algumas vezes, de diferentes pessoas, quando atravessamos de volta e entramos no prédio (Paterniani, 2013:223).

<sup>67</sup> Para Ingold, a noção de espaço “trata-se do mais abstrato, do mais vazio do mais destacado das realidades da vida e da experiência”. Podendo, simplificada, ser “nada” e o nada não pode ser habitado. O autor argumenta que afirmação abstrata de que vivemos em espaços é resultado da operação da “lógica da inversão”. Em poucas palavras “a inversão transforma as vias ao longo das quais a vida é vivida em limites dentro dos quais está encerrada. A vida, de acordo com esta lógica, é reduzida a uma propriedade interna de coisas que ocupam o mundo, mas, estritamente falando não o habitam. Um mundo que seja ocupado, mas não habitado, que está cheio de coisas existentes, em vez de tecido a partir do seu devir, é um mundo de espaço” (Ingold, 2015:215)

<sup>68</sup> Ademais das narrativas trazidas no primeiro capítulo, tais afirmações podem ser encontradas nos trabalhos de Filadelfo (2008; 2015), Paterniani (2013), Kohara (2013) e em diversos documentários também presentes nesta bibliografia.

é visto, desse modo, como um intervalo entre a dificuldade passada, ocasionada mormente pela escassez material e uma esperança de melhoria de vida a partir da conquista da casa, seja ela adquirida por meio das políticas públicas habitacionais, ou através da economia de recursos ao sair do aluguel.

Assim, creio que é possível compreender os “espaços” como algo mais do que um tipo particular de moradia. Acredito que o termo possui uma gramática própria e que pode ser encarado igualmente com uma categoria analítica e sociológica, posto que a partir da vivência no “espaço” e na ocupação, uma série de outras relações de sociabilidade, dinâmicas de comportamento e conduta são estabelecidas pelos seus ocupantes. Para jogar luz a esta afirmação, faz-se necessário trazer elementos acerca do cotidiano e da vida doméstica que se desenrolam nestes ambientes.

### **Cotidiano e Movimento**

Relembrando uma informação já apresentada na introdução deste trabalho, a Ocupação Mauá é atipicamente composta por três movimentos sociais de moradia distintos: o MMRC, o MMLJ e o ASTC-SP. Retomo este detalhe porque sua configuração tripartite implica diretamente na organização da dinâmica da Ocupação. Cada movimento é responsável por andares distintos, mantêm as suas próprias reuniões de base, reuniões de coordenação e assembleias. Dois dos movimentos realizam as reuniões de base na própria ocupação e o MMRC as realiza na sede da ONG Gaspar Garcia de Direitos Humanos, próximo ao metrô Armênia. Quinzenalmente, a coordenação dos andares e demais coordenadores dos três movimentos se reúnem para discutir questões comuns à Mauá. Há ainda outro evento que congrega os três movimentos mensalmente: a assembleia geral de moradores da Ocupação. De todos estes eventos mencionados participei de reuniões de coordenação e assembleias conduzidas pelo MMRC e de somente três assembleias gerais de moradores. Somado a isso, minhas observações referentes ao cotidiano da Ocupação advêm dos momentos que passei transitando na Ocupação entre uma atividade e outra. Ainda que minha entrada na Mauá fosse sempre livre, eu me atinha a estar presente nos dias em que eu desenvolvia atividades na Ocupação, ou quando ia visitar alguma moradora ou ainda como ponto de encontro com Nelson para alguma reunião fora da Ocupação.

Assim, as cenas descritas são uma compilação a partir dos muitos dias de presença na Ocupação. Busquei reunir pequenos quadros, diálogos e detalhes, para apresentar

algo do cotidiano da Ocupação e como a vivência neste local impacta na vida de quem o habita, tanto na produção de novas formas de sociabilidade, novas formas de encarar o mundo, como na própria produção da coletividade que chamamos movimento social.

### **Cena I: uma terça-feira qualquer**

Era uma terça-feira. E a despeito deste detalhe não constar no caderno de campo, sei com precisão pois era o dia em que trabalhava como educadora voluntária na Escola Popular Margarida Maria Alves. Em geral, às terças-feiras, minhas atividades na Mauá se estendiam por todo o dia, começando com a reunião de coordenação do movimento às 9 horas e terminando junto com as aulas às 21 horas. A estadia prolongada me permitia observar o fluxo do lugar em um dia ordinário. Lembro-me que, em uma das primeiras vezes em que passei o dia no local, me ocorreu que a dinâmica cotidiana em uma ocupação talvez não fosse distante da rotina em alguns dos prédios de classe popular que eu havia vivido por alguns anos. As diferenças se mostraram, contudo, significativas<sup>69</sup> e, como apontarei no correr deste texto, a coincidência persiste somente em algo relativo às rotinas domésticas que todos mantêm.

Em uma destas terças-feiras, após a reunião de coordenação, fui visitar Thelma, uma das moradoras da “vilinha” construída nos fundos da Ocupação. Colocamos a conversa em dia enquanto varriamos juntas o pátio (era o seu dia de fazer a limpeza) e depois, enquanto tomávamos chá de cidreira – um hábito adquirido na casa de uma senhora inglesa em que trabalhou como babá – e cortávamos frutas para uma encomenda que ela atenderia no dia seguinte. Desempregada há algum tempo, Thelma agora vendia salada de frutas para compor o rendimento doméstico junto com o marido. Parte das vendas eram realizadas para empresas e comércios da região e uma outra parte dentro da própria Ocupação. É possível encontrar toda uma sorte de profissionais na Mauá e muitas das moradoras e moradores retiram seu sustento, ou parte dele, das relações econômicas estabelecidas dentro ou a partir da Ocupação. Como é o caso das “sacoleiras” e “sacoleiros” que vendem lingerie, roupas, calçados, produtos de beleza (como os da marca Avon, Natura, Jequiti, etc.); ou de quem ofertava serviços como manicure, manutenção hidráulica, elétrica, construção civil, reformas, limpeza, cuidado de crianças e a

---

<sup>69</sup> Aqui, em particular me refiro aos prédios de habitação popular da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB-SP, presentes em toda a cidade de São Paulo e na região metropolitana. “A Cohab foi criada em 1965 com a finalidade de favorecer o acesso à habitação digna à população de menor renda, obedecendo às normas e critérios estabelecidos pelo Governo Municipal e pela legislação federal”. Seu papel é desenvolver programas habitacionais, promovendo a construção de novas moradias, por meio de aquisição e comercialização de terrenos e glebas. (<http://cohab.sp.gov.br/>)

própria portaria. Alguns dos ocupantes mantêm pequenas lojas de comércio intramuros, como é o caso da “lojinha da Raquel”<sup>70</sup>, uma mercearia que vende itens de supermercado; alguns outros mantêm comércios em espaços externos, mas conjugados à Ocupação, como é o caso do “Cantinho da Nice”.

O “Cantinho da Nice” é um bar e restaurante. O espaço é pouco maior que um corredor e o suficiente para caber uma geladeira, um fogão e, no máximo, uma pessoa. Na porta do pequeno bar há um *banner* pendurado com o nome do restaurante e com o cardápio do dia e, na calçada, mesas dobráveis que Nice dispõe para alimentar uma clientela fiel. O ponto é movimentado e serve muita gente da própria ocupação e dos arredores. Boa parte dos alimentos são preparados em seu “espaço” e no restaurante ela os aquece e serve nas mesas ou em marmitas para viagem. É para este local que Thelma e eu seguimos para tomar um café depois do almoço em sua casa. Eu era frequentadora assídua do “Cantinho” e não eram raras as tardes que passava ali. O tempo nestes dias passava lento, mas não sem movimento. O que não faltava era companhia para tomar um café, comer um cuscuz com margarina, uma batata frita com maionese, ou simplesmente para contar um caso. Das mesas também se tem uma visão privilegiada da entrada da Ocupação e do fluxo de gente que nunca cessa: pessoas saindo e chegando do trabalho, do supermercado, do lazer, as crianças e adolescentes indo e voltando da escola ou saindo na calçada para brincar, com tanta tranquilidade e despreendimento como se aquela parte da rua fosse uma extensão dos pátios da Mauá.

Na tarde em que eu estava na companhia de Thelma, juntou-se à nossa mesa Nice e uma mulher mais velha que eu não conhecia. Depois de um tempo, um homem e uma mulher jovens e um senhor de meia idade somaram-se ao grupo. Em certo momento, o homem mais jovem queixou-se da necessidade de comparecer na assembleia geral que ocorreria na noite seguinte. Ele tinha um compromisso que não queria desmarcar, cogitava não ir à assembleia, mas uma das mulheres, a mais velha, o repreendeu e reiterou a importância de comparecer. A outra mulher, mais jovem, também se queixou da quantidade de reuniões e atos a fazer parte e, principalmente, da necessidade de faltar ao trabalho todas as vezes em que era dia de “festa” e era preciso passar a noite nos prédios recém-ocupados. Alegava ter perdido dois trabalhos por esta razão e não queria perder mais um. Thelma interveio e lhe perguntou se ela ainda teria emprego se não tivesse mais onde morar. A mulher mais velha contou que ela

---

<sup>70</sup> No documentário “Leva”, já citado aqui, Raquel conta como conseguiu o espaço para a mercearia depois de perder seu material de trabalho mais de uma vez para o “rapa”. Rapa é o nome atribuído aos fiscais e policiais do município que apreendem mercadorias de vendedores ambulantes não licenciados.

mesma, quando estava sem endereço fixo, não conseguia emprego registrado e nem como diarista em “casa de família”, contou ainda que havia demorado muito tempo antes de entender que “patrão” não está “nem aí pra gente” e que achava um absurdo “esses que demitem” sabendo que a razão da ausência no trabalho era pra “fazer luta”. Começaram uma discussão que se não era acalorada, era seguramente enérgica. Somaram-se ainda queixas de que o dia “era corrido demais” e que no “pouco tempo livre” ainda tinham um “monte de obrigações”. Ao mesmo tempo, surgia na mesa a afirmação de que “vida de pobre é dura mesmo” e que não havia outro jeito além de “arrumar tempo” para se fazerem presentes na “luta”. Com a chegada de um cliente, Nice se levantou, uma das mulheres ofereceu-se para pegar uma cerveja para o grupo e a conversa se dissipou para outras direções.

## **Cena II: reunião de coordenação**

A rotina na Mauá começava bem cedo, contou-me a porteira. Por volta das 4:30 da manhã, com um primeiro fluxo de pessoas indo ao trabalho. Por volta das 6 horas era a vez das crianças que estudavam no turno da manhã. Assim que por volta das 9 horas, quando eu finalmente chegava, tudo estava relativamente tranquilo. As reuniões de coordenação ocorrem no salão de atividades da Ocupação, diferente das assembleias e reuniões de base que acontecem na ONG. Essas reuniões duram em torno de uma a duas horas, a depender das pautas do dia, mas nunca mais do que isso, pois todas as coordenadoras são mães de família e tem outras obrigações com hora marcada. Isto era sempre pontuado quando algo indicava que a reunião ia se alongar mais do que o esperado. Havia sempre alguma delas que anunciava que sairia às onze: “pra ajeitar a comida para os meninos”. Algumas enviavam as crias para escola depois do almoço, outras as receberiam da escola, mas todas estavam atentas para que o almoço estivesse pronto na hora.

Em uma destas reuniões em que estão presentes Nelson, três coordenadoras e eu, o primeiro item da pauta do dia referia-se a uma “briga enorme” entre duas vizinhas do terceiro piso. O caso foi cuidadosamente narrado pela coordenadora do andar em que viviam as protagonistas do conflito: ambas mães de crianças pequenas que costumavam brincar pelos corredores estreitos. Os nomes citados me eram desconhecidos e os detalhes da discussão doméstica eram confusos, mas entendi que cada qual atribuía à outra a responsabilidade pela confusão além de se acusavam mutuamente de “não saber educar criança direito”. O que deu início à contenda foi que uma das crianças chinelou e feriu o olho da outra. A mãe da criança ferida ralhou com o pequeno agressor, cuja mãe, ofendida pela repreensão da criança, discutiu

com a outra mãe e com a outra criança. A briga foi logo esquecida pelos pequenos, que já corriam juntos no pátio, mas as mães levaram adiante o rancor e “todo dia agora as duas brigam, batem boca e fazem escândalos no andar”. Implicam com “coisas que não implicavam antes” e as algazarras aumentaram em escala e em volume ao ponto de incomodar os vizinhos, que se queixaram à coordenação geral. Foi dado às duas mulheres uma advertência, e isso acirrou ainda mais os ânimos, agora contra os vizinhos queixosos. Por fim, o caso foi levado à coordenação do MMRC para que este “tomasse precauções”. Depois de um tempo razoável de conversas, o assunto foi “encaminhado” e uma das coordenadoras foi designada para conversar com ambas as mulheres e colocar fim à briga, ou ambas seriam convidadas a “deixar o espaço.”

Havia ainda um outro caso sobre queixas domésticas a ser discutido na pauta antes de passarmos para outros assuntos. Desta vez o problema advinha do quinto andar. Uma família festeira estava incomodando a vizinhança. A queixa era de uma das coordenadoras, cujo apartamento era embaixo do vizinho animado. Ela afirmava que outras pessoas também já haviam se queixado e por isso ela trazia “a pauta” para a reunião. “Que todo mundo tem direito ao seu lazer, sua cervejinha no final de semana, tá certo!”, mas o problema parecia ser a falta de moderação pois, na medida que as latas de cerveja eram esvaziadas, o volume do som e das vozes aumentavam. As festas só acabavam com o começo de alguma confusão. No último sábado, inclusive, haviam convidado “até gente de fora” e isso potencializou o problema. O que ocorreu de fato era detalhe que ninguém tinha, mas o que se sabia é que acarretou em ciúmes por parte do marido, que por fim bateu no tal visitante. Com o fim do relato, Nelson consternado afirmou que “este tipo de coisa não poderia ter”, com todos os presentes concordando que, se a família não entrasse no prumo, teriam que lhes pedir o espaço. Ele me explicou que esta combinação de festas e bebedeira de maneira desenfreada não é permitida pelo regulamento interno na Mauá. As regras de convivência não foram estabelecidas por imposição das coordenações, mas aprovadas em assembleia geral, com a anuência de todos e, por isso, “precisavam ser seguidas”.

Outra questão recorrente nas reuniões de terça-feira referia-se à rotina de limpeza dos andares. Cada coordenadora e coordenador de andar é responsável por monitorar que todas as moradoras e moradores respeitem o calendário de limpeza dos corredores e dos banheiros, lembrando que banheiros e lavadeiras são coletivos. Assim, se Maria ou José descumpriam a agenda, era papel da coordenação conversar com José ou Maria para entender o porquê do descumprimento ou mesmo “aplicar uma advertência” se necessário. Depois de três advertências consecutivas, “medidas mais drásticas” eram tomadas. Ouvi que isto poderia

implicar em “pedir pra pessoa o espaço”, mas, se de fato tal regra já foi levada a cabo, não pude saber.

Outros temas que compõem a pauta destas reuniões perpassam pela organização de atos, manifestações e “festas”, além da participação nos eventos organizados pelas outras entidades cujo Movimento também faz parte: como a ULCM, CMP e UMM. Também se anunciam algumas das atividades e reuniões que Nelson, enquanto coordenador geral do MMRC, deverá participar na próxima semana, assim como o pedido ou designação de quem deverá acompanhá-lo ou substituí-lo. Ou ainda, quem falará na próxima assembleia geral, ou quais as ações que o movimento tomará diante de uma ou outra alteração na conjuntura da política municipal, estadual ou federal e outros temas pontuais como decidir qual será a nova cor da camiseta, se haverá ou não modificações no símbolo do movimento,

### **Cena III: dia de festa**

Na porta da Ocupação Mauá o trânsito de pessoas era um pouco mais dinâmico que em uma noite de domingo qualquer, mas isso não era exatamente atípico já que era frequente receber eventos e convidados por aqueles pátios. O salão de atividades localizado ao lado do pátio central estava repleto de gente, e mais pessoas chegavam aos poucos. Eu não conhecia muitos dos presentes. Por volta das 22 horas Neti, ao microfone e à frente do salão, iniciou a assembleia. Depois de Neti, foi a vez de Nelson ao microfone. Na sequência, outras coordenadoras e coordenadores da Mauá, assim como representantes da FLM foram convidados a falar. No total a assembleia durou cerca de quarenta minutos. Ao final dos quais, as pessoas foram instruídas a calmamente recolherem suas coisas: mochilas, travesseiros e colchonetes e, em grupos de quinze ou vinte pessoas, deixarem a Mauá, respeitando intervalos de tempo entre um grupo e outro. Todos os grupos acompanhavam alguém da coordenação. Ninguém sabia qual era o prédio “alvo” da ocupação, mas todos seguiam rumo à Avenida Ipiranga. O local de encontro era a garagem de uma ocupação da FLM. A coordenação pediu a todos que entrassem e esperassem sem fazer barulho. Naquele ambiente de pré-ocupação não era difícil reconhecer aquela ou aquele que estava fazendo parte destas atividades pela primeira vez: faziam muitas perguntas, mostravam-se ansiosos, inquietos e por vezes com medo. Era um contraste com a atitude de quem não ocupava pela primeira vez. Ainda que houvesse tensão e receio por parte de todos, afinal imprevistos podem acontecer, os reincidentes mantinham a calma e até um comportamento mais descontraído. Às 23:55, os homens responsáveis por “começar a ação” se posicionaram em frente à porta de ferro, os presentes na garagem correram,



esperando encontrar as portas já abertas, afinal, essa é uma ação que costuma levar de um a dois minutos. Mas algo deu errado naquele dia, porque a despeito das muitas marretadas a porta não cedia, o que era um grande problema, pois a polícia – que já havia passado algumas vezes pela avenida naquela noite – poderia chegar a qualquer momento e reprimir a ocupação. As pessoas começaram a se agitar, o nervosismo cresceu, assim como a pressão sob os homens que se revezavam com as marretas e os pés de cabra. A porta, resistente, levou exatos cinco minutos para ser aberta: “nunca vi tanto tempo pra abrir uma porta”, me disse uma das coordenadoras da FLM. O alívio foi imediato e as pessoas alvoroçadas apressavam-se para entrar no prédio. Celulares iluminavam temporariamente os passos dos ocupantes, ouvia-se gritos de “cuidado!” e “não empurre!”. Em alguns segundos a escuridão acolheu a multidão com suas malas, caixas de mantimentos e cobertores e as portas se fecharam outra vez. Depois de algum tempo, uma grande bandeira vermelha pendeu de uma das sacadas com a sigla do MMLJ<sup>71</sup>, simbolizando que aquele edifício agora estava ocupado.

\*\*\*

Todos os eventos narrados evidenciam a presença do Movimento no cotidiano das pessoas que habitam as ocupações. Há toda uma sorte de responsabilidades para com a coletividade e com o Movimento, que vão desde as tarefas de limpeza dos espaços partilhados, passando pelas atividades compulsórias já mencionadas, até eventos extraordinários – como ocupar um prédio – que, de tão frequentes, acabam por serem incorporados na esfera do ordinário.

É importante ressaltar que em um ambiente tão plural não há homogeneidade de pensamentos e comportamentos. Ainda que todos estejam juntos em prol de objetivos comuns, essa união não ocorre sem ruídos, dissensos e conflitos das mais diversas origens. Mediar tais situações é, inclusive, uma das justificativas para a regulação das esferas cotidianas por parte das lideranças. Jirlania certa vez me disse que em uma ocupação,

“você tem gente de todo o tipo, de todo lugar e cada uma com uma educação diferente. Se não tiver a coordenação para colocar ordem, vira bagunça!”.

---

<sup>71</sup> Esta foi uma atividade sob a responsabilidade e coordenação do MMLJ que, por sua vez, pertence à FLM, grupo do qual o MMRC não faz parte. Contudo, dada a proximidade entre os movimentos coordenados pela Neti e por Nelson, o MMRC atuou na ocupação do prédio e permaneceu no apoio por cinco dias.

Uma ocupação “organizada” também ganha notoriedade no âmbito público e tem o poder de prejudicar ou influenciar positivamente nas relações com os poderes públicos, como em situações de ordem de despejo ou quando há um pleito para o atendimento às famílias. A pintura da fachada do edifício, que já foi previamente mencionada, é outro exemplo disso. A ação que transformou a Mauá no “prédio mais bonito da cidade”, lhe deu também respeitabilidade e mostrou que os “sem-teto não são vândalos e cuidam do lugar onde vivem”, como figura no discurso de suas moradoras e moradores. O Movimento, representado por suas lideranças, além de mediar questões internas, também tem o papel de mediar a relação das famílias da ocupação com o poder público e outros agentes externos.

Como vimos na cena I, a participação compulsória nas atividades do Movimento pode causar tanto dissenso como anuência entre os sem-teto. Cientes de tais controvérsias, lideranças como Nelson e Neti, são veementes em insistir na presença de todos nestas atividades. Como ressalta a fala de Nelson durante uma assembleia geral:<sup>72</sup>

“Não é ir um dia só [por mês] na sua organização, no seu movimento. A luta é ir em ato, ocupar, ir em manifestação, é participar, participar, participar e participar”.

Nos discursos proferidos antes de uma ocupação, é comum que além dos detalhes de última hora, como a localidade do prédio-alvo que não são relevados com antecedência, as lideranças reforcem a importância da participação de todos e de certas posturas importantes de serem observadas pelas pessoas envolvidas com o Movimento. Em 2011, Neti se dirigia às pessoas com a seguinte fala<sup>73</sup>:

“É importante lembrar que sem teto não é vagabundo. A gente sabe que de uma forma ou de outra alguém tem que dar uma satisfação ao patrão! Hoje é o dia D, amanhã é o dia D<sup>74</sup>. Depois de terça-feira, tudo bem. Quem precisar de uma declaração, de um comprovante... nós temos. Dizendo e orientando que vocês estão saindo para uma atividade pra habitação na prefeitura municipal de São Paulo. Eu até brinquei com uma companheira aqui: ‘Ah! porque eu entro amanhã pra trabalhar as 7:00’. ‘Entra pra trabalhar às 7:00 e no final do mês, como

---

<sup>72</sup> Outra fala que porta igual sentido, sobre a importância da presença e da participação, já foi apresentada no capítulo I.

<sup>73</sup> Fala extraída do Documentário “Leva”

<sup>74</sup> Dia D, são as 48 horas necessárias de permanência no edifício que será ocupado para que se configure uma ocupação. Só depois destes dois dias é que o fluxo de entrada e saída do edifício é livre.

pagamento, tá sofrendo aí porque não consegue pagar o aluguel'. Então gente, vamos parar um pouquinho. Uma coisa não caminha sem a outra. (...)"

Em outras assembleias que presenciei, Neti era categórica ao dizer que “todos terão que entrar no prédio e passar a noite lá”. Por vezes, ouvia-se um ou outro murmuro de desconforto da plateia, ao que Neti, sem dirigir-se a ninguém em particular, ressaltava, uma e outra vez, a importância da luta coletiva, de estarem todos presentes, do papel da coletividade para pressionar o poder público e, tradicionalmente, fechava as falas com a performance que já se tornou sua marca: pedir a todos os presentes que respondam ao “grito de ordem” levantando o braço esquerdo “aquele do coração”. Ao chamado de Neti: - “quem não luta!....” todos os presentes gritam em uníssono “tá morto!”.

Nelson, em um outro momento de fala, evidenciava questões semelhantes:

“Antes que vocês se queixem de precisar passar duas noites no prédio, eu quero que vocês se lembrem de porque fazemos isso. Do porquê da luta. Porque essa luta é por justiça. Pra que nós, pobres e trabalhadores, possamos sobreviver e tenhamos os nossos direitos atendidos. Eu sei que muitos daqui trabalham e não querem faltar no trabalho. Mas se não tiver onde morar, o patrão vai dar casa? Se tiver morando na rua, vai poder continuar no emprego? Eu deixo essa pergunta pra nossa reflexão”.

A obrigatoriedade na participação das pessoas e famílias em reuniões e assembleias são ferramentas de criação de vínculos e identificação, tanto entre as pessoas que o compõem, como com a causa pela qual elas lutam. Como apontou Carneiro da Cunha (1985:206)

a identidade é construída de forma situacional e contrastiva, ou seja, (..) ela constitui resposta política a uma conjuntura, resposta *articulada* com as outras identidades em jogo, com as quais forma um sistema. É uma estratégia de diferenças.

Jirlania, certa vez me disse que “todo mundo que está aqui na ocupação ou já foi despejado ou já esteve pra ser despejado, ou já morou de favor ou na rua”. Em uma outra ocasião, ao fim de uma ocupação de três dias, em que a polícia retirou os ocupantes do local, todos os presentes partilhavam estados de ânimo que iam da tristeza à revolta. Jirlania, emocionada, me abraçou e disse: “é todo esse sofrimento, é essa coragem e essa força, que a gente nem sabe de onde tirar, que une a gente”.

Assim, são importantes para a construção da coletividade e para a compreensão, por parte de militantes, de uma certa noção de direitos, não somente as experiências e trajetórias manifestas nas narrativas e partilhadas durante as assembleias e reuniões, como discutido no capítulo um deste texto. É preciso, ainda, somá-las às experiências vividas com e a partir do Movimento – tais como a participação nas ocupações, nos atos públicos, na resistência contra as forças policiais do Estado etc. – experiências que, tal como aquelas expressas nas narrativas, são inscritas em seus corpos. É a partir da vivência nos “espaços” das ocupações, em ambientes que não são totalmente públicos e nem totalmente privados, ou ainda entre o coletivo e o individual, que as novas e velhas experiências são incorporadas a todas as outras já citadas. Logo, a participação nas atividades coletivas e a própria vivência nos “espaços” produzem situações e ambientes em que os eventos tidos como extraordinários passam a fazer parte do ordinário, e nos quais se possibilita e produz um outro tipo de sociabilidade, centrado na partilha e na luta coletiva em detrimento do individual. Essa postura, de consolidação de vínculos entre os sem-teto, é também um modo de produzir e fortalecer o próprio Movimento.

## **CAPITULO III**

# **O MMRC E O PODER PÚBLICO**

*“Quem não luta, tá morto”*

*Ivaneti de Araújo*

*“Movimento é movimento e governo é governo”*

*Nelson Che*

## **ENSAIO FOTOGRAFICO III**















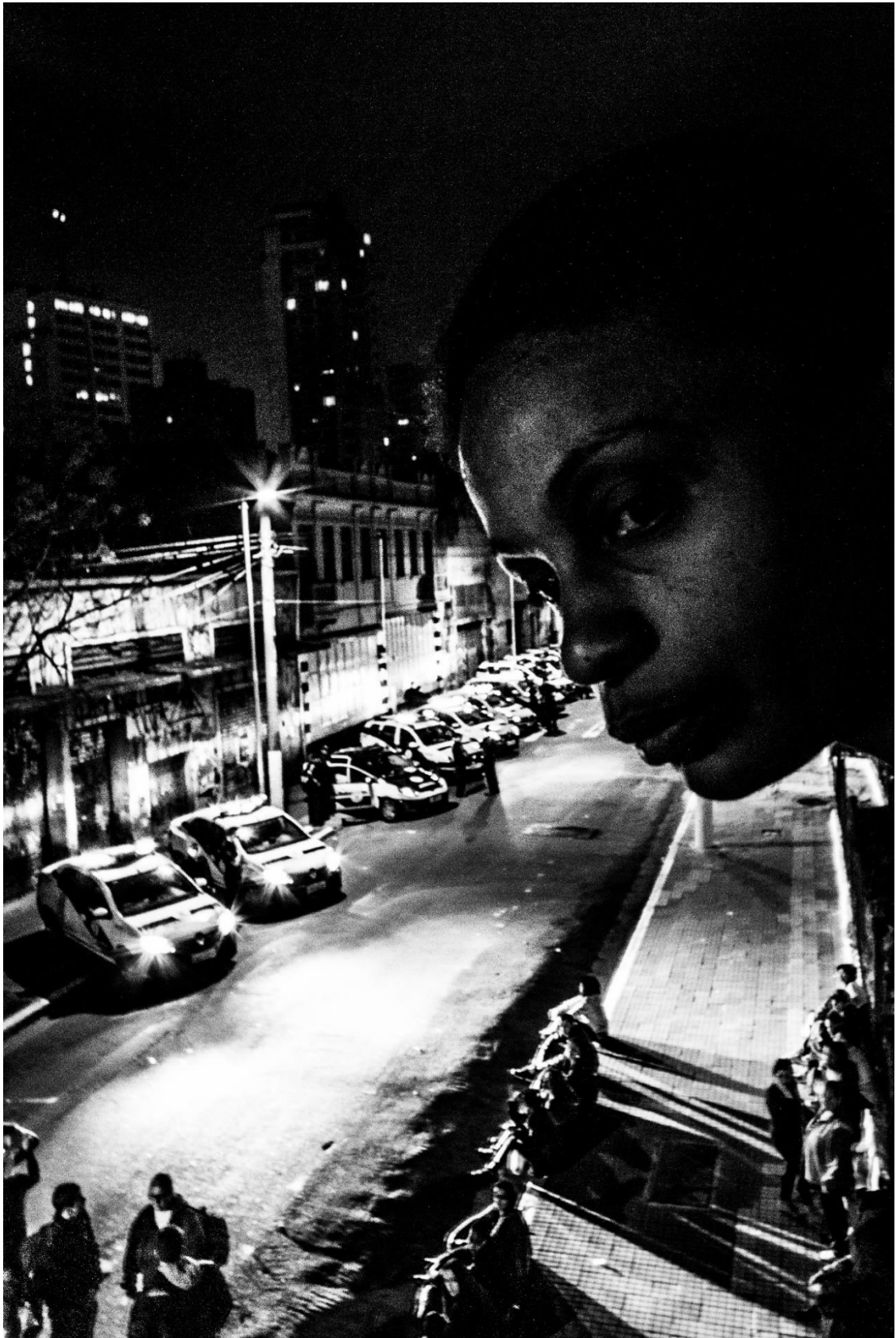












## Ocupação e resistência

Domingo, meia noite. 4 de setembro de 2016. O último grupo liberado do local da concentração caminhava em silêncio pelas ruas adjacentes à Rua Mauá. Ouviu-se baques surdos de marretas contra a parede vindos da próxima quadra, o que indicava que a atividade já começara. As cinco mulheres correram. Ao final de quatro batidas chegaram, ofegantes, na frente de um muro onde cerca de cem pessoas pertencentes à movimentos de moradia se aglomeravam. Na parede, o grafite de um rosto de boneca exibia um novo adereço: um buraco de aproximadamente um metro de diâmetro, por onde militantes, aos atropelos e aos gritos de “RÁPIDO! RÁPIDO!”, entravam.

Sessenta metros adiante estava a base central da Guarda Civil Metropolitana (GCM) de onde um solitário policial chamava reforços pelo rádio.

Parte do grupo de militantes permaneceu à frente do muro e, com os braços entrelaçados, improvisavam uma corrente humana para impedir que os policiais da GCM chegassem até as últimas pessoas que atravessavam a abertura. O buraco no muro, que os corpos protegiam, estava outra vez cerrado.

Do lado de dentro, escuridão.

O MMRC reocupava o prédio localizado na rua General Couto de Magalhaes, 381, no bairro da Santa Efigênia, região da Luz, a outrora chamada Ocupação Margarida Maria Alves, uma homenagem à líder sindical paraibana assassinada em 1983.

Acredito que toda a ação para entrar no edifício tenha durado cerca de dois minutos, mas não há qualquer precisão nessa contagem. O tempo pareceu correr diferente desde a primeira marretada até o final da ocupação, três dias depois.

\*\*\*

Dentro do salão, a escuridão era atravessada por feixes de luz vindos de celulares e lanternas. Um telefone tocou para dar instruções aos ocupantes e tranquilizar a todas e todos quanto à situação do lado de fora. As instruções para os homens, mulheres e crianças no interior do edifício eram precisas: manterem-se juntos; garantir que a porta dos fundos também estivesse reforçada por uma barricada; evitar os andares superiores para que não incorresse acidentes; não realizar reuniões sobre assuntos importantes perto das portas onde a GCM pudesse ouvir, permanecer tranquilos, descansar e esperar pelos desdobramentos.

Além do térreo, havia mais quatro andares no prédio e uma sacada por andar. Quem olhasse por elas avistaria a rua Couto de Magalhaes tomada tanto pelos militantes remanescentes como por diversas viaturas e um expressivo contingente policial.

Dentro e fora da ocupação, mulheres, homens e crianças acomodavam-se sob cobertores estirados no chão. Do lado de fora, o acampamento de militantes improvisado permaneceria noite a dentro para garantir que a polícia não invadisse o prédio ocupado. Do lado de dentro, as pessoas oscilavam entre o descanso e a vigília. Garrafas de café circulavam de mãos em mãos, conversas aleatórias preenchiam os espaços abafados, que a ausência de ventilação deixou cheirando a mofo. Do lado de fora, a voz desafinada de Nelson, entoava uma velha canção de militância: “Nosso direito vem! Nosso direito vem! Se não vem nosso direito o Brasil perde também!”. A tranquilidade, como me contou Jirlania em outro momento, era um subterfugio. Os policiais estavam deixando a todos muito apreensivos, mas era preciso “aparentar calma. Se a gente desespera fora quem está dentro não aguenta. E a gente também não pode demonstrar medo para a polícia”.

A quantidade de membros da força policial causou estranheza e intimidação entre ocupantes. O clima descontraído do lado de fora parecia abrandar os ânimos, mas não acalmar de fato. Ana, uma senhora de sessenta anos que estava ao meu lado, comentou que esse comportamento não era usual, que “Eles [a guarda] vem e vão embora num rapinho. Não ficam assim, em cima. É meio estranho”. Normalmente, a Polícia Militar e não a GCM era a força acionada para lidar com casos de ocupação de prédios abandonados. O procedimento padrão era anotar a hora da ação, o nome do movimento e da liderança encarregados e registrar um boletim de ocorrência. Aquele edifício, entretanto, estava a sessenta metros do Comando Geral da GCM e, ademais, era um prédio público pertencente ao município e estávamos em período eleitoral. O que trouxe todo um outro desdobramento para a situação.

### **Negociações com a Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo**

O cerco dava sinais de que duraria a noite inteira. Preocupado com a segurança física dos ocupantes e com a impossibilidade de enviar água e alimentos para dentro do local, Nelson contatou Benedito Barbosa, o Dito, advogado do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e militante da CMP e da UMM, para negociar com a GCM. Não houve negociação. Ficou proibido o acesso ao prédio e não havia garantias de que este não seria desocupado a força pela GCM ou mesmo que não seriam presos aqueles que decidissem sair. Acionaram o

apoio da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e Alderon Costa, o Ouvidor Geral entrou em cena. Ao final de algumas horas, ficou acertado que não haveria uma desocupação violenta da polícia durante a noite, mas tampouco, a liberação de provisões até o início do horário comercial, quando retomariam as negociações com a controladoria da GCM e a Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo.

Nas primeiras horas da manhã dois carros do IOPE (Inspetoria de Operações Especiais) – o choque da Guarda Civil – chegaram ao local. Ouviu-se a conversa de um grupo de quatro homens que não se importavam com o volume de suas vozes:

- “Esses vagabundos ainda estão aí?”. “Por pouco tempo, porque agora quem vai lidar com essa escória é a gente”. “Bora malhar o braço hoje (risos)”.

Outros dois membros da Guarda conversavam baixo enquanto tomavam notas e apontavam para a sacada onde estavam alguns militantes. Essa movimentação poderia indicar uma tentativa de tomada do prédio e preocupava tanto ocupantes como o grupo de apoio externo. A dificuldade para negociar a retirada da GCM e, agora, do IOPI persistia. A prefeitura não aceitava a ocupação e queria o prédio vazio. O movimento reivindicava o direito à ocupação e apresentava as razões da atividade, inclusive, por meio de uma carta aberta que havia sido elaborada para a ocasião:

(...) este imóvel, onde funcionou o escritório do Consórcio Nova Luz foi palco de ocupação por famílias sem-teto em 16/01/2013<sup>75</sup>. Ao ocupar passamos a assegurar a função social da propriedade. Em junho de 2014, após negociação realizada com a Prefeitura de São Paulo, acordamos que desocuparíamos o imóvel mediante ao atendimento das famílias ocupantes. Caberia à prefeitura, cadastrar todas as famílias no programa bolsa aluguel e ao fim do benefício alocar as famílias em suas respectivas moradias definitivas. Hoje, dois anos depois, quando diversas famílias já tiveram o término de benefício, nenhuma moradia foi entregue e as famílias encontram-se em situação precária, voltando a morar em ocupações, em cortiços, áreas de riscos e nas ruas. A prefeitura, por sua vez, se nega a dar continuidade ao auxílio moradia ou a cumprir o

---

<sup>75</sup> Após a desativação do Consórcio Nova Luz, o então prefeito de São Paulo Gilberto Kassab (PSD) propôs, via projeto de Lei (PL) 29/2012, ceder o terreno de 4.400m<sup>2</sup> (o equivalente a meio campo de futebol), sob regime de concessão administrativa por 99 anos, ao Instituto Lula para que ali fosse construído o Memorial da Democracia. Em abril de 2012, a Câmara municipal aprovou o projeto com 37 votos a favor, 10 contra e 1 abstenção. Porém, em fevereiro de 2014 a Prefeitura de São Paulo foi proibida de ceder o terreno. A decisão foi tomada pelo juiz Adriano Marcos Laroca, da 12ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado, atendendo a um pedido do Ministério Público. “Para o juiz, a lei exige licitação para concessão de uso de bem público. Segundo o magistrado, a doação do terreno no momento em que Kassab fundava seu novo partido, o PSD, “revela o patrimonialismo ou neopatrimonialismo do Estado Brasileiro” (Folha de São Paulo). O Instituto Lula e a Prefeitura recorreram à decisão, mas o recurso (agravo de instrumento) foi rejeitado pelo desembargador Borelli Thomaz, da 13.ª Câmara de Direito Público do TJ, alegando “situações de inconstitucionalidade” na ação. O caso se prolonga na justiça e, recentemente, tem sido alvo de investigação da controversa Operação Lava Jato.

combinado, que seria a entrega das moradias. Deste modo, o movimento não viu outra solução a não ser ocupar novamente o imóvel que, desde o fim da última ocupação, voltou a ociosidade (...) (trecho da carta aberta divulgada pelo MMRC)<sup>76</sup>

Água e comida só foram liberadas a partir das cinco horas da tarde daquele dia, trazidos por advogados e pelo ouvidor da Defensoria Pública. Contudo, proibiram o envio de outros itens, como material para higiene pessoal (papel higiênico, pasta de dente, absorvente) que só chegaram até os ocupantes camuflados entre as marmitas de comida e os sacos de pães. Mais tarde, a Defensoria conseguiu autorização para entrar no prédio e checar as condições físicas dos manifestantes e do espaço.

O local estava em precário estado de conservação. Não havia energia elétrica e o único acesso de água encontrado provia uma água barrenta e fétida. Havia sujeira por toda parte, mas o terceiro e quarto andar tinham o pior aspecto de todo o prédio, com dejetos de pombos encrustado em todo o velho piso de madeira e até alguns roedores e pombas em decomposição. Mas mesmo o aspecto degradante do andar não parecia desanimar os sem-teto que, ao inspecionarem os andares elaboravam modos de deixar o local habitável, sem ignorar a dificuldade que isso seria:

“É, vai dar uma trabalhadeira isso aqui! Acho que gente vai precisar trazer uma máquina pra raspar esse chão, talvez retirar todo o piso velho, deixar no concreto sabe? mas vai dar pra deixar bom. E aqui ainda tem banheiro nos cômodos. Imagina? Todo mundo morando em suíte?”

A coordenadora que estaria responsável por aquela ocupação não havia conseguido entrar, de modo que as decisões internas eram tomadas coletivamente, como a decisão de interditar o terceiro e quarto andar até o final do cerco, já que a falta de um corrimão entre as escadas oferecia perigo de queda aos transeuntes; e de organizar banheiros provisórios nos locais onde ainda havia vasos sanitários possíveis de utilização. Dois baldes encontrados no local se transformaram em descargas. Cada um que utilizasse o banheiro deveria levar consigo um balde de água que, mesmo barrenta, era melhor do que nada.

Do lado de fora, a chuva torrencial – que despencou madrugada a fora – não dispersou o acampamento montado pelo grupo de apoio à ocupação, que contava com moradores das ocupações Mauá, Prestes Maia, outros membros de grupos pertencentes à ULCM, além de universitários, familiares e simpatizantes. A imprensa tradicional, ainda que

---

<sup>76</sup> A carta na íntegra encontra-se nos anexos.

chamada, não compareceu. A divulgação do acontecido estava circulando via redes sociais - como mensagens de WhatsApp, Telegram e postagens no Facebook.

\*\*\*

Na noite do terceiro dia, Movimento e Prefeitura estabeleceram um acordo. A prefeitura concordou em destinar o prédio e os dois terrenos adjacentes para habitação social via edital – que deveria ser lançado em quinze dias – e reinseririam as famílias no cadastro da Prefeitura para receber o benefício de Bolsa Aluguel. Como contrapartida, os ocupantes deixariam o prédio.

\*\*\*

Conforme o combinado entre as partes, na semana seguinte, representantes do MMRC e da Secretaria Municipal de Habitação se encontram para dar continuidade às negociações. De um lado da mesa estavam duas representantes da COHAB e um representante da área de Patrimônio da Prefeitura de São Paulo. Do outro lado, o advogado Dito, Nelson, Jackson (uma liderança da ULCM) e eu. Foram três horas de uma reunião tensa, com trocas de acusações, ânimos exaltados e tentativas, por parte dos membros do movimento, em restabelecer os diálogos. Ao final, os termos de negociação haviam mudado e a Secretaria não cumpriria com a sua parte do acordo. A alegação era um impeditivo burocrático: uma troca de portaria impedia a reinserção das famílias no programa de Bolsa Aluguel, as famílias precisariam esperar o novo ano fiscal para então serem inseridas outra vez no sistema da SEHAB. “Não há nada que se possa fazer a esse respeito” foi a frase categórica da técnica que passou a informação.

Quanto aos desígnios do terreno, nas palavras de Paulo Jaquito, responsável pela gestão de Patrimônio da Prefeitura de São Paulo, o “momento político” era delicado e abrir um edital com o terreno destinado aos movimentos de moradia poderia comprometer a Prefeitura e os movimentos. Lembrando que ainda estava nas mãos da justiça a decisão sobre o cancelamento ou anuência da cessão do terreno para o Instituto Lula. Somando-se a este entrave jurídico, pesava sobre a figura do ex-presidente acusações de suposta corrupção envolvendo um imóvel na região litorânea de São Paulo. Com tanta exposição, Prefeitura e Instituto pediam cautela. Depois das queixas que esse comentário ocasionou por parte dos representantes dos movimentos, Jaquito confidenciou que havia falado com Okamoto, presidente do Instituto, e que o único empecilho à doação era “este impasse com a mídia”, e que tudo era uma questão de paciência para que o terreno fosse doado à habitação popular. O fim da reunião foi tenso,

com as pessoas pertencentes ao movimento alegando traição por parte da SEHAB e ameaçando futuras retaliações.

Ao fim e ao cabo, o prédio nunca foi doado para habitação popular e desde meados de 2017 até a redação deste texto, o local vem sendo utilizado, com anuência da prefeitura, por um grupo de teatro.

### **“Movimento é movimento, governo é governo”**

Historicamente, as relações mantidas entre os movimentos de moradia e o PT estão mais propensas ao diálogo do que ao antagonismo<sup>77</sup>. É consenso na literatura consultada que Luiza Erundina, ao assumir a prefeitura de SP em 1989, abriu importante canal de interlocução com os movimentos de luta por moradia. Segundo Gohn (1991:156), Erundina “sempre teve a sua base principal de militância política, e votos, junto a população favelada. Ao assumir a Prefeitura, escolheu como equipe de administração, para o setor habitacional, intelectuais militantes e assessores de movimentos de moradia”. Em sua administração, os mutirões de autoconstrução na periferia de SP foram consolidados enquanto instrumento de política pública, assim como incluiu nas políticas habitacionais o atendimento às pessoas moradoras de cortiços. Ainda que a administração não tenha corrido isenta de conflitos com os movimentos, é consenso entre os militantes dos movimentos a importância e atenção destinado à moradia durante sua gestão. Em contraste com a administração Petista, as duas gestões seguintes, de Paulo Maluf (1993-1996) e Celso Pitta (1997-2000), ambos do antigo PPB, foram caracterizadas pela “rejeição à participação popular, prioridade em estabelecer parcerias junto às grandes empreiteiras e a opção pela construção de unidades de pior qualidade e mais caras (quando comparadas ao mutirão auto gestor)” (Cavalcanti, 2006:82). Foram nestes governos que os atendimentos iniciados na gestão de Erundina foram interrompidos. Segundo a bibliografia e os militantes dos movimentos, os canais de interlocução com a Prefeitura foram retomados quando Marta Suplicy do PT (2001-2004) assume a administração seguinte. No período imperou o que Tatagiba (2011) chamou de “prática política de negociação” entre os movimentos (em especial UMM) e o partido. A prefeitura retomou os convênios de autoconstrução e criou alguns programas de habitação de interesse social, como o Locação Social, o Bolsa Aluguel, Programa Morar no Centro, Programa Ação Centro e Perímetro de

---

<sup>77</sup> Para análises minuciosas destas relações, consultar Gohn (1991), Cavalcanti (2006), Blikstad (2012).

Reabilitação Integrada do Habitat (PRIHS). Na pesquisa desenvolvida por Cavalcanti, o autor evidenciou que tal aproximação também passou a influenciar a maneira como os movimentos organizam suas estratégias de luta, visto que “que passaram a ser orientadas de fora, vinda dos partidos” (Idem:54). Nos períodos seguintes, (2005 2006), com José Serra e Kassab (de 2006 a 2013) pelo PFL e DEM, a gestão municipal é tida como “responsável por um fechamento de canais de interlocução com os movimentos de moradia e um esforço de higienização da cidade” (Filadelfo: 2010:63). O processo de gentrificação incentivado pelos governantes também foi alvo de denúncias de violação aos direitos humanos das classes populares de São Paulo, incluindo despejos forçados, “expulsão da população mais vulnerável e mais pobre” do centro e interrupções de programas de Habitação de Interesse Social, “com fortes indícios da produção do fenômeno de gentrificação, bem como limpeza, de caráter não só físico, mas também social”, como consta no Dossiê Fórum Centro Vivo (2006:11), elaborado por movimentos sociais, ONGs entre outras entidades.

No episódio da Ocupação Margarida Maria Alves, contudo, o braço da prefeitura (SEHAB) foi categórico com um posicionamento avesso aos pleitos do Movimento. Seria interessante pensar, inclusive, nos termos de negociação propostos pela contraparte em vistas de conseguir a desocupação do prédio. Considerando que nem a portaria citada<sup>78</sup>, nem o “momento político” eram acontecimentos recentes, há de se imaginar que tais propostas já eram impraticáveis no momento de sua oferta.

Ao ouvir o resultado da reunião com a SEHAB, uma das militantes do MMRC alegou que, obviamente, a “promessa” da prefeitura era uma “mentira” e que “eles não tinham mais compromisso com os movimentos sociais” há tempos. Sutilmente, acusou Nelson de ingenuidade por ainda acreditar na “política”. Visto que a própria motivação para realizar a (re)ocupação do prédio era o descumprimento, por parte da prefeitura, de um acordo firmado com famílias do MMRC, o que demandou um “posicionamento do movimento contra a prefeitura”. A isso, o coordenador respondeu que ceder ao acordo não significava “estar do lado” da Prefeitura, mas entender que as vezes os movimentos não conseguem exercer a

---

<sup>78</sup> Refere-se à portaria 131/2015 (fls 27-28), de 09 de julho de 2015, que altera as condições para os atendimentos habitacionais provisórios, fixa valores limites e regulariza as condições e os procedimentos para a sua concessão e manutenção. A grande polêmica que envolve tal portaria, segundo os movimentos sociais, é que as alterações não foram discutidas ou negociadas com a população civil. Disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/habitacao/PORTARIA131SEHAB2015doc09715pg\\_027\(1\).pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/habitacao/PORTARIA131SEHAB2015doc09715pg_027(1).pdf)



“pressão necessária” para atingir os objetivos. O que, segundo ele, seria só mais um incentivo para “continuar na luta”.

Vale ainda ressaltar que a atividade de ocupação realizada em 4 de setembro não foi uma atividade isolada do MMRC, mas uma ação coordenada junto a outros grupos e entidades membros da ULCM. A estratégia era realizar uma semana de atividades que incluíam ocupações de edifícios ociosos, atos, a paralisação da avenida Anhaia Mello e culminaria com a “Marcha do grito dos excluídos”, tradicionalmente realizada no dia 7 de setembro. Foram realizadas dez mobilizações para ocupação de prédios na mesma noite: duas no centro da cidade (região da Luz e de Pinheiros) e as outras em bairros da Zona Leste da cidade. Nas reuniões de preparação das atividades, na sede da ULC, o direcionamento da entidade era para que os movimentos visassem prédios ociosos pertencentes ao Estado, já que as ações eram um enfrentamento claro ao governador Geraldo Alckmin. Porém, quando Nelson informou que o “alvo do MMRC” seria o município, não houve nenhuma reprimenda ou tentativa de dissuadi-lo da tarefa e o apoio da ULC, enviando militantes para a atividade, ocorreu normalmente. Dos dez prédios ocupados, somente um era de posse do município, os demais eram de propriedade do Estado de São Paulo.

Mas este enredo ainda guarda detalhes, a meu ver, dignos de atenção. Se, por um lado, o MMRC havia mobilizado a ocupação de um prédio pertencente à prefeitura petista às vésperas das eleições municipais, por outro, Nelson era também um histórico apoiador do PT<sup>79</sup> e havia, inclusive, prometido o seu apoio ao Partido e, em particular ao candidato a vereador Simão Pedro, para as eleições de 2016<sup>80</sup>. Ciente de ambos os episódios, questionei Nelson sobre uma possível contradição destas posturas. Ele alegou não ver nenhuma e acrescentou que “a fome e o desespero das famílias não esperam eleição”. Insisto em outra pergunta: por que, por exemplo, não agir como os demais movimentos da ULCM que ocupariam prédios de posse do Estado de São Paulo? Nelson, paciente, me disse que não se tratava de ocupar por ocupar, tratava-se de haver um propósito para aquela ocupação, as famílias que ali estiveram em 2013

---

<sup>79</sup> E aqui, espero ter deixado claro no capítulo I o imbricamento entre as posturas de Nelson e do próprio Movimento.

<sup>80</sup> Simão Pedro, deputado estadual, estava à frente da Secretaria de Obras e Serviços, mas deixaria a gestão petista para se candidatar à vereador. A estratégia do PT, segundo noticiado pela imprensa, seria a de “reforçar a chapa na disputa para o legislativo da capital paulista, principal cidade administrada pelo partido. Por conta disso, o ex-senador Eduardo Suplicy também deixou o comando da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e anunciou sua pré-candidatura. Em carta enviada a militantes, Simão agradeceu a confiança do prefeito, de quem participou da gestão por três anos e três meses, e prometeu estar nas ruas nos próximos meses para defender a continuidade do “projeto político inovador” de Haddad” Disponível em: (<https://www.revistaforum.com.br/simao-pedro-tambem-deixa-gestao-haddad-para-se-candidatar-a-vereador/>)

estavam agora “a deus dará”. E ressaltou que “movimento é movimento e governo é governo”, deixando claro que o apoio não era isento de críticas e que havia ali nesta relação uma marca clara de alteridade. Mas voltaremos a isso.

Esse “apoio crítico” que Nelson disse oferecer ficou visível durante a campanha eleitoral. Duas das tarefas que o coordenador geral do MMRC assumiu neste período, e que acompanhei, foram a participação em um grupo setorial de habitação e o apoio público a Simão Pedro apresentando-o como “seu candidato” na assembleia dominical do MMRC. Era notório que seu apoio a Simão Pedro se estendia a Fernando Haddad, candidato à reeleição para a prefeitura.

O comitê setorial de habitação foi composto por diversos movimentos de moradia de São Paulo, tanto da região central como das periferias da cidade. Em geral, o número de movimentos presentes oscilava entre quinze a vinte por reunião. A grande maioria destes movimentos estavam ligados à UMM. Encontravam-se semanalmente para discutir questões pertinentes à temática de moradia e apresentar tais questões aos candidatos mencionados, assim como articular eventos públicos de apoio às campanhas. É para a organização de um destes eventos – uma plenária – que volto agora a atenção, pois creio que sintetiza o que foi o mote desses encontros, em termos de pleitos, acordos e divergências entre os membros e em como isso refletia as relações com os responsáveis pela gestão da cidade.

Inicialmente a plenária a ser organizada pelos movimentos contaria somente com a presença de Simão Pedro. Futuramente, uma brecha na agenda do prefeito o incluiria também ao evento. Foi a partir dessa mudança de agenda que os debates se acaloraram. O ponto de controvérsia dizia respeito a qual postura deveria ser adotada em relação ao prefeito: “vamos fazer campanha ou protesto?” Não se chegou a um consenso nas primeiras reuniões e o debate se arrastou por mês adentro.

Parte do grupo, e Nelson estava entre estes, acreditava que a ocasião deveria ser aproveitada também para mostrar ao então prefeito a insatisfação com algumas atitudes e tomadas de decisão de seu mandato. Aos que se manifestaram sob essa orientação, as falas eram:

“É importante o prefeito ir [na Plenária], porque ele precisa se comprometer a fazer o que não fez nestes anos (...).”

“Haddad não entendeu as demandas da moradia, colocou um secretário [José Floriano, indicado por Paulo Maluf do PP] que não estava alinhado ao movimento de moradia. E ainda disse que o prefeito era ele e que a decisão era

dele. Não dá assim!!! Depois, quando colocou o outro [João Sette Whitaker, professor de urbanismo da Universidade de São Paulo (USP)], já era o fim do mandato. Ele precisa dialogar com a gente (...) ele precisa colocar alguém [na SEHAB] que fale a linguagem do povo”.

“(...)por causa da conjuntura não favorável é que vamos baixar o tom com o prefeito? Temos que confiar na massa nas ruas e não nos vereadores e prefeito eleito. Vamos fazer campanha ou protesto?”.

Da outra metade do grupo, que advogava cautela com as críticas e um freio nas posturas combativas, o que se escutou foi:

“haverá outros momentos para pressionar porque a luta não para, mas este [a plenária] é um ato político”.

“com o MCMV<sup>81</sup>, a prefeitura e o Estado deixaram de investir e começaram a trabalhar com recursos do Governo Federal. Mas agora o MCMV estancou. O problema é também que o movimento se deslumbrou com o programa e não correu atrás de outras políticas, não fez outras pressões. (...) agora o momento é de alinhamento com o Haddad, bater nele não vai trazer [-lo] pra mais perto”.

“só fazer críticas não é o que precisamos, o que a gente precisa é transformar prédio ocioso em moradia, é fazer regulamentação de solo e das favelas, discutir as políticas de bolsa aluguel. A gente tem que levar os projetos pro prefeito”

“esperamos que o Haddad seja eleito. Se ele for e decidir ampliar o número de moradias, será ótimo. Se não, voltamos para a rua porque a nossa briga é contra o capital imobiliário especulativo. É pra isso que estamos aqui. Nossa luta é por algo maior, é pela justiça, é pela moradia. (...) a luta é coletiva, temos que estar juntos e ajudar uns

---

<sup>81</sup> MCMV é a sigla para “Minha Casa, Minha Vida”, programa habitacional do governo federal criado em 2009, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. A proposta é atender camadas baixas e médias da população. Uma extensão deste programa, o “Minha Casa, Minha Vida-Entidades”, foi criado para atender as famílias de zero a três salários mínimos. Nesse segmento, as decisões a respeito dos critérios de seleção das famílias beneficiadas, bem como detalhes a respeito da construção das moradias fica a cargo dos movimentos de moradia.

aos outros. A política passa, mas a luta continua. O que não podemos é eleger quem não esteja comprometido com a causa”.

“é importante ressaltar que os atos e as reuniões são pra fortalecer a campanha e não o movimento. É preciso deixar o movimento de lado e pensar na conjuntura”.

O próprio candidato Simão Pedro, em uma das tardes em que esteve presente, interveio em favor da moderação, usando os argumentos, palavras a mais ou a menos, já utilizados pelo segundo grupo. Decidiram-se, por fim, pela adoção pública de um “tom brando” com o prefeito, sob a condição de, antes do evento, realizarem uma reunião que seria “formalizada” com uma carta assinada pelos movimentos, em que ressaltariam que o apoio era dado “pela importância da conjuntura<sup>82</sup>”, mas sublinhando diversos dos pontos de desacordo com sua administração.

Não participei da elaboração da carta e tampouco sei se foi de fato escrita. Entretanto a oportunidade para tal “confronto” nunca ocorreu, visto que a plenária foi cancelada por “inviabilidade de agendas” dos candidatos.

### **A dádiva como mediadora das relações**

O evento de ocupação do prédio e seus desdobramentos e, em particular o contexto político eleitoral em que ocorreram, indicam que as relações entre Movimento e Prefeitura não são estáticas e precisam ser pensadas de modo relacional e situacional. Cabe ainda ressaltar que, do ponto de vista da metodologia desta pesquisa, ao me referir à Prefeitura, não a entendo enquanto um ator político destituído ele mesmo de pluralidade, interesses múltiplos e contrastes. As análises que se seguem, portanto, são particulares de uma gestão de um partido historicamente mais inclinado ao diálogo, como já dito. Tais análises poderiam ter desdobramentos distintos caso a Prefeitura em questão fosse gerida por outro partido. Ainda, a

---

<sup>82</sup> A conjuntura de que tanto se falava era o processo de impedimento sofrido pela presidenta eleita Dilma Rousseff do PT, publicamente reconhecido por setores de intelectuais da esquerda e pelos movimentos sociais como um Golpe institucional. O governo de seu sucessor, Michel Temer (PMDB) vinha protagonizando sucessivas retiradas de direitos dos trabalhadores e das camadas mais pobres da população. Diante disso, a importância, vista por parte dos movimentos, da eleição de um quadro do PT para as eleições municipais.

etnografia das relações entre os atores foi realizada tendo como perspectiva o Movimento. Não houve, neste trabalho, análise cuja a ótica fosse da (ou “a partir da”) prefeitura.

Portanto, é com tais ressalvas em mente que reafirmo que ao pensar as relações entre Prefeitura e Movimento há que se ter em conta o caráter móvel desta relação que, ora estabelece aliança, ora se posiciona como oposição. No âmbito discursivo, essa dicotomia poderia ser expressa pela sentença – inúmeras vezes repetidas – de que “movimento é movimento e governo é governo”. No âmbito da ação, pela ocupação de um edifício público que colocaria em choque as relações com um aliado declarado e, ainda assim, de algum modo resguardar tal aliança, através do apoio eleitoral. Ainda, recuso a ideia que uma análise apressada poderia deduzir, de que o que vemos aqui seria somente conflitos casuais de interesses. Antes, creio estarmos diante de eventos que exemplificam o próprio caráter destas relações.

Essas relações, que a meu ver estão sustentadas por regimes de trocas – sobretudo no campo da política (seja o apoio político em eleições, atos, marchas, etc.; seja através da criação e implementação de políticas públicas, da flexibilização, supressão ou criação de legislações relativas às leis orgânicas do município) –, podem ser compreendidas de modo revelador pela confrontação dos dados etnográficos com os postulados teóricos de Marcel Mauss, especialmente inscritos em seu célebre *Ensaio sob a dádiva* ([1923] 2003), no qual o autor sintetiza a constituição da vida social em um “dar-receber-retribuir” contínuo.

E, atentando-me para não incorrer em um mal-entendido, é preciso deixar claro que não se trata de apreender tais relações como “trocas em si” – tal qual faria uma ou um economista ao tratar da troca mercantil – mas de entender as trocas enquanto “regimes de trocas” ou formas particulares nas quais podem se encontrar a reciprocidade e o contrato<sup>83</sup>, vistos aqui enquanto elementos do comportamento humano<sup>84</sup>, e em torno da qual a vida social se reproduz e se dinamiza. A este respeito, ressalta Mauss que:

---

<sup>83</sup> Em uma passagem retirada das primeiras páginas do Ensaio Sobre a Dádiva, onde Mauss comenta seus objetivos, esta distinção entre “troca” e “regimes de trocas”, parece-me evidente: “Assim, atingiremos um duplo objetivo. De um lado, chegaremos a conclusões de certo modo arqueológicas sobre a natureza das transações humanas nas sociedades que nos cercam ou que imediatamente nos precederam. Descreveremos os fenômenos de troca e de contrato nessas sociedades que são, não privadas de mercados econômicos como se afirmou – pois o mercado é um fenômeno humano que, a nosso ver, não é alheio a nenhuma sociedade conhecida –, mas cujo regime de troca é diferente do nosso. Nele veremos o mercado antes da instituição dos mercadores, e antes de sua principal invenção, a moeda propriamente dita; de que maneira ele funcionava antes de serem descobertas as formas, pode-se dizer modernas (semítica, helênica, helenística e romana), do contrato e da venda, de um lado, e a moeda oficial, de outro. Veremos a moral e a economia que regem essas transações” (Mauss, 2003:188, grifo meu).

<sup>84</sup> Conforme observa Lanna (2000), “para Mauss, a noção de contrato seria universal, mas, ao contrário dos contratualistas anglo-saxões, concebe os contratos como não-individuais. Não se trata assim de acordos entre

(...) em primeiro lugar, não são indivíduos, mas coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais: clãs, tribos, famílias, que se enfrentam e se opõem seja em grupos frente a frente num terreno, seja por intermédio de seus chefes, seja ainda dessas duas maneiras ao mesmo tempo. Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bem móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos (...), nos quais a circulação de riqueza não é senão um momento de um contrato bem mais geral e bem mais permanente. [1923] 2003:190-19)

Tais relações de troca, ou prestações e contraprestações, são compreendidas por Mauss enquanto “dávivas” e estão inseridas dentro de um “sistema de prestações totais”, que o autor define:

(...) essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública. Propusemos chamar a tudo isso de sistemas de prestações totais. (Idem:191)

Uma das conclusões a que chega Mauss no *Ensaio*, é que a dádiva é o núcleo moral de todas as trocas, isto é, a ideia de que o conjunto tríplice de obrigações – de dar, de receber e de retribuir – constitui o elemento central do nó social de reciprocidade.<sup>85</sup>

Para justificar a existência desse complexo de obrigações morais, Mauss observa o fenômeno do retorno dos objetos presenteados ao donatário inicial, que tem lugar na forma de contra dávivas. O retorno dessas contra dávivas – que, em última instância, poderiam liquidar o sentimento de dívida pelo presente inicialmente doado –, é a manifestação da obrigação de retribuir, que não pode existir senão combinada com as obrigações de dar e de receber, formando uma totalidade contínua e coerente.

Para compreender completamente a instituição da prestação total e do potlatch, resta buscar a explicação dos *outros dois momentos que são complementares deste*; pois a prestação total não implica somente a obrigação de retribuir os presentes recebidos, mas supõe duas outras igualmente importantes: obrigação de dar, de um lado, obrigação de receber, de outro. A teoria completa dessas três organizações, desses *três temas do mesmo complexo*, daria a explicação fundamental satisfatória dessa forma de contrato

---

indivíduos racionais, mas de regras da organização social. Nela, “os contratos fazem-se sob a forma de presentes” (Mauss, 1974:41 in Lanna, 2000:177).

<sup>85</sup> A troca como base da sociedade seria, anos depois, alçada novamente por Lévi-Strauss (1949) ao centro das reflexões antropológicas, desta vez, como elemento central das regras de ordenamento do parentesco, segundo o qual a interdição do incesto vigora como regra geral que obriga a realização de casamentos que extrapolam os núcleos familiares, constituindo assim as sociedades.

entre clãs polinésios. Por ora, podemos apenas indicar a maneira de tratar o assunto (Mauss, 2003:201-202).

Em síntese, o gesto de dar e de presentear, aparentemente livre e voluntário, seria, de fato, simultaneamente obrigatório e interessado. Diante disso, entendo que, para Mauss, a dádiva é o fio condutor para a produção de alianças, de comunhão e, sobretudo, o canal pelo qual evita-se o conflito decorrente de uma dádiva esperada e não retribuída. Há, portanto, na dádiva, um conflito em estado latente, que é principalmente moral antes de ser econômico.

O caráter moral da dádiva poderia ser exemplificado na aliança política estabelecida entre Nelson Che e Simão Pedro. Por sua vez, foi a dádiva esperada e não retribuída pela Prefeitura (o não cumprimento de acordos) que incita Nelson e o MMRC a reocuparem um prédio sob os cuidados da Prefeitura de São Paulo. O mesmo caráter agonístico motivou a ocupação de outros prédios, como a Mauá, ou Plínio Ramos, ou ainda a Marcha dos Cem Dias rumo a Brasília, e inúmeras outras atividades políticas cujo alvo era(m) o(s) governo(s). A ação, a despeito da propriedade do prédio ser pública ou privada, é sempre contra o poder público, seja ele da esfera do municipal, estadual ou governo federal. Ao ocupar um edifício cuja propriedade é privada, o que os movimentos esperam é chamar a atenção para uma problemática de ordem Estatal: de um lado a carência por moradia; de outros, edifícios vazios ou subutilizados que reforçam a dinâmica da especulação imobiliária e um abismo social em disputa nos centros urbanos.

Este traço violento da dádiva, é igualmente visto nas modalidades de troca identificadas por Mauss, aquelas de tipo agonístico, em que produzem violências tanto física como simbólica em seus processos de prestações e contraprestações. Esta característica da dádiva é exemplificada por Mauss pelas cerimônias potlatch, em que se vai-se da feira à batalha e a morte de “chefes” em contendias; e ainda executa a “destruição puramente suntuária das riquezas acumuladas” a fim de que o “chefe rival que é ao mesmo tempo associado (geralmente, avô, sogro ou genro)”, não possa superar a dádiva de seu parceiro na luta por status e prestígio. A tese de Mauss também enfatiza que a troca é (ou pode ser) um modo de guerra. (Mauss, 2003:192)

### **Dádiva como dívida social**

Aproximando a discussão Maussiana ao Movimento, a mim parece que é justamente este caráter moral da relação da dádiva o que move Jirlania a votar na candidata à

presidência Dilma Rousseff do PT. A despeito do seu desapareço pela candidata, havia uma estima pelas políticas públicas desenvolvidas por seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, e a associação dessas políticas com uma ascensão econômica da comunidade em que vivia:

(...) há muitos anos atrás, quando eles eram do poder [PSDB]... eu lembro na minha cidade [no Ceará], foi um tempo de muita seca e aí muitos passando fome e necessidade mesmo, e aí inventaram um tal de Biscapa, que era uma bolsa. O Estado colocava [as pessoas] pra limpar as ruas e aí recebiam uma miséria por mês. E isso eu me lembro muito bem. Quando o Lula assumiu, tudo isso mudou. Na minha cidade mesmo, hoje, uma casa tem, no mínimo, dois transportes: tipo uma moto e um carro, ou duas motos, ou dois carros (...). Antigamente a gente não conseguia fazer um empréstimo, hoje em dia você vai no Banco do Nordeste, que é o banco do povo, que o juros é menor(...). Na época do PSDB, lá na minha terra, nós não tinha era nada. Tô dizendo, o que a gente tinha era só fome, fome, fome e fome.

As composições políticas dos poderes públicos (municipal, estadual ou federal) e as circunstâncias nas quais esses poderes se encontram alteram significativamente as relações com os movimentos de moradia, e a percepção desses últimos sobre a qualidade e simetria das prestações e contraprestações oferecidas e recebidas. A assimetria nos regimes de trocas e a qualidade das dádivas podem ser relevantes para compreender, por exemplo, a posição de uma das coordenadoras do MMRC, quando esta argumenta que “às vezes, a gente é mais atendida na direita do que na esquerda”. De saída, parece contraditória a fala da militante, posto que é comumente repetido por eles que é desejável e preferido um governo de “esquerda” que um de “direita”, no qual o primeiro apoie o ideal de sociedade defendido pelos movimentos, ainda que suas reivindicações não sejam plenamente atendidas no exercício dos governos de “esquerda”. Mas é necessário, nesse caso, verificar a qualidade das prestações e a assimetria acentuada com governos de “esquerda”, muito maiores que com governos de “direita”. Por isso, ao investigar mais a fundo os motivos da aparente contradição, a coordenadora esclarece que, “na época do PMDB” (um governo que pode ser compreendido como centro-direita), ela e outros membros do movimento esperaram até quatro horas para serem atendidos em uma reunião na Secretaria de Habitação. Contudo, a espera, ainda que completamente absurda, era aparentemente recompensada pelo fato de terem sido recebidos. Diz a coordenadora:

“Demorou, ficamos lá das 5:00 até as 9:00 da noite, mas ao menos fomos atendidos! Às vezes eu acho que ele [o responsável pela Companhia



Metropolitana de Habitação à época] levava bem a gente no bico, mas a gente saía de lá satisfeito”.

Ou seja, o simples fato de serem recebidos para uma mesa de negociação, cujos atores políticos não eram aliados, já era algo suficientemente relevante para minha interlocutora.

Ainda sobre o aparente paradoxo sobre a atenção dispensada pela “esquerda” ou “direita” aos movimentos de moradia, Nelson asseverou:

E por isso que eu digo assim: Ah, o governo Lula, o governo Dilma. É bom? É... Pelo menos está na mão da esquerda. Agora, se você me perguntar, pra mim, eu digo... gente! Tanto faz estar o Lula e a Dilma como faz estar o Serra, como faz tá o Alckmin, como faz qualquer um... porque o que vai prevalecer e assegurar o meu direito é se eu lutar. Não é eles que vão fazer, não é eles que vão me atender, é o meu direito! E pro meu direito ser assegurado eu tenho que lutar. Tá entendendo? Muitas das vezes isso é verdade. Muitas das vezes você é melhor atendido com a direita do que com a esquerda (...) agora, se você vai me perguntar “Nelson, você queria o governo Temer?” Não! Não porque eu não votei nele, né? Eu não votei nele, eu votei na Dilma. Agora, eu votei na Dilma também, Paula, confiante que ela ia resolver o problema do Brasil, principalmente o nosso problema, né? Eu tenho que ter consciência disso. Mas às vezes o governo da direita atua muito mais do que o governo da esquerda. Que o da esquerda faz muita lambança. Olha a lambança do PT aí.

Quando pergunto o porquê deste aparente paradoxo, a resposta não vem com clareza e Jirlania admite não saber, mas especula:

Não sei bem, e não é só que eles [militantes] vão trabalhar para o governo. Porque às vezes eles trabalham pra [governos de] oposição também. É uma coisa estranha. Como se quando eles fossem trabalhar pro PT eles nos fechassem portas e quando estão trabalhando para o PSDB ou pra outra oposição eles não fecham.

Aqui, à noção de dádiva, somam-se às expectativas nutridas em torno da qualidade da “retribuição”. “Não ser atendido” por um governo que recebeu o apoio do movimento para se eleger, soa como um descaso, a não retribuição de uma dádiva (aqui expressa pelo apoio e pelo voto). Por sua vez, ser atendido e abrir um canal de diálogo com um governo que sequer recebeu este apoio, parece implicar em uma oferta de dádiva por parte do não-aliado. Mesmo que, em termos de avanços nas execuções de políticas habitacionais, o

governo petista tenha, historicamente, se mostrado mais próximo dos movimentos sociais<sup>86</sup>, estes avanços não foram suficientes para, como nos disse Nelson, “resolver nosso problema”.

Lanna (1995:31), ao analisar as relações de troca e patronagem na cidade de São Bento do Norte, no interior do Rio Grande do Norte, sob inspiração do *Ensaio*, nomeia como “dívidas-dádivas” as relações de troca que extrapolam as trocas de presentes e favores e demonstra que elas “podem também expressar, ou englobar, relações de mercado”. O entendimento da constituição da vida social por um constante “dar-receber-retribuir”, como já mencionado, implica dizer que dar e retribuir tais obrigações são organizadas de modo particular e praticadas em tempos e em lugares diferentes. O que significa que as formas diferenciadas de “dívida-dádiva” podem ser identificadas desde a retribuição pessoal à *redistribuição de tributos*, tal como menciona Mauss, ao se atentar ao fato de algumas trocas serem prerrogativas exclusivas dos chefes: “(como) receber tributos, por exemplo” (Lanna, 2000:175)<sup>87</sup>.

A partir da ótica maussiana, a própria noção de direitos seria uma expressão da dádiva. Dimensões desta “dívida-dádiva<sup>88</sup>” foram registradas na Carta Constitucional Brasileira de 1988, em especial ao que tange o Capítulo II, art. 23, parágrafo IX e X, isto é:

“É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (EC no 53/2006), promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;” e “combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos (...)”;

Ou, ainda, recuado no tempo, podemos ver a inscrição dessa “dívida social” no registro no qual a Constituição de 1988 encontrou inspiração<sup>89</sup>: a Declaração Universal dos

---

<sup>86</sup> Como visto na breve retrospectiva sobre as relações entre governos petistas e movimentos (nota 80).

<sup>87</sup> Mauss defendia que as transações pela dádiva ultrapassavam a noção de presentes e incluíam festas, comunhões, casamentos, heranças, sacrifício aos deuses, noções de crédito (dádiva a termo), esmolas, favores e até mesmo tributos (Mauss, 2003:146-147;200-201;279).

<sup>88</sup> Como ressalta Lanna (2014:39), dado o caráter desequilibrado destas relações, talvez devêssemos falar de “dívidas, a reciprocidade diferida”, ou ainda, “dívida-dádivas”.

<sup>89</sup> “Em suma, o entrelaçamento dos diversos conceitos e princípios tanto da Declaração Universal dos Direitos Humanos como na Constituição Federal, que algumas vezes se imbricam e até mesmo se confundem, sem que haja troca ou simbiose que lhes disfarcem a origem, não permite que se estabeleça um percentual exato de incidência, mas o grau de influência entre um texto e outro é extremamente significativo, sendo que, em muitos casos, a consciência mundial, que todo ser humano, afinal, também acaba por reconhecer como sua. Assim, os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos estão presentes literalmente e, portanto, são garantidos pela Carta Magna brasileira” (...) (Molina, 2003:23). ver quadro de correspondência das Declarações em: [http://www.mpce.mp.br/esmp/biblioteca/monografias/proc.penal/constituicao.cidadania.e.o.ministerio.publico\[2003\].pdf](http://www.mpce.mp.br/esmp/biblioteca/monografias/proc.penal/constituicao.cidadania.e.o.ministerio.publico[2003].pdf)

Direitos Humanos (em especial, artigo XXV)<sup>90</sup>, publicada em 1948 pela Organização das Nações Unidas <sup>91</sup>. A meu ver, estaria inscrito nestes documentos a dívida-dádiva, veiculadas através do jargão “dever do Estado e direito do cidadão” referente às suas mais diversas atribuições, mediadas por regimes de trocas que envolvem os “deveres do Estado”, expresso pela responsabilidade com os direitos sociais e, por outro lado os “deveres do cidadão”, expresso pelo pagamento de tributos. Ora, deste modo, como esclarece Lanna – na esteira da reflexão sobre a dívida inscrita na Constituição, e sobre a assimetria significativa nas relações estabelecidas entre sociedade civil e Estado:

A incapacidade do estado para saldar a chamada “dívida social” derivaria então menos de uma fraca reivindicação da sociedade civil e muito mais do fato de que a construção recente do estado tem se fundado na relação oposta, isto é, o nosso estado se constrói por meio da criação dessa dívida. (1995:37)

Diante da lógica maussiana acerca da reciprocidade, é parte do processo de contraprestação a garantia que o Estado deve oferecer ao trabalhador uma “certa seguridade em vida”, quando, por exemplo, este perde seu emprego, seria função do Estado garantir-lhe a subsistência (seguro-desemprego), assim como ao trabalhador que atinge a velhice (aposentadoria) ou ao trabalhador que contraia alguma doença. Esse dever do Estado deriva do princípio de que os empregados “doaram” sua vida tanto para o empregador como para a coletividade, não só os empregadores (“patrões”), teriam uma “dívida moral” para com a classe trabalhadora (devendo, por isso, colaborar com o “pecúlio do trabalhador”), mas o Estado, igualmente, que conserva essa dívida, pois algo foi dado não só para o patrão, mas para a sociedade como um todo. (Mauss, 2003:296)

Outra característica fundante das relações de reciprocidade é a noção de assimetria. Relações de reciprocidade em nada implicam em noções de equilíbrio, trocas simétricas ou justiça social. E, voltando ao contexto desta etnografia, a assimetria das relações

---

<sup>90</sup> Artigo XXV: 1 Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

<sup>91</sup> “Com a Declaração de 1948, tem início uma terceira e última fase, na qual a afirmação dos direitos é, ao mesmo tempo, universal e positiva: universal no sentido de que os destinatários dos princípios nela contidos não são mais apenas os cidadãos deste ou daquele Estado, mas todos os homens; positiva no sentido de que põe em movimento um processo em cujo final os direitos do homem deverão ser não mais apenas proclamados ou apenas idealmente reconhecidos, porém efetivamente protegidos até mesmo contra o próprio Estado que os tenha violado. No final desse processo, os direitos do cidadão terão se transformado, realmente, positivamente, em direitos do homem. Ou, pelo menos, serão os direitos do cidadão daquela cidade que não tem fronteiras, porque compreende toda a humanidade; ou, em outras palavras, serão os direitos do homem enquanto direitos do cidadão do mundo.” (Bobbio, N. 2004:19)

entre movimento e prefeitura está tanto na posição social dos agentes como no tempo da troca: as demandas sociais são sempre realizações “a crédito”<sup>92</sup>.

Assim, é através dos postulados deixados por Mauss, que sugiro a pertinência de apreender que as relações de troca entre os movimentos sociais e o poder público, se organizam a partir e em torno de dádivas, inclusive, as ditas agonísticas. Basta lembrarmos das evidências de violência, não só simbólicas, mas principalmente física e emocional, amplamente utilizada por esferas do poder público no trato para com manifestantes, em que despejos com a utilização da força e de aparatos repressivos como bombas de efeito moral, gás de pimenta e balas de borracha são as manifestações mais expressivas. E, sem que isto seja uma comparação de forças ombro a ombro, as manifestações, marchas, protestos e, no limite, ocupações, seriam, igualmente, a face agonística de uma relação de reciprocidade “retribuída” pelos movimentos ao poder público.

Como dito no princípio, não creio que as reflexões aqui expostas se tratem de uma análise acabada ou mesmo uma pretensa teoria (política ou antropológica) para explicar tais relações entre esses diferentes atores e agentes. Acredito, contudo, que somadas a outras interpretações deste constante relacionar-se entre estas distintas forças, os paradigmas da dádiva e da reciprocidade podem ser aliados interpretativos para alocar as injustiças e desigualdades que animam a vida social dentro de um quadro mais amplo e estrutural.

---

<sup>92</sup> Ademais, do ponto de vista conceitual, uma dívida-dádiva implicaria no recomeço de um ciclo de “dar-receber-retribuir”, o que, por si só implicaria dizer que a reciprocidade é sempre desigual, porque acontece em um lapso de tempo.

## NOTAS FINAIS

*(...) creio que a ideia de enquadrar um objeto numa imagem é tão importante quanto o conteúdo. Ao escolher e enquadrar alguma coisa, nós lhe damos a dimensão da importância que provém do fato de a termos selecionado. No momento em que se seleciona algo, lhe conferimos um valor adicional que o distingue de toda e qualquer outra coisa.*

*Abbas Kiarostami*

O evento que me ajudou a dar as formas iniciais a esta pesquisa, a saber, a compra por parte da Prefeitura de São Paulo do edifício que abriga a Ocupação Mauá, levou quatro anos para se concretizar<sup>93</sup>. Durante esse período, a pesquisa de campo que realizei junto ao MMRC e a Mauá teve início e fim. Muita coisa foi produzida e se produziu durante este percurso. As relações de parceria e amizade com meus interlocutores foi uma das produções a ser considerada. Com elas e com eles aprendi sobre luta, sobre resistência, perseverança e sobre um modo, dentre tantos modos, de se produzir um movimento de moradia. De maneira que, ao fim e ao cabo, é sobre isso que versa esta dissertação: sobre a produção de um movimento de moradia. Na tentativa de apresentar neste texto algo acerca dessa produção privilegiei a três aspectos: a produção de narrativas; a noção de “espaço”, tendo em vista as sociabilidades desenvolvidas no cotidiano das pessoas que ocupam; e uma das formas, dentre tantas possíveis, de relação estabelecida entre um movimento de moradia e o poder público, aqui representado pela Prefeitura de São Paulo.

No capítulo um o que prevalece são as narrativas construídas e transmitidas por minhas interlocutoras e interlocutores. Narrar, como já dito, é uma forma de organizar, comunicar e partilhar experiências entre as pessoas membras de um movimento de moradia e habitantes de uma ocupação. A partilha de narrativas contribui para o estabelecimento de vínculos e formas de identificação, cimentando laços tão importantes para a construção e manutenção de um movimento de moradia, neste caso o MMRC. Apontei como a história do MMRC se entrelaça com a história de sua principal liderança e articulador; Nelson Cruz, ou Nelson Che (como escolheu ser chamado), e como este se apropria da própria biografia como ferramenta político, a exemplo de como conta de sua vinda para São Paulo, dos percalços que enfrentou e da miséria em que viveu para evidenciar a importância que a militância e a luta por moradia digna e por justiça podem operar sobre a vida de alguém. Ou quando rememora eventos violentos de reintegrações de posse pelas quais passou, em que a resistência e a resiliência engradeceram à luta por moradia e por cidadania. É sempre a partir de si, de sua trajetória que Nelson Che convida outras e outros a partilharem suas próprias experiências, a somar histórias e forças para lutar coletivamente em prol daquilo que para elas e eles é tão caro: o direito à uma moradia digna. Da partilha de narrativas surge também todo um processo que busca através da educação política, a transformação das pessoas pertencentes ao Movimento. Como mencionou Nelson “a luta ajuda a construir não só as casas, mas também as pessoas”. Ao narrar histórias a

---

<sup>93</sup> Processo nº 1011335-49.2014.8.26.0053. Ação de desapropriação por interesse social com pedido de imissão provisória na posse.

partir de certas noções, Nelson e as outras lideranças incitam os militantes a refletirem sobre as próprias narrativas e trajetórias e, ao contá-las acionarem certas noções de direitos. Assim, revisitando o passado, as experiências com a pobreza, o despejo e outros sofrimentos morais e físicos são transformados em um discurso que mobiliza e fomenta a luta por moradia digna e por outros direitos fundamentais.

Deste modo, assevero que a aliança do universo discursivo das narrativas com as experiências que também a própria militância suscita: através das ocupações, enfrentamentos físicos com agentes policiais, atos políticos, assembleias, formações, entre outras atividades, fazem parte da conformação do Movimento, tendo em mente que militantes e Movimento estão em um fluxo dialógico e de transformação constante. Movimento este que não é construído *a priori*, mas que é produto da interação de pessoas, de suas experiências, ações e narrativas.

É importante ressaltar que o MMRC, enquanto coletividade, não pode ser visto enquanto um bloco homogêneo, mas ao contrário, ele comporta em si diferenças e conflitos e é fruto de um relacionar-se constante e fluído. O mesmo ocorre com a própria Ocupação Mauá que, composta por três distintos movimentos, abriga em si diversas contradições, múltiplas alianças e desencontros. Como mencionei, cabe pensar nos movimentos no seu sentido cinético, ou seja, como aquilo que se move e que, no constante desta movimentação de pessoas, (pelos) espaços e coisas interagem tanto quanto chocam-se uns com os outros. Tanto o MMRC como a Ocupação Mauá são, portanto, coletivos que apresentam unidade de modo situacional. Por isso vemos, independente dos conflitos internos existentes, todos se referirem à Mauá ou ao MMRC como “família” ou “comunidade”, sempre com o objetivo de transmitir sentidos de unidade e homogeneidade.

No capítulo dois, a proposta foi aproximar as leitoras e leitores do universo cotidiano da Ocupação Mauá. Busquei responder a uma questão que me inquietou a partir da pesquisa de campo: porque, no cotidiano de uma ocupação, é comum que se decline do termo casa em detrimento do termo “espaço”, quando se referem a seus locais de habitação? Ademais, apreender como certas noções de sociabilidade são produzidas na dinâmica cotidiana em uma ocupação por moradia.

O que ficou claro é que o termo “espaço” é compreendido como detentor de uma gramática e temporalidade própria. Em síntese, o “espaço”, não pode ser uma “casa” porque não detém todos os atributos que uma casa, idealmente, possui, isto é: guardar a segurança material e emocional de seus habitantes, garantir a tranquilidade e a privacidade, além de assegurar que as regras de convívio de cada núcleo familiar são estabelecidas internamente. O

“espaço”, ao passo que contrasta com a “casa”, também se distingue das características atribuídas à “rua”, isto é, um ambiente que abriga o que é confuso, incerto e perigoso. que propus demonstrar neste capítulo é que, para minhas e meus interlocutores o “espaço” situa-se *entre* ambas as categorias – a casa e a rua – englobando algumas de ambas as características, mas sendo compreendida por seu significado próprio e por inspirar noções particulares de conduta, sentimento e temporalidade, visto que no “espaço” prevalece a dimensão do trânsito, do temporário. O “espaço” é um local *entre* o indesejado de estar na rua e o ideal da conquista da casa própria.

Ademais, a vivência nos “espaços” incorpora toda uma sorte de experiências que são inscritas nos corpos de quem faz parte da militância, influenciando em suas posturas e na forma de se fazer luta. No “espaço”, eventos domésticos e ordinários misturam-se a eventos que, a princípio, são da esfera do extraordinário: como toda uma rotina de reuniões e assembleias políticas, confrontos com forças policiais, ocupações de prédios abandonados. Ao adentrarem nos movimentos e nos “espaços”, os eventos antes tidos como extraordinários passam a compor toda uma rotina doméstica e que, por fim, ganha espaço dentro o que é também parte do cotidiano. Tais dinâmicas possibilitam a produção de outros tipos de sociabilidade, centrada na partilha (de narrativas, de cotidiano, de reuniões, etc.) e na luta coletiva. Tais posturas, por sua vez, corroboram com a consolidação de vínculos entre os sem-teto, e são também um modo de produzir e fortalecer o próprio Movimento.

Por fim, se os dois primeiros capítulos privilegiam observações internas ao MMRC e a Ocupação Mauá no que se refere à própria produção do Movimento, o capítulo terceiro é dedicado às relações entre o MMRC e a Prefeitura de São Paulo. É importante destacar que, tal qual o Movimento e a Ocupação, a Prefeitura não é vista, nem por esta pesquisadora e tampouco por minhas e meus interlocutores, como um ator destituído de pluralidade, múltiplos interesses e contrastes internos. Por isso as relações estabelecidas entre Movimento e poder público não podem ser vistas enquanto estáticas, elas são antes dinâmicas e relacionais. Assim, as análises realizadas são particulares de uma gestão de um partido historicamente propenso a dialogar com os movimentos sociais, ainda que confrontos façam igualmente parte desta relação. Ainda, a etnografia foi realizada tendo como perspectiva o Movimento. Não houve, neste trabalho, análise cuja a ótica fosse da (ou “a partir da”) prefeitura.

Em suma, o que proponho é discutir acerca da dinâmica entre Movimento e Prefeitura de São Paulo e como tais relações podem ser compreendidas como sendo mediadas por mecanismos de dádivas, semelhantes a aqueles analisados por Marcel Mauss em *Ensaio*



*sobre a dádiva.* Mauss defendia que a constituição da vida social era um “dar-receber-retribuir” contínuo. Tais relações de troca, ou prestações e contraprestações, são compreendidas por Mauss enquanto “dádivas” e estão inseridas dentro de um “sistema de prestações totais”, em que a dádiva se constitui como núcleo moral de todas as trocas. O conjunto tríplice de obrigações – de dar, de receber e de retribuir – seria o elemento central nas relações de reciprocidade e um fio condutor para a produção de alianças, de comunhão, assim como um meio pelo qual se evita o conflito decorrente de uma dádiva esperada e não retribuída. À luz do postulado maussiano, apresentei duas situações ocorridas em campo: o apoio ofertado pelo MMRC a dois candidatos do PT, Simão Pedro que se candidatava a vereador do município e Fernando Haddad, que buscava sua reeleição para prefeito; e a realização de uma ocupação pelo MMRC de um prédio pertencente à Prefeitura de São Paulo, durante a campanha eleitoral de 2016. Ao trazer à tona os desdobramentos de ambos os eventos e os múltiplos posicionamentos dos atores envolvidos, evidenciei como MMRC e Prefeitura ora mantinham relações de aliança e ora situavam-se como opositores, evidenciando uma relação sustentada por regimes de trocas, inclusive as do tipo agonísticas.

Longe de querer trazer neste texto definições acabadas sobre a conformação de Movimento enquanto coletividade e suas relações com esferas do poder público, o que pretendi foi acrescentar às discussões sobre movimentos sociais de moradia elementos que pudessem compor o quadro de complexidades tanto da conformação de Movimentos, como das relações estabelecidas com a Prefeitura, este importante articulador que detém papel fundamental para que os movimentos alcancem o seu objetivo primeiro: o direito a uma moradia digna.

## **REFERENCIAS BIBLIOTGRAFICAS**

ABRAMO, Laís Wendel.

(1994). “Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho”. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. (p. 181-215).

ALMEIDA, Mauro.

(2003). “Relativismo antropológico e objetividade etnográfica”. In *Campos*. v.3, (p. 9-29)

ALONSO, Angela.

(2009). “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate”. In *Lua Nova*, São Paulo: vol.76.

BAVA, Silvio Caccia.

(1994). “A luta nos bairros e a luta social”. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. (p. 253-276).

BAIERLE, Sérgio Gregório.

(1992). *Um novo princípio ético político: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas: Campinas.

BENJAMIN, Walter.

(1985). *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense.1996 (Obras escolhidas, Vol.1).

BLIKSTAD, Karin.

(2012). *O agir coletivo nas interfaces da sociedade civil e do sistema político: o caso da atuação do movimento de moradia de São Paulo sobre a política pública de habitação*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas: Campinas.

BLOCH, Janaína Aliano.

(2007). *O direito à moradia: um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: São Paulo.

BOBBIO, Norberto.

(1992). *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Editora Campus. 2004.

BOLONHA, Paula; KAPPAUN, Marciano.

(2016). “Ocupar, lutar e (r)existir: notas etnográficas em duas ocupações”. In *Ponto Urbe. Revista de Antropologia Urbana da USP*. nº. 18

BONDUKI, Nabil

(1994). “Crise de habitação e luta pela moradia no pós-guerra”. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. (p. 113-144).

(2004). “Habitação e urbanismo”. In: *História econômica da cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Globo, 2004. (pp. 300-327).

BORJA, Jordi.

(1975). *Movimientos sociales urbanos*. Buenos Aires: Nueva Visión.

BRUNER, Edward M.

(1986). "Experience and Its expressions". In: Turner, Victor W; Bruner, Edward M. (Orgs). *The Anthropology of the experience*. Chicago: University of Illinois Press. (p. 3- 31)

CAILLÉ, Alain

(2002). *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis: Editora Vozes.

CALDEIRA, Tereza.

(1984). *A política dos outros. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder os poderosos*. São Paulo: Brasiliense

CARDOSO, Ruth.

(1983). "Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico". In SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia T. (Orgs). *Sociedade e política no Brasil pós-64* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (2008, p. 313-350).

(1987). "Movimentos sociais na América Latina". In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: n. 1 (disponível em: [http://www.centroruthcardoso.org.br/boletim/download/maisdocentro2\\_documento+movimentosociais.pdf](http://www.centroruthcardoso.org.br/boletim/download/maisdocentro2_documento+movimentosociais.pdf))

(1994). "A trajetória dos movimentos sociais". In DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade civil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense (p. 81-90)

CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen (Orgs.).

(1995). *About the house: Lévi-Strauss and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press.

CASTELLS, Manuel.

(1974). *La cuestión urbana*. Mexico: Siglo XXI.

CLASTRES, Pierre.

(2007). *A Sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify.

(2014). *Arqueologia da violência*. 3º ed. São Paulo: Cosac Naify

CAVALCANTI, Gustavo Carneiro Vidigal.

(2006). *Uma concessão ao passado: trajetórias da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade de São Paulo: São Paulo.

COMERFORD, John Cunha.

(1999). *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Núcleo de Antropologia Política.

DAMATTA, Roberto.

(1985). *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rocco. 5ª edição, 1997.

DAS, Veena.

(1999). "Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 14, No. 40, julho (p. 31-42)

DAS, Veena; POOLE, Deborah

(2004). "State and Its Margins: comparative Ethnographies". In Das, Veena; Poole, Deborah (Orgs.). *Anthropology in the Margins of the State*. Oxford, New York: Oxford University Press. (p. 3-33)

DAWSEY, John C.

(2005). “Victor Turner e antropologia da experiência”. In *Cadernos de Campo*. nº 13 (p. 163-176)

DIAS DE ANDRADE, Inácio.

(2010). *Movimento social, cotidiano e política: uma etnografia da questão identitária dos sem-teto*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo: São Paulo.

DOIMO, Ana Maria.

(1995). *A vez a voz popular*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

DUMONT, Louis.

(1980). *Homo Hierarquicus*, Chicago: The University of Chicago Press.

DURHAM, Eunice.

(1972). “Família operária: consciência e ideologia”. In *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac Naify. 2004 (p. 237-253).

(1980). “A família operária: consciência e ideologia”. In *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac Naify. 2004 (p. 237-253).

(1983). “Família e reprodução humana”. In *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac Naify. 2004 (p. 325-355).

(1984a). “Cultura e ideologia”. In *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac Naify. 2004 (p. 255-282).

(1984b). “Movimentos sociais e a construção da cidadania”. In *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac Naify. 2004 (p. 283-294)

(1986). “A pesquisa antropológica com populações urbanas”. In *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac Naify. 2004 (p. 357-376).

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan.

(1940). *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nílota*. São Paulo: Perspectiva. 2013.

EVERS, Tilman.

(1984). “Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais”. In *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: vol.2 nº4 (p. 11-23).

EISENSTEIN, Sergei.

(1942). “Palavra e Imagem”. In *O sentido do filme*. São Paulo: Editora Zahar. 1990 (p. 13-50).

FELTRAN, Gabriel de Santis.

(2003). *Desvelar a política na periferia: história de movimentos sociais em São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas: Campinas.

(2008). *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas: Campinas.

FILADELFO, Carlos Roberto.

(2008). *A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo: São Paulo.

(2010). “A construção do centro de São Paulo como arena política dos movimentos de moradia”. In *Ponto Urbe. Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*. nº.06

(2014). “Cotidiano e política da luta por moradia no centro de São Paulo”. In *Revista Antropolítica*. Niterói. nº 36 (p. 149-178).

(2015). *A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo: São Paulo.

#### FÓRUM CENTRO VIVO.

(2006). *Dossiê-denúncia. Violações dos direitos humanos no centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas. São Paulo*. Disponível em: [http://www.oidc.org.br/oidc/img/img\\_publicacoes/pdf/dossie\\_fcv.pdf](http://www.oidc.org.br/oidc/img/img_publicacoes/pdf/dossie_fcv.pdf)

#### FRÚGOLI JR, Heitor; SPAGGIARI, Enrico.

(2010). “Da cracolândia aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz”. In: *Revista Ponto Urbe. Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*. nº 6.

#### FRÚGOLI JR.

(2000). *Centralidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez: EdUSP.

(2012). “Introdução”. Dossiê Luz. In *Revista Ponto Urbe. Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP* nº.11

(2016). “Territorialidades e redes na região da Luz”. In: Kowarick, Lúcio; Frúgoli, Heitor Jr. (Orgs). *Pluralidade Urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Editora 34. (p.249-271).

#### GODELIER, Maurice.

(1996). *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001

#### GOHN, Maria da Glória.

(1991). *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Ed. Loyola.

(2014). “A produção sobre movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina”. In: *Política e Sociedade: Revista de Sociologia Política*. Florianópolis: Set./Dez. Vol.13 nº28 (p. 79-101).

#### GOLDMAN, Marcio

(2006). *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

#### GRAEBER, David & LANNA Marcos

(2005) “Comunismo ou comunalismo? A política e o Ensaio sobre o dom”. In *Revista de Antropologia*. Vol. 48 nº. 2. São Paulo: Jul-Dez.

#### HIRATA, Francini.

(2010). *A luta pela moradia em São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

#### INGOLD, Tim

(2015). *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes

#### DE LAS HERAS, Ion.

(2017). *Algo a fazer: oicogênese e arquitetura no Vale de Aaraotz (País Basco)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de São Carlos: São Carlos.

KARA-JOSÉ, Beatriz.

(2007). *Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revitalização do centro de São Paulo (1975-2000)*. São Paulo: Annablume/FAPESP.

KOHARA, Luiz.

(2013). *As contribuições dos movimentos de moradia do centro para as políticas habitacionais e para o desenvolvimento urbano do centro da cidade de São Paulo*. Relatório Científico final de projeto de pós-doutorado. São Paulo, FAFESP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

(2016). “A exploração nos cortiços do Centro e a luta pelo direito de morar dignamente”. In: Kowarick, Lúcio; Frúgoli, Heitor Jr. (Orgs). *Pluralidade Urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Editora 34. (p.141-170).

KOWARICK, Lúcio; CAMPANÁRIO, Milton A.

(1994). “São Paulo, metrópole do subdesenvolvimento industrializado: do milagre à crise econômica”. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. (p. 53-69).

KOWARICK, Lúcio; BONDUKI, Nabil.

(1994). “Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização”. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. (p. 113-144).

KOWARICK, Lúcio.

(1984). *Os caminhos do encontro: as lutas sociais em São Paulo na década de 70*. Presença, São Paulo: Caetés nº 2 (p. 65-78).

(1994). “As lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo”. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. (p. 45-51).

(2000). *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34.

(2007). “Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas”. In *Lua Nova*. São Paulo: nº.70 (p. 171-211)

(2009). *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34.

(2016). “Cortiços: reflexões sobre humilhação, subalternidade e movimentos sociais”. In: Kowarick, Lúcio; Frúgoli, Heitor Jr. (Orgs). *Pluralidade Urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Editora 34. (p.171-193).

LAMAISON, PIERRE.

(1987) “Entretien avec Claude Lévi-Strauss; La notion de Maison”, *Terrain Habiter la Maison*, nº 9.

LANNA, Marcos

(1995). *A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro*. Campinas: Unicamp.

(1996). “Reciprocidade e Hierarquia”. In *Revista de Antropologia*. São Paulo: vol. 39.

(2000). “Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva. Universidade Federal do Paraná”. Curitiba: In *Revista de Sociologia e Política*. Junho.

(2005). “A noção de ‘casa’: considerações a partir de R. Firth e dos Tikopia”. In *Revista Antropológicas*. n.9 vol. 16(1) (p. 53-86)

(2014). “Além das coisas; o elogio da alienabilidade de Marcel Mauss”. In *R@U – Revista de Antropologia da UFSCar*. n.6 (2) (p. 34-56)

LÉVI-STRAUSS, Claude.

(1956). “A família”. In *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70. 2010. pp. 69-99.

(1967). *Estruturas Elementares do Parentesco*. 7º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012

(1992). “Guerra e Comércio entre os índios da América do Sul”. In Schaden, E. *Leituras da Etnologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. [1942] 1972. pp. 325-339.

(1981). “A organização social dos Kwakiutl”. In *A Via das Máscaras*. Lisboa: Editorial Presença. pp. 143-167.

(2003). “Introdução à obra de Marcel Mauss”. In *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify. (pp.11-47)

LEIRNER, Piero.

(2003). *Hierarquia e Individualismo*. Rio de Janeiro: Zahar.

LOJKINE, Jean.

(1981). *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

MAUSS, Marcel.

(1923). “Ensaio sobre a dádiva”. In “Antropologia e Sociologia” São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MOLINA, J. Loraine.

(2003). *Constituição, cidadania e o Ministério Público*. Monografia do curso de especialização em Processo Penal da Escola Superior do Ministério Público. Universidade Federal do Ceará: Ceará

MORAWSKA-VIANNA, Catarina.

(2007). “Em busca de narrativas densas: questões acerca de realidades narrativas, subjetividade e agência social”. In *Cadernos de Campo*. v.16 (p. 153-168)

(2014). *Os enleios da Tarrafa: etnografia de uma relação transnacional entre ONGs*. São Carlos: EDUFSCar.

(2018). “Vozes da diferença: tempo e transformação entre educadores populares em Pernambuco”. In *Ilha*. Vol. 19, nº 2 (p. 213-244).

MOSQUEIRA, Tatiana.

(2007). “Reabilitação da região da Luz, centro histórico de São Paulo: projetos urbanos e estratégias de intervenção”. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo: São Paulo.

MARICATO, Hermínia.

(1996). *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec

MAQUIAVELI, Janaina.

(2012). “Passando a limpo: um passeio pelos processos e pelos projetos de revitalização urbana do Meatpacking District, em Nova York, e da Região da Luz, em São Paulo”. In: *EURE*. Vol. 38, nº 115.



PACHECO, Marcelo Golfetti.

(2012). “Consciências do direito: um estudo sobre as compreensões da legalidade no contexto do Projeto Nova Luz em São Paulo”. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade de São Paulo: São Paulo.

PATERNIANI, Stella Zagatto.

(2013). *Política, fabulação e a ocupação Mauá: etnografia de uma experiência*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas: Campinas.

(2016). *Morar e viver na luta: movimentos de moradia, fabulação e política em São Paulo*. São Paulo: Annablume.

(2016b). “Quem não luta, tá morto: política e vida no centro da cidade”. In: Kowarick, Lúcio; Frúgoli, Heitor Jr. (Orgs). *Pluralidade Urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Editora 34. (p.321-347).

PERLONGHER, Néstor.

(1987). *O negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense.

PICCINI, Andrea.

(2004). *Cortiços na cidade. Conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo*. São Paulo: 2ª edição. Ed. Anna Blume.

ROLNIK, Raquel.

(1994). “São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política”. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: CEDEC: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, p. 75-94.

RUI, Taniele.

(2013). “Depois da ‘Operação Sufoco’: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na ‘cracolândia’ paulista”. In: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCAR*. Dossiê Fronteiras Urbanas. Vol.3, nº 2 (p. 287-310).

(2014). *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome.

(2016). “Fluxos de uma territorialidade: duas décadas de ‘cracolândia’ (1995-2014)”. In: Kowarick, Lúcio; Frúgoli, Heitor Jr. (Orgs). *Pluralidade Urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Editora 34. (p. 225-248).

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hann

(2004). “Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil”. In: *Política e Sociedade: Revista de Sociologia Política*. Florianópolis: Outubro. Vol.3 nº5 (p. 13-35).

STRATHERN, Marylin.

(1999). “O efeito etnográfico”. In *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify. 2014 (p. 351-407)

TATAGIBA, Luciana.

(2009) “Relação entre movimentos sociais e instituições políticas no cenário brasileiro recente - Reflexões em torno de uma agenda preliminar de pesquisa” In: Sonia E. Alvarez, Gianpaolo Baiocchi, Agustín Laó-Montes, Jeffrey W. Rubin, and Millie Thayer. *Interrogating the Civil Society Agenda: Social Movements, Civil Society, and Democratic Innovation*.

(2010). “Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas: o caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo – Primeiras reflexões”. In: *Colombia Internacional*. Colombia: enero-junio, núm. 71 (63-83).

TELLES, Vera da Silva.

(1994). “Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos”. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. (p. 217-521).

TEIXEIRA, Jorge Luan Rodrigues.

(2014). *Na terra dos outros: mobilidade, trabalho e parentesco entre os moradores do Sertão dos Inhamuns (CE)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional: Rio de Janeiro.

TURNER, Victor W BRUNER, Edward M (Orgs)

(1986). *The Anthropology of the experience*. Chicago: University of Illinois Press.

TOURAINÉ, Alain.

(1965). *Société post-industrielle et sociologie de l'action*. Paris: Seuil.

(1978). *La voix et le regard*. Paris: Seuil.

VILLAÇA, Flávio

(1998). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel.

WEFFORT, Francisco.

(1978). *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra

### **Jornais**

Brasil de Fato. “Sem-teto montam acampamento no centro após reintegração de posse”. 02 de fevereiro de 2012. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/8735>

Carta Capital. “SP vai desapropriar prédios do centro para moradia. Haddad começa a cumprir promessa de combater o déficit habitacional, mas movimentos sociais criticam critérios para distribuição”. 20 de Maio de 2013. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/prefeitura-desapropriara-nove-predios-no-centro-para-moradia>.

Carta Capital. “Os nós da habitação em São Paulo”. 17 de abril de 2013. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/os-nos-da-habitacao-em-sao-paulo>.

Carta Capital. “Ocupação Mauá, uma aula de resistência”. 22 de outubro de 2017. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/revista/974/ocupacao-maua-uma-aula-de-resistencia>.

Estadão. “Movimentos por moradia ocupa oito prédios em SP”. 16 de outubro de 2017. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,policia-militar-impede-ocupacao-em-predio-no-centro-de-sao-paulo,70002046925>.

Folha de São Paulo. “Cobrança em ocupações de sem teto divide urbanistas e movimentos” 11 de outubro de 2015. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1692792-cobranca-em-ocupacoes-de-sem-teto-divide-urbanistas-e-movimentos.shtml>.

Folha de São Paulo. “Imobiliária Sem-Teto, pois não?”. 12 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/leaoserva/2015/10/1692935-imobiliaria-sem-teto-pois-nao.shtml>.

Governo do Estado de São Paulo. TORRES. S. “Mudanças e paradigmas e avanços nas parcerias: governo do Estado de São Paulo busca cooperação estratégica com o governo federal, governos municipais e a iniciativa privada”. 05 de Maio de 2013. Disponível em: <http://www.habitacao.sp.gov.br/artigos/viewer.aspx?EqDpXLjvhHQ=>.

Jornalistas Livres. “Carta aberta da Frente de Luta por moradia”. 15 de outubro de 2017. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/2017/10/carta-aberta-da-frente-de-luta-por-moradia/>.

Jornalistas Livres. “Sr. Juiz! Não decrete o fim do sonho das famílias da ocupação Mauá”. 20 de junho de 2017. Disponível em <https://jornalistaslivres.org/2017/06/33398/>.

Jornalistas Livres. “Ocupação Mauá celebra a vida, a cultura e o amor, apesar da ameaça de despejo”. 25 de junho de 2017. Disponível em <https://jornalistaslivres.org/2017/06/ocupacao-maua-despejo/>.

Jornalistas Livres: “Sarau Okupa Mauá Okupa chama todos para fortalecer a luta”. Disponível em <https://jornalistaslivres.org/2017/06/sarau-okupa-maua-okupa-chama-todos-para-fortalecer-luta/>.

Rede Brasil Atual. “Ocupação de sem-teto em São Paulo tem regimento interno e câmeras de vigilância” 19 de junho de 2012. Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br/cidades/2012/06/ocupacao-sem-teto-em-sao-paulo-tem-regimento-interno-e-cameras-de-vigilancia>.

Rede Brasil Atual. “Haddad vai a protesto prometer diálogo com sem-teto na construção de 55 mil moradias”. 17 de abril de 2013. Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br/cidades/2013/04/haddad-vai-a-protesto-prometer-dialogo-com-sem-teto-na-construcao-de-55-mil-moradias>

Rede Brasil Atual. “Prefeitura faz o depósito de compra do prédio da ocupação Mauá. 09 de Maio de 2014. Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/05/prefeitura-faz-deposito-de-compra-do-predio-da-ocupacao-maua-6812.html>

Rede Brasil Atual. “Prefeitura notificou em quatro meses donos de 81 imóveis que não cumprem função social. 19 de fevereiro de 2015. Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/02/prefeitura-ja-notificou-81-imoveis-que-nao-cumprem-funcao-social-8406.html>

SP expresso. “Haddad desapropriará 41 prédios para habitação popular”. 08 de junho de 2014. Disponível em <http://www.spressosp.com.br/2014/06/08/haddad-desapropriara-41-predios-para-habitacao-popular/>

The Guardian. “Driven by poverty, squatters occupied a derelict São Paulo hotel. Now they face eviction”. 30 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/sep/30/driven-by-poverty-squatters-occupied-a-derelict-sao-paulo-hotel-now-they-face-eviction>.

The Guardian. “Resistance! São Paulo’s homeless size the city”. 27 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2017/nov/27/resistance-sao-paulo-homeless-reclaim-city-occupations..>

The Guardian: “Guardian Cities: Live from São Paulo's occupations”. 27 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/live/2017/nov/27/guardian-cities-live-sao-paulo>.

### Referências Filmográficas

(2004). *Peões*. Direção: Eduardo Coutinho. Produção: João Moreira Sales; Maurício Andrade Ramos. Documentário, 75'.

(2005). *Com quantos quilos de medo se faz uma tradição?* Produção: Grupo Risco. Documentário, 12' [https://www.youtube.com/watch?v=2vqA70eZgqE&list=PLVM\\_NpvwLyagcjbFT\\_ZzAS-Ogjoj-h382&index=1](https://www.youtube.com/watch?v=2vqA70eZgqE&list=PLVM_NpvwLyagcjbFT_ZzAS-Ogjoj-h382&index=1).

(2011). *LEVA*. Direção: Juliana Vicente. Produção: Preta Portê Filmes. Documentário, 55'.

(2011). *Estamos juntos*. Direção: Toni Venturi. Produção: Beatriz Carvalho; André Montenegro; Rui Pires e Toni Venturini. Drama. 81'

(2013). *Mauá – Luz ao redor*. Direção: Juliana Vicente. Produção: Preta Portê Filmes; Canal Futura e Steps Internacional. Curta documentário, 5'06''.

(2016). *Vaca Profana*. Direção: René Guerra. Produção: Juliana Vicente. Curta-metragem. Drama. 15'.

(2017). *O que faz a Ocupação Mauá*. Produção: Alma Preta. Documentário. 4'. Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/video-o-que-faz-a-ocupacao-maua>.

## ANEXOS

### Anexo 1 – Carta aberta MMRC



#### CARTA ABERTA AO PODER PÚBLICO, À IMPRENSA E À POPULAÇÃO

Nós, famílias de sem-teto, vivemos um dilema diário: ou comemos ou pagamos o aluguel. Por isso estamos aqui lutando para sobreviver dignamente na cidade que nos exclui. Esta mesma cidade onde pagamos impostos e somos explorados através de cobranças de aluguéis abusivos.

O imóvel que ocupamos não cumpre a função social da propriedade e descumpre a lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 estabelecida pelo Estatuto da Cidade, que regulamenta a política urbana nacional. Pela lei, o poder público deveria assegurar o aproveitamento adequado de espaços urbanos vazios. Isto não têm acontecido. Este imóvel, onde funcionou o escritório do Consórcio Nova Luz foi palco de ocupação por famílias sem-teto em 16/01/2013. Ao ocupar passamos a assegurar função social da propriedade. Em junho de 2014, após negociação realizada com a Prefeitura de São Paulo, acordamos que desocuparíamos o imóvel mediante ao atendimento das famílias ocupantes. Caberia à prefeitura, cadastrar todas as famílias no programa bolsa aluguel e ao fim do benefício alocar as famílias em suas respectivas moradias definitivas. Hoje, dois anos depois, quando diversas famílias já tiveram o término de benefício, nenhuma moradia foi entregue e as famílias encontram-se em situação precária, voltando a morar em ocupações, em cortiços, áreas de riscos e nas ruas. A prefeitura, por sua vez, se nega a dar continuidade ao auxílio moradia ou a cumprir o combinado, que seria a entrega das moradias. Deste modo, o movimento não viu outra solução a não ser ocupar novamente o imóvel que, desde o fim da última ocupação, voltou a ociosidade.

Cabe ressaltar que o prédio está localizado em uma área que possui grande déficit de moradia e que, por ser central, é de vital importância para os trabalhadores, pois é nesta região que está o acesso ao trabalho, à educação, à saúde e ao lazer.

Entendemos que um melhor aproveitamento do edifício seria destina-lo à moradia popular e não a outros interesses que não tenham caráter de inclusão social. É também

importante que tais moradias não sejam oriundas de (PPP's) Parceiras pública-privadas, visto que esta parceria exclui os mais necessitados, ou seja, aqueles que ganham de zero à três salários mínimos.

Além disso, queremos deixar claro nossa insatisfação com a portaria municipal nº131 de 09/07/2015 que aprofunda a exclusão social e o direito à democracia por exigir das famílias carentes, em troca de atendimento, um teto financeiro baixo. O Movimento enfatiza que não exclui nenhuma família necessitada, recebendo e buscando auxiliar a todas sem discriminação.

Atualmente, o município é carente em políticas habitacionais efetivas, cabendo ao governo federal, através do Minha Casa Minha Vida, a maior responsabilidade pelos atendimentos de moradia. Diante de uma conjuntura política de golpe e ataque a democracia, não podemos ficar reféns das diretrizes do governo federal. Diante disso, solicitamos ao governo municipal a destinação de um orçamento maior e mais efetivo para a pasta de habitação.

Esperamos que o poder público entenda a necessidade destes que fazem a luta. Lutamos por necessidade. Sem luta, não há vitória! Não queremos ser tratados como criminosos ou invasores por fazermos cumprir o direito constitucional que nos cabe: o direito à moradia digna.

O Movimento não ficará calado diante desta e de outras injustiças sociais!

**MMRC**, filiado à CMP (Central de Movimentos Populares), a UMM (União de Movimento de Moradia) e a ULCM (Unificação de Lutas de Cortiços e Moradia)